



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

TICIANA AMARAL

**A DISPUTA PELO PODER GLOBAL E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A PINK TIDE A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL,
VENEZUELA E EQUADOR**

RIO DE JANEIRO

2019

TICIANA AMARAL

**A DISPUTA PELO PODER GLOBAL E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A PINK TIDE A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL,
VENEZUELA E EQUADOR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Isabela Nogueira de Morais

RIO DE JANEIRO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

N972 Nunes, Ticianá Amaral
A disputa pelo poder global e a Geopolítica do petróleo: consequências para a Pink Tide a partir dos casos do Brasil, Venezuela e Equador / Ticianá Amaral Nunes. – 2019.
159 p. ; 31 cm.

Orientador: Isabela Nogueira de Moraes
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2019.
Bibliografia: f. 119-136.

1. Geopolítica – América do Sul. 2. Petróleo. 3. Poder global. I. Moraes, Isabela Nogueira de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320.120981

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo CRB 7 – 6851

Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

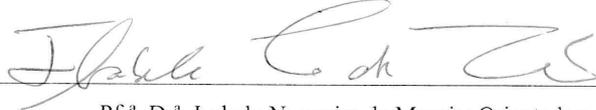
TICIANA AMARAL

**A DISPUTA PELO PODER GLOBAL E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO:
CONSEQUÊNCIAS PARA A PINK TIDE A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL,
VENEZUELA E EQUADOR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 11/03/2019

BANCA EXAMINADORA



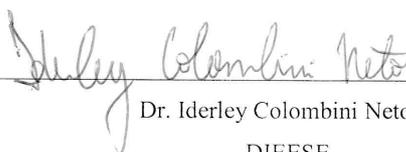
Pfª. Drª. Isabela Nogueira de Moraes: Orientadora

UFRJ



Pr. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins

UFRJ



Dr. Iderley Colombini Neto

DIEESE

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Primeiramente, agradeço à CAPES cujo financiamento possibilitou a elaboração da pesquisa. Agradeço também aos cidadãos brasileiros que contribuíam indiretamente para a concretização de toda a minha trajetória acadêmica em universidades públicas.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto de Economia, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional e seus professores.

Em especial, agradeço a minha orientadora Isabela Nogueira pela disposição em orientar e pelas diversas reuniões que possibilitaram o enriquecimento da pesquisa e de minha formação acadêmica.

Gostaria de agradecer a todos os amigos que se interessaram em debater sobre o tema desta pesquisa e me aconselharam.

À minha família pelo carinho e suporte financeiro, em especial à minha mãe, meu pai e meu avô. Agradeço a minha irmã Cristiane Amaral, meu sobrinho Mariano Amaral e ao Fábio Souza, que me receberam durante a transição para o Rio de Janeiro. Agradeço também a Laura Palma por todos os anos de criação e carinho.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, Thomaz Farias, que esteve comigo durante toda a realização do trabalho, me proporcionando suporte emocional nos momentos difíceis e por ser a pessoa que mais acreditou em meu potencial.

RESUMO

O tema abordado pela pesquisa consiste em, a partir de uma análise da dimensão sistêmica, entender de que forma a disputa internacional pelo poder no século XXI e, conseqüentemente a geopolítica do petróleo, trouxeram conseqüências para a trajetória da Pink Tide na América do Sul. Mais especificamente, apreende-se que o atributo mais característico da disputa pelo poder global no século corrente refere-se ao declínio relativo do poder dos Estados Unidos em relação à ascensão da influência da China, constituindo assim, um novo polo de supremacia no sistema internacional. Considera-se, como hipótese central, que a configuração sistêmica caracterizada pela maior afirmação da autonomia, em termos de política externa, empreendida pelos governos progressistas da Pink Tide impulsionou a cooperação entre os países da região e com a China, ao mesmo tempo em que se observou um declínio relativo do prestígio norte-americano. Como objeção, entende-se que existem indícios de que o governo dos Estados Unidos tem utilizado-se ou tirado proveito de agentes desestabilizadores que têm como objetivo promover a troca de governo em alguns países da região. Portanto, a primeira parte da dissertação busca aprofundar o conceito de Pink Tide, ressaltando suas principais características enquanto paradigma político e econômico, assim como suas diferenças em relação ao modelo anterior de Estado (neoliberal) e seus problemas e limitações. O segundo capítulo fornece um panorama sintético da atual configuração geopolítica da disputa pelo poder global, protagonizada principalmente pelos Estados Unidos e China, assim como um resumo de suas respectivas geoestratégias no século atual, em termos de busca pela redução da vulnerabilidade energética, e uma breve argumentação acerca do porquê essas potências vinculam suas políticas externas à busca pela diversificação de fontes de petróleo. Por fim, verifica-se separadamente as transformações pronunciadas nas relações entre China e Estados Unidos, respectivamente, no que refere-se aos países sul americanos analisados. Destaca-se, em relação à China, a recente expansão financeira de suas instituições na região e, no que refere-se aos Estados Unidos, um forte empenho em promover, majoritariamente de modo indireto, a desestabilização dos governos da Pink Tide. A fim de conferir maior ênfase ao tema da geopolítica do petróleo, serão analisados os casos dos países da América do Sul que correspondem às maiores reservas do recurso na região: Venezuela, Brasil e Equador.

Palavras-chave: Pink Tide. América do Sul. Geopolítica. Petróleo. Poder Global.

ABSTRACT

The research consists of an analysis of the systemic dimension that addresses to the understanding on how the international power dispute in the XXI century and, thereafter, the geopolitics of oil, have had consequences for the Pink Tide path in South America. More specifically, it is usually understood that the most striking feature of the global power dispute in the current century refers to the relative decline of US power in comparison to the rise of China's influence, which frames a new pole of supremacy in the international system. Our main hypothesis is that the systemic configuration of the region, characterized by the greater affirmation of the autonomy, in terms of foreign policy, undertaken by the progressive governments of Pink Tide, boosted the cooperation between those countries and China, at the same time we observed a relative decline of US prestige regionally. In response, there have been some vestiges that the United States government has used or that it has taken advantage of destabilizing agents with the aim to promote the exchange of government in some countries. Therefore, the first part of the dissertation seeks to deepen the concept of Pink Tide, highlighting its main characteristics as a political and economic paradigm, as well as its contrasts with the previous one (neoliberal) and its respective problems and limitations. The second chapter provides a brief overview of the current global geopolitical configuration and the dispute between United States and China, as well as a summary of their respective geostrategies, in the current century, in terms of seeking to reduce energy vulnerability, and a short explanation on why these powers attach their foreign policies to the need of diversifying oil sources. Finally, there are significant transformations in course regarding the relations between China and the United States, respectively, in relation to the South American countries. We highlight, in the case of China, the recent financial expansion of its institutions in the region and, with regard to the United States, its commitment to promote, mainly indirectly, the destabilization of the Pink Tide governments. In order to give greater focus to the topic of oil geopolitics, we analyze the cases of the south american countries that hold to the greatest reserves of the resource in the region (Venezuela, Brazil and Ecuador).

Keywords: Pink Tide. South America. Geopolitics. Oil. Global Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ascensão dos primeiros governos da Pink Tide na América do Sul.....	9
Figura 2: Reservas provadas de petróleo na América do Sul.....	66
Figura 3: Os cinco anéis de James Warden.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de preços das commodities no mercado global (2010-2015).....	27
Gráfico 2: Preço internacional do petróleo (2010-2018).....	28
Gráfico 3: Distribuição regional das reservas de petróleo.....	65
Gráfico 4: Volume anual de IED da China (2007-2016).....	74
Gráfico 5: Volume anual de IED chinês na América do Sul (2009-2017).....	75
Gráfico 6: IED chinês na América do Sul: estimativa do volume (1990-2017).....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Os 10 maiores investimentos chineses na América do Sul no sub-setor de petróleo (2010 – 2016).....77

Tabela 2: Os maiores empréstimos (acima de US\$ 1 bilhão) concedidos pelo CDB e China Ex-Im Bank para atividades de extração e refino na América do Sul (2007-2018).....80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático
ALBA	Alternativa Bolivariana para as Américas
ALCA	Aliança de Livre Comércio das Américas
AP	Alianza País
BANDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela
BDC	Banco de Desenvolvimento da China
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CIA	Central Intelligence Agency
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CREO	Creando Oportunidades
DAI	Development Alternatives Inc.
DARPA	Defense Advanced Research Projects Agency
DoD	Department of Defense
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FONDEN	Fondo Nacional para el Desarrollo Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCHQ	Government Communications Headquarters
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IED	Investimento Externo Direto
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
JTRIG	Joint Threat Research Intelligence Group
MBL	Movimento Brasil Livre
MOFCOM	Ministry of Commerce of the People's Republic of China

NSA	National Security Agency
NED	National Endowment for Democracy
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTI	Office for Transition Initiatives
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Partido Comunista da China
PDVSA	Petroleos de Venezuela S.A
Petrochina	PetroChina Company Limited
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
Sinopec	China Petroleum & Chemical Corporation
SLOCs	Sea Lines of Communication
SMI	Sistema Monetário Internacional
SMISC	Social Midia in Strategic Communication
UNASUL	União das Nações Sul-americanas
UNIPEC	International United Petroleum & Chemicals Co.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
YPFB	Yacimientos Petrolíferos de Bolivia

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	1
2. O CICLO POLÍTICO DA PINK TIDE NA AMÉRICA DO SUL.....	7
2.1 A ASCENSÃO DA PINK TIDE.....	8
2.2 AS VERTENTES DA PINK TIDE.....	12
2.3 ESTADO, NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO DURANTE A PINK TIDE.....	15
2.4 CRÍTICAS E LIMITES AO DESENVOLVIMENTO ANCORADO EM RECURSOS NATURAIS.....	22
2.5 POLÍTICA EXTERNA E BUSCA POR AUTONOMIA.....	24
2.6 O DECLÍNIO DA PINK TIDE: CASOS DO BRASIL, VENEZUELA E EQUADOR...26	
2.6.1 Brasil.....	29
2.6.2 Venezuela.....	33
2.6.3 Equador	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
3. CHINA VS ESTADOS UNIDOS NA DISPUTA DE PODER NO SÉCULO XXI: QUAL O LUGAR DA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO?.....	40
3.1 A ASCENSÃO DA CHINA E A DISPUTA DE PODER INTERNACIONAL.....	41
3.2 A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.....	49
3.3 O PAPEL DO PETRÓLEO NO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	51
3.4 PETRÓLEO E A GEOESTRATÉGIA DOS EUA E DA CHINA NO SÉCULO XXI.....	54
3.4.1 EUA: Petróleo e Guerra no século XXI.....	55
3.4.2 O Crescimento Econômico da China e a Busca pela Segurança Energética.....	59
3.5 O PETRÓLEO SUL AMERICANO NO TABULEIRO GEOPOLÍTICO GLOBAL.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
4. A DISPUTA PELO PODER GLOBAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA NO SÉCULO XXI: CONSEQUÊNCIAS PARA A PINK TIDE.....	71
4.1 A EXPANSÃO FINANCEIRA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL.....	72

4.1.1 Investimentos.....	73
4.1.2 Financiamentos.....	78
4.2 ESTADOS UNIDOS E A PINK TIDE.....	85
4.2 1 Guerra Híbrida.....	88
4.2.2 Brasil.....	95
4.2.3 Venezuela.....	102
4.2.4 Equador.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
5. CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	122
ANEXO A.....	136
ANEXO B.....	137

1. Introdução

No início do século XXI, enquanto a ideologia neoliberal desfrutava de supremacia nos círculos políticos em diversas regiões e seu receituário prático era amplamente aderido, uma série de governos progressistas começam a ser eleitos na América do Sul. A iniciar pela eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998, uma série de outros políticos progressistas foram eleitos consecutivamente para chefiar os Estados sul-americanos. Dentre eles estão Ricardo Lagos no Chile (2000), Luís Inácio (Lula) da Silva no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006) e Fernando Lugo no Paraguai (2007).

A ascensão consecutiva dos novos governos progressistas na região passou a ser amplamente denominada *Pink Tide*. A Pink Tide constitui um fenômeno sistêmico de giro à esquerda que alterou significativamente, em maior ou menor medida, o papel do Estado na condução das economias, na formulação de políticas sociais e nas relações externas. Pode-se afirmar que a Pink Tide constitui um ciclo político comum que abrangeu uma parcela significativa dos países sul-americanos no início do século atual (STOKES, 2009).

A pobreza, o crescimento das desigualdades e a consolidação das democracias foram alguns dos elementos que impulsionaram uma resposta nas urnas perante à situação deteriorante da condição de vida de milhões de cidadãos sul-americanos (WEYLAND, 2009). Como a eleição dos governos progressistas foi amplamente associada a uma resposta negativa das populações ao receituário neoliberal adotado nos anos precedentes, os novos políticos eleitos aderiram a agendas econômicas com propostas distintas, retomando, uns mais e outros menos, o papel do Estado na regulação da economia. Ainda que cada país possua suas particularidades, a Pink Tide como um fenômeno sistêmico implicou necessariamente na retomada do ativismo estatal e no fortalecimento do setor público (STOKES, 2009).

No âmbito das relações internacionais, o período é marcado pela diversificação das relações diplomáticas dos Estados da região. Nesse período são expandidas as iniciativas de integração regional (Mercosul, ALBA, UNASUL) assim como o fortalecimentos dos vínculos com Estados de fora do continente que não pertenciam ao eixo América do Norte – Europa. Em especial destaca-se o fenômeno da projeção chinesa, cada vez mais relevante comercialmente e financeiramente na região. Além do aumento expressivo dos investimentos, o governo chinês passou a conceder empréstimos denominados em petróleo, conferindo uma

alternativa valiosa à escassez de recursos de alguns países produtores.

Costuma atribuir-se as reeleições sucessivas dos governos de esquerda, durante a primeira década do século XXI, aos índices elevados de crescimento econômico e do razoável sucesso das políticas de redistribuição fiscal e alívio da pobreza. Ainda que a crise do *subprime* em 2008 representasse uma ameaça ao fluxo de capital destinado à região, os impactos foram menores do que se supunha. Outorga-se esse fenômeno, em grande medida, às políticas sociais e ao crescimento da economia chinesa com a ampliação de suas relações com os países da região.

Esse cenário começa a transformar-se em meados da década atual, sobretudo a partir da queda nos preços internacionais das commodities. O preço do barril de petróleo despenca de cerca de US\$ 108 para US\$ 57 em 2014, fazendo com que os países produtores passem a contar com um orçamento reduzido para manter as políticas sociais e projetos de desenvolvimento. Contudo, a instabilidade institucional que continua posteriormente a assolar a região não pode ser atribuída apenas ao declínio dos preços dos recursos naturais.

Durante esse período, as instituições jurídico-legais do Brasil e Equador, por exemplo, têm sido instrumentalizadas de modo a erradicar as possibilidades de líderes dos círculos políticos progressistas retornarem ao poder. Essas práticas de *lawfare*, conduzidas por alguns setores das elites políticas e jurídicas culminaram no impeachment de Dilma Rousseff e na prisão de Lula, no Brasil, e decretação de detenção de Rafael Correa, enquanto o mesmo encontrava-se fora do Equador.

Na Venezuela encontra-se a situação mais caótica da região, beirando a uma guerra civil. Após a morte de Hugo Chávez, as tentativas da oposição de reassumir o poder tornaram-se gradualmente mais agressivas, ao ponto em que esta passou a ignorar completamente o resultado das eleições de 2018 que conferiram vitória a Nicolás Maduro e, em seguida, reconheceu o líder da Assembleia Nacional como presidente, na ausência de precedentes legais.

Verifica-se que no plano teórico existe uma lacuna recorrente que dificulta a expansão do escopo de análise dos eventos que integram o período de crise da Pink Tide: uma parcela significativa da literatura destinada ao estudo desse ciclo político, o faz majoritariamente através da consideração dos fatores relativos aos arranjos institucionais próprios dos Estados ou dos modelos econômicos empreendidos, desconsiderando atributos relativos à disputa pelo poder intrínseca ao sistema internacional. Ou seja, são raras as análises que se propõem a

inserir os eventos que permeiam o declínio da Pink Tide dentro de um contexto mais amplo, referente às variáveis geográficas e à disputa pelo poder global que caracteriza o sistema interestatal contemporâneo.

Considerando a existência dessa lacuna, o presente estudo tem a pretensão de conferir uma nova dimensão à análise da trajetória de declínio dos governos progressistas sul-americanos na década de 2010. A partir do aprofundamento da compreensão referente à disputa de poder interestatal contemporânea, protagonizada por Estados Unidos e China, busca-se entender como a geoestratégia executada por essas potências relaciona-se com o modelo político e econômico concretizado pelos Estados da Pink Tide e como a trajetória desses governos foi influenciada pelas variáveis relativas ao âmbito da geopolítica.

Com a finalidade de delimitar o escopo de análise e conferir maior profundidade aos fenômenos investigados, a pesquisa limita-se a esclarecer o papel desempenhado pela busca por petróleo na formulação e execução da geoestratégia das grandes potências e de que modo essa dinâmica impacta nos regimes políticos dos três países que detêm as maiores reservas petrolíferas da América do Sul: Venezuela, Brasil e Equador.

A hipótese sugerida é que os processos referentes ao acirramento da disputa pelo poder global, caracterizada pelo declínio relativo da hegemonia norte-americana em relação à ascensão de outros Estados, dos quais destaca-se a China; assim como as consequentes modificações no sistema interestatal emergido após o fim da Guerra Fria, impactaram significativamente e de forma sistêmica na trajetória da Pink Tide.

Considera-se a dimensão estratégica do petróleo que, para além da função de recurso energético desempenha um papel vital na manutenção do poder das grandes potências e consequentemente, o acirramento da disputa pelo poder no cenário internacional move os Estados que protagonizam essa competição em direção às tentativas de expandir e diversificar suas fontes de abastecimento e, caso necessário em um potencial confronto mais severo, a busca pela asfixia do adversário em termos de suprimento energético.

Além do papel que o petróleo desempenha como principal fonte energética, sublinha-se a relevância de outra dimensão estratégica do recurso, menos evidente que a primeira: sua função na sustentação do sistema monetário internacional (SMI) contemporâneo, conforme construído pelos EUA em Bretton Woods. Atualmente, grande parte do comércio internacional e a precificação das commodities utilizam o dólar. Tendo em vista que o atual SMI ao mesmo tempo em que emerge como reflexo das assimetrias de poder global é, em si,

um pilar central na sustentação da hegemonia americana, movimentos no sentido de estabelecer uma ordem paralela para a realização das transações econômicas podem ser entendidas como ameaça a esse projeto.

Em 2018, o governo chinês anunciou contratos futuros de petróleo em yuanes, permitindo as transações do recurso sem a necessidade de conversão em dólares. A Venezuela foi o primeiro país na região a compartilhar o interesse da China e desafiar o controle dos EUA sobre o sistema monetário global, principalmente devido às rigorosas sanções econômicas e financeiras impostas que vem afetando o país. Considerando que quase todo o comércio internacional de petróleo depende do dólar, o contrato de futuro denominado em yuan é uma tentativa de transferir esse comércio dos petrodólares, conferindo à China mais influência sobre a precificação e abrindo a possibilidade da moeda chinesa desempenhar um papel mais proeminente no cenário global.

No caso dos três países que serão analisados pela pesquisa, a geoestratégia das grandes potências teria influenciado no colapso dos governos progressistas. Uma vez que a China ampliou notoriamente sua influência na região, sobretudo no âmbito financeiro, os Estados sul-americanos responderam, de modo geral, positivamente a essa aproximação, pois entenderam ela como uma forma de reduzir suas vulnerabilidades econômicas, obter novas fontes de recursos financeiros e diversificar as alianças políticas à nível internacional. Contudo, os EUA teriam percebido essa aproximação entre a China e Estados da Pink Tide, assim como a maior autonomia decisória desses governos como uma potencial ameaça ao tradicional prestígio e influência desfrutados pelos norte-americanos na região ao longo dos séculos.

Argumenta-se que, através de uma nova formulação estratégica e tática, o *establishment* estadunidense esteve em contato ou promoveu agentes desestabilizadores que protagonizaram os processos que desencadearam a crise institucional e política que ainda assola a região, sobretudo em relação aos países analisados pela pesquisa. Essa nova abordagem seria composta de uma diversidade de instrumentos, empregados de acordo com as particularidades de cada sociedade. Dentre eles, podem ser destacados financiamentos a Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros movimentos anti governistas, treinamentos, espionagem, cooptação de setores da mídia e o apoio às operações de lawfare.

Portanto, a pesquisa propõe-se a focalizar as variáveis relativas à geopolítica da disputa pelo petróleo entre as grandes potências e elaborar uma reflexão crítica e analítica

sobre como a projeção de influência, tanto da China quanto dos EUA na região, esteve moldada de acordo com suas respectivas geoestratégias para a perpetuação ou expansão de poder no início do século XXI. Conforme à perspectiva de aprofundar o nexos relacional entre as variáveis mencionadas e os eventos que se sucederam nos países analisados durante o século XXI, a pesquisa encontra-se organizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo visa aprofundar o conceito de Pink Tide e apresentar a literatura existente sobre a temática. Elabora-se uma revisão bibliográfica crítica através da contraposição de duas análises principais que tentam explicar a ascensão de governos progressistas na região. O primeiro grupo de autores, tenta explicar a ascensão da Pink Tide como um fenômeno dual: de um lado, governos racionais adeptos às práticas do funcionamento do livre mercado e, de outro, os populistas e autoritários, contrários à execução de um modelo econômico favorável ao mercado. Já o segundo grupo, compreende a Pink Tide como um ciclo político comum, cujas semelhanças sobrepõem-se às particularidades de cada Estado. Em seguida, retrata-se quais os modelos de política econômica foram empreendidos pelos novos governos progressistas e quais as novidades foram conduzidas em relação ao modelo de Estado anterior. Divide-se essas novas matrizes econômicas em dois grandes grupos: novo-desenvolvimentistas e neoextrativistas e, logo adiante, apresentam-se algumas críticas pertinentes à adoção desses modelos. Investiga-se também como a política externa empreendida pelas esquerdas alterou a dinâmica das relações regionais e internacionais, de modo geral. Por fim, apresentam-se alguns eventos indicativos do colapso da Pink Tide no caso dos países analisados pela pesquisa, estes que serão investigados maior profundidade no último capítulo.

O segundo capítulo destina-se a apresentar o panorama da disputa pelo poder global contemporânea e o papel da geopolítica do petróleo nesse contexto. Inicialmente discutem-se as transformações do sistema interestatal contemporâneo em relação a como este encontrava-se após o fim da Guerra Fria. Argumenta-se que a transformação mais relevante, do ponto de vista do que a pesquisa pretende abranger, consiste na ascensão da China e na projeção da sua influência à nível global. Em seguida, discute-se o papel do petróleo na geoestratégia das grandes potências e relata-se brevemente como os EUA e a China moldaram sua política externa do século XXI em sintonia com a busca pelo controle das fontes ou do estabelecimento de alianças e diversificação de fornecedores do recurso. Por fim, argumenta-se que a América do Sul, diante do acirramento da disputa pelo poder no século atual e o

papel medular do petróleo para a sustentação e expansão da superioridade das grandes potências, assim como para a manutenção do SMI vigente, possui um enorme valor estratégico dentro do tabuleiro geopolítico contemporâneo.

O último capítulo está dividido em duas partes e destina-se a analisar separadamente as inflexões referentes à projeção da influência chinesa e norte-americana na América do Sul durante o século XXI. Em relação à China, destaca-se a rápida expansão de suas instituições financeiras dentro de um período de menos de uma década e a visível ligação entre a concessão de empréstimos para alguns Estados em contrapartida ao fornecimento de petróleo da parte destes. Sublinha-se que alguns dos financiamentos, chegaram até mesmo a ser garantidos diretamente em barris do recurso. Além disso, desde 2017 a Venezuela passou a cotar seu petróleo em yuan, contornando o mercado de dólares. Por fim, interpreta-se que a maior autonomia decisória dos governos da Pink Tide, seguida do aprofundamento das relações com a China, desencadearam reações adversas por parte do establishment norte-americano. Essas reações são demonstradas a partir da apresentação de indícios diversificados que, conjuntamente, apontam para a ingerência do governo ou de empresas norte-americanas em eventos cruciais que teriam contribuído para a desestabilização dos governos progressistas nos três países analisados. Esses indícios, ainda que não possuam linearidade ou correlação visível entre eles, receberão maior uniformidade e coerência à luz do conceito de Guerra Híbrida, que será apresentado na última seção.

2. O Ciclo Político da Pink Tide na América do Sul

Com a chegada do novo século, a ideologia liberal que até então desfrutava de consenso quase irrestrito nos círculos políticos e nos organismos internacionais, passa a ser desafiada por uma série de governos progressistas que são eleitos na América do Sul. O fenômeno em questão, que consiste na ascensão simultânea de diversos partidos de esquerda nos âmbitos executivo e legislativo na América do Sul, passou a ser denominado *Pink Tide* (maré rosa).

Durante mais de uma década, esses governos promoveram mudanças na condução das políticas econômicas e nas instituições de seus respectivos países, assim como impactaram, no âmbito externo, na dinâmica das relações internacionais. Ao buscarem o retorno das estratégias desenvolvimentistas, os governos da Pink Tide reforçaram o papel do Estado na condução da economia e nacionalizaram ou incrementaram o controle em setores considerados estratégicos.

Os novos governos progressistas, além de retomarem algumas práticas com características desenvolvimentistas, adicionaram um forte conteúdo social ao modelo, priorizando a manutenção dos processos democráticos na política, com redistribuição fiscal, melhoria da qualidade e do acesso a serviços públicos de saúde e educação e, em alguns casos, o estabelecimento de reformas constitucionais de modo a aumentar a inclusão e a participação dos cidadãos nas decisões políticas.

Após cerca de uma década, na qual muitos autores relacionam a ampla aprovação dos governos progressistas ao “ciclo internacional das commodities”, a Pink Tide começa a mostrar sinais de crise em diversos países na região, entrando em severo declínio por volta de 2015. Em parte, atribui-se esse declínio à queda internacional dos preços das commodities, sobretudo dos recursos energéticos, à recessão mundial e à desaceleração da economia chinesa. Contudo, o presente trabalho tem a pretensão de inserir a situação de colapso da Pink Tide dentro do contexto da geopolítica global, em específico da disputa hegemônica do sistema internacional, mostrando indícios de como a conjuntura externa pode ter influenciado no destino dos governos progressistas.

Portanto, o capítulo inicial tem por objetivo esclarecer os principais contornos do que se refere como Pink Tide e de que modo ela foi efetiva em modificar as estruturas sociais e os modelos econômicos nacionais, assim como a dinâmica das relações regionais e internacionais. Primeiramente, busca-se descrever o contexto de ascensão dos governos da

Pink Tide, relatando brevemente em qual conjuntura internacional eles são eleitos e, a partir da revisão da literatura, tentar elencar as razões que levam ao declínio do neoliberalismo na região. Em seguida, apresenta-se uma compilação sucinta das tipologias e taxonomias que os autores que se dedicaram a analisar o período em questão, utilizaram para entender os diferentes estilos de governos progressistas que surgiram. As próximas duas seções identificam os principais contornos em termos de estratégias e práticas na condução das políticas econômicas e sociais aderidas pelos governos integrantes da Pink Tide. Em seguida apresentam-se as críticas em relação à sustentabilidade e êxito desse modelo. Por fim, sugerem-se alguns indícios de como as semelhanças ideológicas presentes nas relações exteriores dos países que compõem a Pink Tide impactaram na dinâmica dos vínculos regionais e internacionais e, por consequência, na inserção externa dos Estados e, nos casos dos três países analisados, descrevem-se brevemente os eventos que comprovam o vertiginoso declínio desses governos a partir de meados década corrente.

2.1 A ascensão da Pink Tide

Entre o final da década de 1990 e início do século XXI, enquanto a grande maioria dos países no mundo está inserido no contexto neoliberal, uma série de governos progressistas são eleitos na América do Sul, fenômeno geralmente denominado Pink Tide (maré rosa). O termo começou a ser utilizado após uma declaração de Larry Rohter, repórter do *New York Times* em Montevideu, na qual ele se referiu ao estilo político do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, como "não tanto uma maré vermelha ... quanto uma rosa".¹ A eleição de Hugo Chávez, em 1998, foi a primeira de uma série que levou candidatos, movimentos e partidos de esquerda ao poder. Até esse momento, somente um candidato de centro-esquerda havia sido eleito por eleições regulares na América Latina: Salvador Allende no Chile, em 1970 (LOPES FARIA, 2016).

A exclusão e a pobreza, acentuadas por décadas de políticas neoliberais, a consolidação das democracias representativas e a ebulição dos movimentos sociais são alguns dos elementos que possibilitaram a ascensão de outros governos de esquerda na América do Sul. O processo de “giro à esquerda”, constituiu um fenômeno que abrangeu quase toda a América do Sul durante a década passada, conforme mostra abaixo a figura 1.

¹“They are sympathetic to the symbols and rhetoric of the left's revolutionary past, cozy with Fidel Castro, and frequently anti-American in their talk, but they continue to pursue economic policies that are favorable to American interests and sensitive to perceptions of Wall Street” (ROTHER, 2005).

Figura 1: Ascensão dos primeiros governos da Pink Tide na América do Sul



A grande recessão econômica provocada pela crise da dívida no início dos anos 80 contribuiu para uma percepção generalizada de que as políticas de industrialização por substituição de importações (ISI) e intervencionistas, utilizadas nas décadas anteriores por alguns Estados latino-americanos, haviam fracassado. Em paralelo, o colapso da União Soviética (URSS) conferiu credibilidade a essa visão e prenunciou a universalização da economia de mercado como o único modo viável de organizar as relações econômicas (WEYLAND, 2009).

O ápice do enquadramento dos países latino-americanos ao receituário neoliberal foi representado pelo termo “Consenso de Washington”.² As medidas adotadas como resultado da submissão dos países da região ao Consenso de Washington, na década de 1990, diferente das promessas iniciais de elevar a competitividade e a integração da região aos mercados internacionais, ao pregar a separação entre as esferas política e econômica e a defesa do enxugamento do aparelho estatal, as iniciativas implementadas de abertura comercial e financeira e privatizações acabaram obstruindo a obtenção receitas para os cofres públicos e mingando os recursos disponíveis para o fornecimento de serviços públicos.

Não há dúvidas, contudo, que o esgotamento das medidas neoliberais adotadas na região desde meados da década de 80 contribuiu fortemente para a eleição de diversos governos de oposição na América Latina. Para Weyland (2009), a ascensão da Pink Tide possui relação com os descontentamentos populares, em função do crescimento da pobreza e da desigualdade. Além disso, o reestabelecimento das democracias conferiram aos cidadãos maior autonomia sobre o destino de seus países. Contudo, conforme o autor, somente essa variável não é o suficiente para explicar o fenômeno em questão, visto que países como Venezuela e Equador nunca chegaram a aderir de modo extensivo o receituário neoliberal. Outros dois fatores, para o autor, explicam o porquê da ascensão das esquerdas latino-americanas em vários países na mesma época, com seus distintos contornos ideológicos e agendas de governo.

Weyland atribui que o tipo de política econômica conduzida pelos governos de esquerda na região é melhor explicado pelo grau em que o sistema partidário é institucionalizado. As transições democráticas em países como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, que passaram por longas décadas de ditaduras militares, explicariam o

²O termo refere-se ao conjunto de recomendações ou medidas formuladas por economistas de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Tesouro dos Estados Unidos, destinadas a promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

comportamento mais cauteloso desses países em conduzirem reformas profundas após o período neoliberal, enquanto países como Venezuela e Equador não contariam com a mesma precaução com a possibilidade de provocarem uma ruptura institucional.

O terceiro e último argumento de Weyland acerca dessas diferenças entre as condutas das esquerdas latino-americanas refere-se a abundância de recursos naturais. Países com fontes abundantes de petróleo, por exemplo, são mais livres para alterar radicalmente suas políticas econômicas, desde que o Estado capture boa parte das receitas oriundas do setor. A abundância no solo e os ganhos exorbitantes fazem com que a busca pela criação de riqueza através da produtividade, eficiência e competitividade pareça desnecessária (WEYLAND, 2009). Portanto, de acordo com Weyland, isso justificaria o porquê da vontade política ser empregada mais facilmente em países como a Venezuela e a Bolívia.

Uma vertente associa a ascensão dos partidos de esquerda contemporâneos ao fim da URSS. Segundo essa visão, a queda da URSS teria conferido maior margem para a autonomia política e ideológica dos partidos de esquerda latino-americanos, que puderam definir suas linhas de ação de forma independente das diretivas do Komintern que predominaram sobre os partidos comunistas durante as Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Os partidos puderam dissociar-se da imagem totalitária da URSS stalinista e aderir a ideologias que priorizassem, acima de tudo, a manutenção das democracias. Além do mais, essa maior autonomia conferia a possibilidade de adaptação das ideologias progressistas em relação às realidades locais (PETKOFF, 2005).

Por outro lado, Petkoff (2005) salienta que com o fim da URSS, o declínio da lógica da Guerra Fria possibilitou a renovação das ideologias de esquerda sem os enquadramentos em “esferas de influência”, visto que, até esse momento, tanto URSS quanto EUA foram muito cautelosos em permitir em suas respectivas áreas de influência geopolítica, o surgimento de governos que pudessem servir à estratégia global do seu respectivo arqui-inimigo. Os EUA deixaram, em alguma medida, de perceber os governos de esquerda na América Latina como uma ameaça aos seus interesses estratégicos. De acordo com Petkoff (2005): *“A "esfera de influência" americana é global, mas, não sendo ameaçada por uma hecatombe atômica, há uma margem de manobra muito maior para os governos que não estão alinhados com Washington”*.

Apesar da associação recorrente entre a ascensão da Pink Tide e o “boom das commodities”^{*} é importante ressaltar que a primeira onda de vitórias eleitorais de partidos de

esquerda ocorre antes de serem registrados aumentos expressivos nos preços internacionais das commodities.³ Por outro lado, a durabilidade e posterior perda de popularidade das políticas sociais implementadas possui, até certo ponto, relação com o ciclo de alta dos preços das commodities.

O ciclo das commodities tem início a partir de 2002 e perdura de modo ininterrupto até 2008, ainda que os preços de algumas categorias relevantes tenham se mantido estáveis até mais recentemente. Antes de registrarem queda no segundo semestre de 2008, os preços reais da energia e dos metais mais do que dobraram nos cinco anos anteriores, enquanto o preço real dos alimentos e bebidas aumentou 75%. O crescimento dos preços das commodities no comércio internacional esteve liderado pelo setor energético, cujo aumento foi superior a 200%, somente entre 2000 e 2008, seguido pelos minerais metálicos, com um acréscimo de cerca de 158% no mesmo período. Os alimentos só apresentam essa trajetória mais tardiamente, com uma elevação de 64% a partir de meados de 2007 (WORLD BANK, 2009).

2.2 As vertentes da Pink Tide

Uma parcela relevante da literatura existente, que tem como objetivo investigar a Pink Tide, dedica-se a fazê-lo através do estabelecimento de tipologias de classificação para as diferentes experiências na região. De modo geral, autores como Gustavo Flores-Macías, Jorge Castañeda e Francisco Panizza costumam a categorizar essas experiências em dois grandes grupos: os governos pró-mercado ou democratas, no qual se enquadrariam o Brasil durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), o Chile da *Concertación de los Partidos por la Democracia* e o Uruguai do *Frente Amplio*; e, de outro lado, os países pejorativamente categorizados como autoritários, populistas e estatistas, nos quais costuma-se classificar a Venezuela nos mandatos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a Bolívia nos governos de Evo Morales e o Equador durante o período de Rafael Correa como presidente.

Castañeda (2006) afirma ser possível distinguir as experiências da Pink Tide entre “social-democrata” e “autoritária” ou “populista”. Na categoria das “esquerdas populistas”- (na América do Sul -, Castañeda enquadra os presidentes Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales. Para o autor, os governantes adotam recorrentemente políticas radicais e menos

³O termo é utilizado para fazer referência ao fenômeno que consistiu na ascensão simultânea e duradoura dos preços de várias commodities (como alimentos, petróleo, metais, produtos químicos, combustíveis e similares) durante o início do século XXI.

sensíveis a “estímulos modernizantes”. Já os presidentes da linha social-democrata, Lula, Michelle Bachelet e Tabaré Vázquez, seriam mais pragmáticos ou realistas em suas políticas.

Já Panizza (2006), seguindo uma vertente mais institucionalista, busca uma explicação para as diferentes experiências progressistas nas raízes dos distintos sistemas partidários. A primeira categoria (semelhante à proposta por Castañeda) conta com sistemas partidários e instituições mais sólidas, previamente à ascensão dos governos de esquerda, enquanto os “populistas” são o resultado de sistemas partidários e instituições em colapso, fruto das reformas de mercado no continente.

Em relação à agenda econômica, Flores-Macías (2010), cuja dicotomia proposta também é semelhante a de Castañeda, identifica o primeiro grupo (pró-mercado) com a manutenção da prudência fiscal, da flutuação dos preços e do estabelecimento de políticas sociais, enquanto o segundo com as nacionalizações de empresas e com controles de preço e câmbio. O autor adiciona uma categoria intermediária, na qual consta a Argentina durante os governos de Nestor e Cristina Kirchner. Para o autor, as políticas estatistas implementadas pelos presidentes argentinos possuíam carácter moderado, tendo incluído entre outras, controles de preços, inadimplência da dívida soberana e nacionalizações relativamente limitadas do serviço postal e dos fundos de pensão privados da Argentina.

A partir da literatura brevemente apresentada, percebe-se que as categorias classificatórias e novas taxonomias inventadas possuem um conteúdo normativo embutido que persiste em categorizar os governos que aderiram a um receituário econômico mais ortodoxo como as “boas esquerdas”, racionais e democráticas e os que promoveram reformas políticas e econômicas mais amplas, desafiando os paradigmas da democracia liberal, como populistas e autoritários, como ocorreu nos governos de Chávez e Morales, ao reforçarem formas participativas, como referendos e plebiscitos nas respectivas Constituições.

Por outro lado, alguns autores como Gallegos (2006) e Stokes (2009) optam por enfatizar as semelhanças entre as experiências da Pink Tide, ao contrário dos autores anteriormente mencionados (SILVA, 2010). Gallegos (2006) argumenta que essas experiências compartilham um conjunto de processos e propostas que autorizam falar em “ciclo político comum”. Stokes (2009) destaca que as esquerdas latino-americanas do século XXI tiveram como um processo comum a tentativa de equilibrar a exposição aos mercados globais com um papel mais ativo dos Estados.

Franklin Gallegos (2006) argumenta que a despeito da heterogeneidade presente nas

práticas políticas introduzidas no início do atual século pelos partidos progressistas na América do Sul, é relevante a constatação de que nunca antes as coligações ou movimentos políticos que se reconhecem como provenientes do campo da esquerda, conseguiram ser democraticamente eleitos quase ao mesmo tempo, em um número tão grande de países no continente.

O autor menciona que além do aumento do gasto social, pelo menos quatro características comuns podem ser encontradas no ciclo político referente à Pink Tide: a) o retorno de práticas desenvolvimentistas (novo-desenvolvimentismo) com ênfase no investimento público em setores estratégicos e orientação para a redistribuição fiscal; b) a inserção soberana no cenário internacional através do aumento da capacidade de negociar com atores estrangeiros; a promoção de uma política externa dinâmica e multilateral que repensa os vínculos com os EUA, a ênfase sem precedentes nos processos de integração regionais, com uma agenda geopolítica que busca superar a natureza estritamente comercial dos acordos anteriores e o compromisso com projetos de investimento conjunto em setores econômicos com grande impacto regional e nacional; c) a promoção da cooperação entre o setor público e o privado em busca de formas mistas de propriedade e gestão produtiva; d) inovação democrática na política, baseada na promoção de mecanismos de democracia participativa ou comunitária.

Criticando a tese das “duas esquerdas” de Castañeda, Gallegos enfatiza que o aprofundamento do debate em torno da dicotomia entre as práticas progressistas, explicado em termos de rejeição ao receituário neoliberal ou pelo tipo de institucionalização do sistema político, muitas vezes torna-se funcional ao ideário normativo das “boas práticas econômicas”, que coincidem com aquelas que são orientadas para satisfazer o funcionamento do livre mercado.

Susan Stokes (2009), buscou responder a questão do porquê a Pink Tide não foi mais assertiva em limitar a influência oriunda dos mercados globais, de modo a diminuir os impactos da globalização sobre as sociedades sul-americanas. Para a autora, em vez de uma reação adversa, a esquerda impulsionou uma tendência à abertura sustentada perante o mercado mundial, somada a um setor público expandido, que seria o elemento central do equilíbrio que explicaria a popularidade desses governos.

Conforme as políticas liberalizantes começaram a apresentar sinais de declínio e os partidos de esquerda ganharam mais popularidade, diversos estudos, como o mencionado por

Stokes do jornal *The Economist* “*Backlash in Latin America*” (1996), especulavam que os novos grupos a assumirem os governos na região promoveriam uma retirada massiva dos mercados globais através da implementação de medidas protecionistas. Contrariamente às expectativas, o estudo elaborado por Stokes demonstra que não há indícios suficientes que comprovem a retirada das economias que compõem a Pink Tide dos mercados globais, somente da expansão do setor público e dos gastos sociais. Esse seria o atributo comum de todos os governos progressistas da região, ao contrário do que supunham alguns autores que associavam o aumento do setor público excepcionalmente a práticas de cunho “populista” (STOKES, 2009).

É a perspectiva dessa última vertente da literatura que se pretende aderir na dissertação, ao enfatizar a unidade sistêmica que abrange a ascensão das esquerdas na América do Sul do século XXI como um ciclo político comum. A principal característica desse ciclo refere-se ao incremento do papel do Estado, a partir do estabelecimento de algumas rupturas com o receituário neoliberal, ao trazerem propostas características do Estado de bem-estar e utilizarem-se do setor primário como gerador de receitas para os cofres públicos, por meio das quais torna-se possível a redistribuição fiscal a implementação de políticas sociais.

2.3 Estado, Novo-Desenvolvimentismo e Neoextrativismo durante a Pink Tide

Uma característica comum no ciclo político progressista da América do Sul no século XXI corresponde ao “retorno do Estado” no planejamento econômico, como havia sido em países desenvolvimentistas antes do período neoliberal. Não obstante as diferentes escolhas adotadas em oposição à submissão do receituário neoliberal, é possível conceber que, simultaneamente em diversos países sul-americanos, o extrativismo e as agendas desenvolvimentistas passam a conviver em uma relação quase simbiótica. De um lado, a prática extrativa como centro dinâmico de acumulação é legitimada por meio de promessas de progresso econômico e social, seja pela perspectiva geração de emprego e renda, ou pela melhora dos serviços públicos e da redistribuição fiscal. Por outro lado, o aumento dos preços das commodities no início do novo século, somado às novas regras de tributação e ao fortalecimento do controle estatal sobre setores extrativos, auxiliaram na arrecadação dos cofres públicos, e possibilitaram o desenvolvimento de políticas sociais.

De acordo com esse modelo, o Estado passa a capturar uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos, do qual parte dos recursos financiam políticas sociais, o que possibilita que o governo obtenha novas fontes de legitimidade social. Eduardo Gudynas (2011) denomina “Estado Compensador” o modelo de Estado que se propõe a implementar políticas combate à pobreza a partir da distribuição de recursos fiscais vinculados à captura de renda extrativa. Gudynas (2009) cunhou o termo “Neoextrativismo” para designar o modelo econômico conduzido pelo Estado Compensador. De acordo com o autor, essa seria uma das principais diferenças entre o paradigma neoextrativista e os modelos rentistas clássicos, nos quais as receitas eram exclusivamente capturadas por elites locais e cujas práticas predominaram na América Latina durante a maior parte do tempo desde a chegada dos europeus.

Destaca-se também o conceito concebido por Pedro Loureiro (2018) de “Estado Neo-corporativista”, em que o Estado da Pink Tide em comparação com o Estado neoliberal, que propunha-se apenas a assegurar a disciplina das classes ao mercado, assumiu um caráter mais flexível, ao tentar mediar relações de classe por meio de políticas econômicas e sociais e de procedimentos de negociação (LOUREIRO, 2018). Ainda que tenha sido possível vincular, em alguma medida, as estratégias de acumulação aos objetivos desenvolvimentistas, a coordenação das relações de classe fez com que o poder estatal passasse a ser visto como responsável pelo desempenho material das várias frações de classe e como consequência, que sua legitimidade fosse acentuadamente atrelada à obtenção de ganhos para as classes dominantes (LOUREIRO, 2018).

Ainda que houvesse continuidade, até certo ponto, em relação às práticas econômicas do período anterior, na busca de programas de governo alternativos ao receituário neoliberal, discursos e práticas com contornos desenvolvimentistas diversos predominaram nos círculos políticos da esquerda latino-americana. Essa percepção pode ser identificada tanto no âmbito do retorno do desenvolvimentismo como uma “ideologia de transformação da sociedade” ou como um “meio para atingir o progresso social” (BIELSCHOWSKY, 1988; PARROUX, 1984), quanto em termos práticos, ou seja, através do intervencionismo estatal na busca de crescimento econômico e da construção de um projeto nacional (MOLLO; FONSECA, 2013).⁴

⁴Fonseca e Mollo (2013) identificam três elementos principais que compõem o desenvolvimentismo: a defesa da a) industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um “projeto nacional”.

Nas economias mistas, ou seja, aquelas consideradas parcialmente industrializadas, como Brasil e Argentina, avalia-se que houve a retomada de práticas desenvolvimentistas, tanto no plano ideológico quanto no prático, dentro dos moldes que alguns autores passaram a denominar “novo-desenvolvimentismo”. A utilização do termo costuma referir-se à oposição em relação à ortodoxia, que advoga a favor da intervenção mínima por parte do Estado na esfera econômica. No sentido contrário, o modelo novo-desenvolvimentista buscaria restabelecer o protagonismo do Estado em promover o crescimento econômico, estipular medidas que visam aumentar o nível de demanda agregada, assim como em criar um ambiente estável que estimulasse a retomada de novos investimentos. Bresser-Pereira (2009) define o conceito da seguinte forma:

[...] um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através do qual, no início do século XXI, os países de renda média buscaram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na economia do desenvolvimento. É um conjunto de ideias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos por reformas e políticas econômicas, como liberalização das contas de capital e crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes.

De acordo com Bresser-Pereira (2008) e Sicsú et al (2005), no Brasil, o novo-desenvolvimentismo buscaria a retomada do desenvolvimento, adaptando-o a realidade do século atual, superando o foco na ISI que predominara no desenvolvimentismo do século anterior. Essa agenda deveria ser composta de um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico, baseadas em uma realidade distinta.

Em termos práticos, diferente do desenvolvimentismo “clássico”, as condutas típicas do novo-desenvolvimento, apesar de também implicarem obrigatoriamente a retomada da centralidade do Estado na coordenação e planejamento econômico, são mais condizentes com algumas normas das economias de mercado, como a intransigência em relação a déficits fiscais e à inflação. Além disso, o foco na ISI e no planejamento centralizado para a industrialização é reduzido e, no lugar, o Estado passaria a adequar-se à função de criar estímulos às exportações e ao fortalecimento do mercado interno, como meio de promover indiretamente a industrialização, assim como gerar oportunidades para investimentos privados (BRESSER-PEREIRA, 2009).

No Brasil, a agenda novo-desenvolvimentista pode ser identificada em medidas

adotadas a partir do primeiro governo Lula, que inicialmente sinalizou estabilidade econômica ao mercado, com a adesão ao “tripé macroeconômico”, enquanto paulatinamente implementou políticas orientadas ao crescimento econômico com distribuição de renda.⁵

Destacam-se iniciativas como a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a adoção de políticas industriais e de inovação, o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além das medidas de consolidação institucional pró-desenvolvimentistas, cabe ressaltar que a busca pelo crescimento econômico com transformação estrutural nos governos Lula e Dilma vieram acompanhados de políticas sociais para amenizar a desigualdade e o conflito distributivo.

O Bolsa Família foi o programa de renda mínima que atingiu as famílias em situação de miséria no país, mas que além de contribuir para o provisionamento das necessidades básicas da população de baixa renda, também possibilitou efeitos multiplicadores na economia, ao estimular a demanda por bens de consumo básico (NERI et al, 2013). No entanto, no âmbito social, ainda que a política de renda mínima tivesse atingido a miséria que alcançava uma parcela significativa da população brasileira, gerou-se uma “mobilidade dentro da pobreza”, sem que se concretizasse a eliminação da vulnerabilidade, originária sobretudo da informalidade do emprego, dos baixos salários, da qualidade dos serviços públicos e dos preços da habitação (MARTINS, 2013).

Cabe destacar o papel desempenhado pela Petrobras. Além da estratégia de intensificar o protagonismo da empresa no setor de extrema relevância para a segurança energética nacional, que é o petróleo, a partir do regime de cessão onerosa (Lei nº 12.276/2010), e do regime de partilha (Lei nº 12.351/2010), buscou-se também estabelecer o encadeamento estratégico com outros setores, como a indústria naval e os segmentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O governo federal buscou fomentar o crescimento e a modernização dos estaleiros nacionais a partir do desenvolvimento da demanda do segmento naval, promovendo a busca desde embarcações de apoio *offshore* até equipamentos de exploração e produção, produtos que vinham sendo fabricados nos estaleiros brasileiros, conforme requisitados pela Petrobras. Entre 2002 e 2013, houve um crescimento de 128% dos estabelecimentos cadastrados na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0) como construtores de

⁵Metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais.

embarcações (CARDOSO, 2015).

A política de conteúdo nacional constituiu o fundamento que possibilitou essa engrenagem (assim como em relação a setores de P&D) na medida em que estabelecia um percentual mínimo de conteúdo local relativo à aquisição de bens e serviços voltados para atividades de produção e exploração de qualquer tipo de hidrocarboneto. A partir do estabelecimento do conteúdo local mínimo, foi possível incrementar os investimentos em P&D em parceria com universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico e inovativo e o fomento a empresas vinculadas à produção de diversas tecnologias.

A Argentina é outro país em que alguns economistas reconhecem a adoção de medidas características da estratégia novo-desenvolvimentista a partir do governo de Néstor Kirchner e, posteriormente, sua esposa, Cristina Kirchner. Essas medidas buscaram fortalecer o mercado interno com políticas fiscais expansivas e distribuição de renda. O câmbio desvalorizado foi uma ferramenta essencial na promoção das exportações argentinas. Através da modernização das exportações agrícolas (principal segmento exportador do país) acrescida do aumento da arrecadação pelo Estado foi possível incorrer à expansão dos gastos públicos. A maior indústria do país é composta de manufaturados primários destinados à exportação, portanto as políticas macroeconômicas empreendidas pelos governos dos Kirchner conferiram maior aquiescência em relação ao emprego das vantagens comparativas do país no comércio internacional (KATZ, 2015).

Por outro lado, o estabelecimento de uma agenda propriamente novo-desenvolvimentista não pode ser auferido a economias quase inteiramente dependentes de exportações não processadas como é o caso da ampla maioria dos países sul-americanos. Contudo, é possível argumentar que, ao captar receitas obtidas no setor extrativista e redistribuí-las por meio de melhorias nos serviços públicos e programas de geração de emprego e de transferência de renda, alguns Estados aderiram ao modelo neoextrativista (KATZ, 2015; GUDYNAS, 2011).

Em função da centralidade do setor extrativista nas novas agendas econômicas, Gudynas (2009) denomina esse paradigma, ou as experiências ocorridas, em maior ou menor medida, dependendo do país em questão, “extrativismo progressista” ou “neoextrativismo”. No artigo “*Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*”, o autor postula uma série de ideias e argumentos acerca

da permanência do extrativismo na América do Sul, contudo, através da nova caracterização, a qual ele denomina *neoextrativismo*. A fim de conferir o reconhecimento da identidade própria do estilo progressista de extrativismo, Gudynas estabelece uma abordagem na qual ele lista dez características que compõem o Estado neoextrativista:

1) A importância dos setores extrativistas persiste como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento. 2) O progressismo sul-americano gera um novo tipo de extrativismo, tanto para alguns de seus componentes como pela combinação de atributos antigos e novos. 3) Existe uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, tanto através de ações diretas quanto indiretas. 4) O neoextrativismo serve a uma inserção internacional subordinada e funcional para a globalização comercial e financeira. 5) A fragmentação territorial continua, com áreas relegadas a enclaves extrativos associado aos mercados globais. 6) Além da propriedade dos recursos, reproduzem-se regras e operação dos processos produtivos focados em competitividade, eficiência, maximização de renda e externalização de impactos. 7) Os impactos sociais e ambientais foram mantidos e, em alguns casos, pioraram. 8) O Estado captura (ou tenta capturar) uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos e parte desses recursos financiam programas sociais, portanto, ele ganha novas fontes de legitimidade social. 9) Algumas contradições do extrativismo são revertidas e ele passa a ser concebido como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento. 10) O neoextrativismo faz parte de uma versão contemporânea do próprio desenvolvimento da América do Sul, onde o mito do progresso é mantido sob uma nova hibridização cultural e política (GUDYNAS, 2009, p. 221, tradução nossa).⁶

Esse conceito, portanto, implica tanto a existência de um Estado democrático quanto a de um projeto de contornos desenvolvimentistas, limitado pelas capacidades materiais existentes e pela inserção especializada em recursos naturais no âmbito do comércio internacional. Além disso, denota a continuidade de um modelo econômico de cunho extrativista, considerando que a maioria dos países sul americanos possui uma pauta exportadora majoritariamente composta de recursos naturais pouco processados. (GUDYNAS, 2011).

⁶1) Persiste la importancia de los sectores extractivistas como un pilar relevante de los estilos de desarrollo. 2) El progresismo sudamericano genera un extractivismo de nuevo tipo, tanto por algunos de sus componentes como por la combinación de viejos y nuevos atributos. 3) Se observa una mayor presencia y un papel más activo del Estado, con acciones tanto directas como indirectas. 4) El neo-extractivismo sirve a una inserción internacional subordinada y funcional a la globalización comercial y financiera. 5) Sigue avanzando una fragmentación territorial, con áreas relegadas y enclaves extractivos asociados a los mercados globales. 6) Más allá de la propiedad de los recursos, se reproducen reglas y funcionamiento de los procesos productivos volcados a la competitividad, eficiencia, maximización de la renta y externalización de impactos. 7) Se mantienen, y en algunos casos se han agravado, los impactos sociales y ambientales de los sectores extractivo. 8) El Estado capta (o intenta captar) una mayor proporción del excedente generado por los sectores extractivos, y parte de esos recursos financian programas sociales, con lo que se ganan nuevas fuentes de legitimación social. 9) Se revierten algunas contradicciones sobre el extractivismo, y se lo pasa a concebir como indispensable para combatir la pobreza y promover el desarrollo. 10) El neo-extractivismo es parte de una versión contemporánea del desarrollismo propia de América del Sur, donde se mantiene el mito del progreso bajo una nueva hibridación cultural y política (GUDYNAS, 2009, p. 221).

É preciso salientar que o neologismo “neoextrativismo” surge a partir de uma reformulação do *extrativismo clássico*, implicando rupturas e ao mesmo tempo continuidades em relação a esse modo de apropriação e exploração dos recursos naturais. O extrativismo clássico é caracterizado pela posse privada dos recursos naturais por uma elite detentora de capitais que controla os meios de produção e a terra, cujo objetivo é extrair receitas da exportação dos insumos brutos ou pouco refinados, a fim de elevar o próprio lucro (ACOSTA, 2012). De modo geral, pode-se afirmar que foi o tipo de exploração principal que imperou na região desde a colonização pelos europeus até o presente, com exceção das experiências neoextrativistas ocorridas durante os últimos anos.

A adoção desse modelo pelos países sul-americanos não constitui um fenômeno singular. Ele diferencia-se de acordo com as particularidades históricas, culturais e sociais em cada país. Contudo, é possível identificá-lo como um fenômeno sistêmico presente na região, em maior ou menor intensidade desde meados da década passada. Assim como no novo-desenvolvimentismo, sua principal ruptura em relação ao período neoliberal, refere-se ao papel desempenhado pelo Estado. Nesse modelo, o Estado deixa de ser meramente garantidor dos direitos de propriedade privada e passa a ser o protagonista na condução da atividade extrativa.

Dentre atribuições mais relevantes do Estado neoextrativista estão a regulamentação de setores estratégicos, a nacionalização de empresas ou promoção das mesmas no exterior e, por fim, a priorização de políticas sociais focadas geralmente na redistribuição fiscal e no fornecimento de serviços públicos. Os governos progressistas nos quais podem ser mais facilmente identificados elementos do paradigma neoextrativista são Venezuela, Bolívia e Equador. De acordo com Gudynas (2011):

Provavelmente as mudanças mais substanciais tenham ocorrido na Bolívia, já que o governo de Evo Morales impôs em 2006 a renegociação dos contratos com as empresas petrolíferas, aumentando os royalties e a tributação. O novo extrativismo progressista na América do Sul tentando fortalecer a empresa petrolífera estatal YPFB; na Venezuela, o governo Chávez impôs uma maioria acionária da PDVSA (a empresa petrolífera estatal) nos empreendimentos com o setor privado e uma maior vinculação com as estatais dos outros países. No Equador segue-se a mesma linha; e no Brasil uma nova regulamentação para o setor está sendo discutida.

Em termos de políticas sociais que foram implementadas com o intuito de mitigar os efeitos adversos do desenvolvimento ancorado em recursos naturais, existiram diversas iniciativas de transferência direta e indireta de renda, além das melhorias atribuídas à

qualidade dos serviços públicos. Na Venezuela, Chávez retomou a fórmula desenvolvida por Arturo Uslar Pietri nos anos 1930 de “*Sembrar el Petroleo*”, por meio da qual, apresentava a necessidade de direcionar os recursos provenientes do petróleo aos setores não-petrolíferos da economia nacional, com vistas ao desenvolvimento integral do país no seu *Plan Siembra Petrolera 2005-2030* (HURTADO; MEDINA, 2012; STEFANONI 2012).

A Bolívia e o Equador conferiram a mesma centralidade ao setor de hidrocarbonetos -no caso do primeiro país, ao gás natural e, no segundo, ao petróleo - como gerador de estratégico de superávit (poupança interna) e moeda estrangeira para impulsionar o desenvolvimento dos outros setores da economia, produtores de emprego e renda. Essa estratégia está descrita, no caso da Bolívia, no documento oficial do governo *Plan Nacional de Desarrollo* (2006) e, no Equador, no *Plan Nacional del Buen Vivir* (2013).

Contudo, enquanto a amplitude dos estímulos aos setores produtivos proporcionados pela geração de superávits associados ao extrativismo é altamente discutível, o sucesso da implementação de políticas sociais voltadas ao combate à pobreza é um tema de maior consenso. Na Venezuela, procurou-se ampliar o acesso da população aos serviços públicos básicos através das chamadas *Misiones*. Por exemplo: a *Misión Barrio Adentro* teve o papel de levar o acesso à saúde a bairros mais pobres, contratando médicos (nacionais e cubanos) e comprando equipamentos; a *Misión Robinson, Ribas y Sucre* teve como objetivo erradicar o analfabetismo; a *Misión Mércal* eliminar a fome e a *Misión Habitat* a ampliação do acesso à moradia (STEFANONI, 2012).

Na Bolívia e no Equador, as políticas sociais voltaram-se, sobretudo aos programas de transferência direta de renda. Na Bolívia, o governo concedeu diversos “bonos”: *Bono Juancito Pinto* (crianças em idade escolar), *Bono Juana Azurduy* (mulheres grávidas) e *Bonosol* (idosos), além de desenvolver o *Programa Desnutrición Cero*, para reduzir a desnutrição e de lançar o subsídio ao setor elétrico em zonas rurais, chamado *Tarifa Dignidad*. No Equador, foi ampliado o valor destinado a cada cidadão em situação de pobreza pelo programa de renda mínima *Bono de Desarrollo Humano* de US\$ 15 a US\$ 35 (STEFANONI, 2012).

2.4 Críticas e limites ao desenvolvimento ancorado em recursos naturais

Não obstante as melhorias sociais e os projetos de redistribuição fiscal impulsionados

a partir das receitas obtidas com a extração de recursos naturais, geralmente a produção bibliográfica acadêmica referente ao ciclo do extrativismo progressista sul-americano possui conotação crítica. Eduardo Gudynas (2011), Maristella Svampa (2013) e Claudio Katz (2012) apontam justamente para o paradoxo que consiste no aprofundamento do modelo extrativista em decorrência de seu sucesso, enquanto as estratégias desenvolvimentistas ancoradas em recursos naturais possuem como meta a gradual superação desse modelo. Quanto mais estímulos ao setor extrativista, seja à mineração, à extração de hidrocarbonetos ou à agricultura, mais este expande suas fronteiras e seus enclaves e mais dependente e vulnerável tornam-se os Estados em relação ao extrativismo.

Em relação às estruturas produtivas existentes nos países da região, estima-se que o período do “Consenso das Commodities”, em que houve o crescimento partindo da expansão das exportações primárias, teria acentuado a primarização das economias (SVAMPA, 2013). Alguns autores também destacam as dificuldades em termos de geração de emprego e estímulos ao mercado interno, uma vez que atividades ligadas ao setor extrativista teriam menor demanda por mão de obra em relação ao setor industrial ou ao de serviços, assim como por trabalhadores mais qualificados. Essa dificuldade desencadearia desemprego ou a proliferação de atividades informais (KATZ, 2012; ACOSTA, 2012).

Já Edgardo Lander (2014) destaca o impacto social e institucional proporcionado pelo estímulo ao rentismo. Uma vez que a economia passa a girar em torno do extrativismo, o Estado torna-se dependente dele e tende aprofundá-lo. “*O extrativismo não só produz o material - não só produz commodities; produz sujeitos, produz relações sociais, produz agentes*” (LANDER, 2014). Portanto, ao conjecturar sobre os efeitos sociais “invisíveis” gerados pelo aprofundamento do extrativismo, para o autor, esse modelo perpetua o padrão de sociedade colonial, baseado no patriarcado, na exploração e no rentismo.

Seguindo o mesmo raciocínio de influência marxista de Lander, Loureiro (2018) argumenta que os governos da Pink Tide escolheram projetos de menor resistência na tentativa de promover uma agenda reformista. Ao restringirem seus objetivos, ainda que tenham sido capazes de promover melhorias para as classes trabalhadoras, principalmente através do aumento do salário mínimo e do estabelecimento de programas de transferência de renda, a ausência de mudanças estruturais e o impedimento do empoderamento popular, através do controle e repressão de sindicatos e movimentos sociais, vieram a ser entraves a uma transformação sustentável das agendas desenvolvimentistas.

Para o autor, o desenvolvimento ancorado em recursos naturais foi funcional à inserção periférica da região no capitalismo internacional, perpetuando seu papel na divisão internacional do trabalho como exportadora de insumos primários, e, além disso, aprofundou a desorganização de sindicatos e movimentos sociais, que tornaram-se gradualmente mais incapazes de exercer pressões extra-institucionais.

Por fim, José Antonio Ocampo (2017) relaciona o declínio da Pink Tide na região à incapacidade dos Estados de enfrentar a armadilha das vulnerabilidades macroeconômicas geradas pelos ciclos de preços das commodities, geralmente porque não conseguiram desenvolver políticas macroeconômicas anti cíclicas apropriadas. Através de uma análise estruturalista, considera a hipótese levantada por Prebisch e Singer de que os preços dos insumos primários tendem a se deteriorar no longo prazo em relação aos das manufaturas (PREBISCH, 1973, SINGER, 1950, apud OCAMPO, 2017).

Ao estudar os ciclos das economias latino-americanas nos últimos 25 anos, o autor conclui que estes, na América Latina, foram mais pronunciados durante o boom das commodities do início do século XXI. Quando a melhoria dos termos de troca aumentou o crescimento da receita houve uma expansão mais forte da demanda agregada. Do mesmo modo, a contração da demanda associada à fase descendente do ciclo também tem sido mais aguda. Ocampo atribui a incapacidade dos governos latino-americanos de aproveitar integralmente os benefícios da especialização em recursos naturais e de conter a intensa crise que assola a região na década atual, sobretudo à ausência, em certa medida, de políticas anticíclicas e de abrandamento da supervalorização cambial e da desindustrialização (OCAMPO, 2017).

2.5 Política Externa e busca por autonomia

Ainda que cada Estado soberano possua suas próprias especificidades com relação aos ideais e práticas presentes nas relações exteriores, é possível observar alguns princípios comuns nas agendas de política externa dos governos latino-americanos dentro do ciclo político da Pink Tide. Em via de regra, comparando com as décadas precedentes, as políticas exteriores protagonizadas pelos governos da Pink Tide caracterizaram-se pelo questionamento às normas e do funcionamento de organismos internacionais, dos efeitos colaterais da globalização econômica, pela busca da diversificação dos aliados econômicos, pela atuação

multilateral e pela defesa da autonomia latino-americana na condução dos assuntos políticos e securitários regionais.

Somente no século XXI emergiram quatro novas iniciativas para a integração regional latino-americana: a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e a Aliança do Pacífico. Mesmo que a proliferação dessas iniciativas evidencie o caráter fragmentado dos interesses envolvidos no âmbito da cooperação regional, ela também indica a extensão do nacionalismo e da defesa da soberania dos países latino-americanos à nível regional. A UNASUL é um exemplo bastante característico dessa visão, uma vez que surge com o intuito de reunir todos os países sul-americanos para reforçar o diálogo político, coordenar assuntos de segurança regional e reforçar o posicionamento dos Estados membros no âmbito internacional.

Contrastando com as décadas precedentes, as medidas econômicas empreendidas pelos governos progressistas da região tiveram como meta o desenvolvimento, o que só seria possível a partir da coordenação e da intervenção dos Estados na esfera econômica. A integração regional foi considerada um instrumento essencial para as estratégias desenvolvimentistas, uma vez que proporcionaria escala e redução de tarifas para os produtores locais.

No âmbito da política internacional, as iniciativas de integração tiveram um papel relevante ao reforçar o posicionamento dos interesses latino-americanos frente a organismos internacionais, assim como na busca pela redemocratização das relações internacionais. Não somente buscou-se uma maior autonomia no âmbito das organizações internacionais como também destacam-se, em meados do século XXI, as iniciativas multilaterais extrarregionais como as Cúpulas Presidenciais entre América do Sul e África e entre América do Sul e Países Árabes (BUDINI, 2010).

Além das cúpulas regionais, destaca-se a ampla atuação brasileira, em especial do ex-presidente Lula, na diplomacia e cooperação sul-sul. Foi durante seu governo que o Brasil passou a integrar os BRICS (e o banco dos BRICS), junto com China, Índia, Rússia e África do Sul, bloco que abrange quase a metade da população mundial, o IBAS, juntamente com África do Sul e Índia e a expandir a sua presença e integração cultural com a África-lusa através da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), região na qual o país possuía interesses econômicos.

Nas últimas duas décadas foi bastante evidente o crescimento vertiginoso das relações entre China e os Estados da América do Sul, sobretudo no âmbito econômico, que esteve subjacente à estratégia do país de obter grandes volumes de recursos energéticos e minerais para afirmar sua segurança energética.⁷ Os investimentos e empréstimos chineses só cresceram substancialmente próximo aos anos 2010, estando voltados também para o setor primário. Além disso, recentemente, o Banco de Desenvolvimento da China (BDC), e o Banco de Exportação e Importação da China (China Ex-Im Bank) converteram-se em credores relevantes na região, conforme será aprofundado no terceiro capítulo (GALLAGHER & RAY, 2015).

Em alguns momentos, durante a última década, evidenciou-se a busca pela atuação conjunta dos países sul americanos em organizações internacionais na defesa de seus interesses. Foi o caso, por exemplo, da atuação conjunta dos países do Mercosul na rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), para combater temas relativos aos prejuízos sofridos por esses países em função dos subsídios agrícolas em países industrializados, assim como na rodada de Cancún, em 2003, em que o Brasil e a Argentina atuaram conjuntamente, no âmbito do G20, na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento (BUDINI, 2010).

Assim como a atuação dos governos progressistas da América do Sul na Organização Mundial do Comércio (OMC) indica uma situação de maior autonomia decisória no âmbito de relações internacionais e, de certa forma, o questionamento e imposição perante as normas do sistema internacional, o mesmo ocorre no que se refere ao alinhamento com os interesses norte-americanos. A Organização dos Estados Americanos (OEA), que por muitas décadas foi sinônimo de dominação e extensão dos interesses dos EUA na América Latina, passou a contar com uma presença mais ativa de outros Estados do continente (BUDINI, 2010).

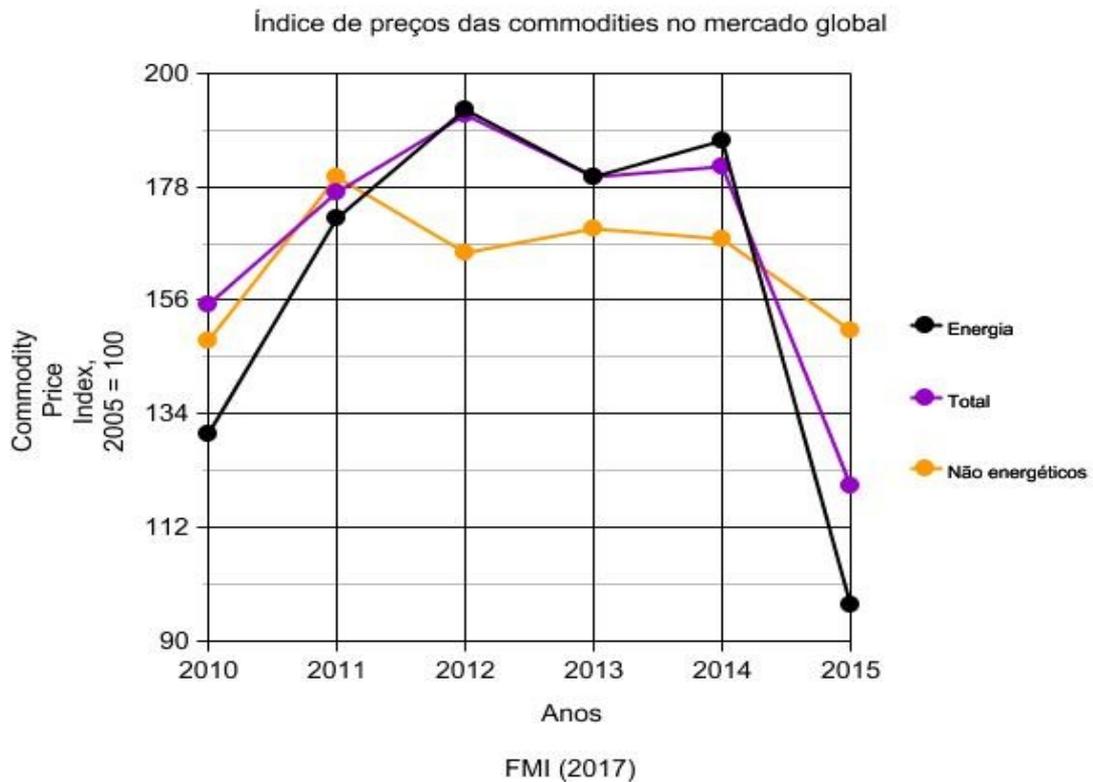
2.6 O Declínio da Pink Tide: casos do Brasil, Venezuela e Equador

Após a crise internacional de 2008, os preços internacionais de algumas commodities apesar de apresentarem um súbito declínio, em especial os do barril de petróleo e de recursos energéticos, recuperaram-se por volta de 2010, mas despencam novamente a partir de 2014. Esse costuma ser o motivo mais reconhecido e enfatizado pelo qual se explicaria o fraco

⁷O comércio entre China América Latina e Caribe disparou, de US\$ 15 bilhões, em 2001 para US\$ 288,9 bilhões, em 2013, um aumento de quase 2000% (GALLAGHER; RAY, 2015).

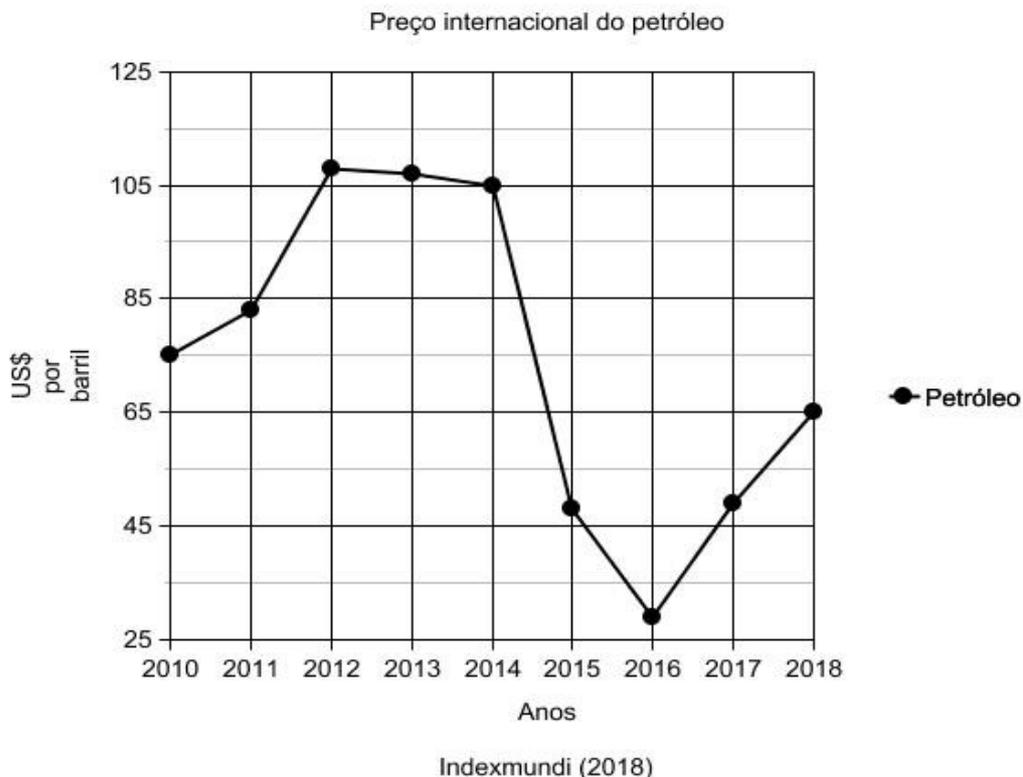
desempenho econômico das economias sul-americanas desde meados da década atual. Observa-se, a partir do gráfico fornecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a magnitude desse declínio, principalmente em relação as commodities energéticas em 2015.

Gráfico 1: Índice de preço das commodities no mercado global (2010-2015)



Já em relação a países como a Venezuela, devido à altíssima dependência em relação a um único bem de exportação (petróleo) o declínio dos preços, conforme mostra o gráfico abaixo resultou numa intensa crise na balança de pagamentos e na hiperinflação, que assolou o país.

Gráfico 2 Preço Internacional do Petróleo (2010-2018)



Em meados da década atual, o status quo correspondente à manutenção dos partidos de esquerda no poder e na formulação de agendas econômicas passou a mostrar sinais de esgotamento, quando esses grupos ou coalizões foram gradualmente sendo retirados dos cargos políticos. Contudo, essa tendência não foi resultado necessariamente, da derrota dos partidos progressistas nas urnas. Inicialmente, a crise econômica possibilitou a abertura de brechas para a desestabilização política duradoura em países da região.

Legisladores no Brasil conduziram o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff por supostas pedaladas fiscais. Na Venezuela, o sucessor de Hugo Chávez, Nicolás Maduro, mesmo após conquistar a reeleição, encontra-se lutando pela manutenção de seu mandato, ao passo que enfrenta uma série de protestos coordenados por grupos da oposição e ameaças de intervenção externa oriundas dos EUA. No Equador, o atual presidente, Lenín Moreno, do mesmo partido do ex-presidente Rafael Correa, acolhe uma varredura em seu partido em relação aos aliados de Correa e uma ruptura com agenda econômica empreendida por seu antecessor, enquanto o mesmo está fora do país, sendo acusado de ter ordenado um sequestro durante sua estadia na presidência equatoriana.

A conciliação dos interesses entre distintos segmentos sociais, tendo abrangido a proteção do regime de acumulação capitalista vigente juntamente com políticas públicas e ganhos para os trabalhadores, não foi exclusiva dos governos da Pink Tide, mas constituiu uma tendência da centro esquerda ocidental e das regiões sob sua hegemonia ideológica. Contudo, a partir do esgotamento do ciclo das commodities, a entrada de capitais que sustentava esse modelo foi bruscamente reduzida. A escassez de recursos dificultou drasticamente a possibilidade dos governos conciliarem os conflitos de interesses entre rentismo, oligopólios, industriais e trabalhadores da forma que fora razoavelmente funcional na década precedente. A expansão do endividamento público e os exuberantes recursos destinados ao pagamento de juros foram cruciais nesse sentido (MARTINS, 2016). Assim, o baque sofrido pelas esquerdas na região não foi somente em termos de perda do prestígio em relação a sua capacidade de proporcionar ganhos a distintos setores sociais; mas uma retirada massiva da cena política em detrimento da radicalização do debate político.

No entanto, o que se busca destacar em relação à crise política da Pink Tide não se refere ao colapso econômico que caracterizou os primeiros sinais do seu declínio, nem a simples perda de prestígio e a derrota dos governos progressistas nas urnas, dentro do processo democrático e eleitoral convencional; mas à utilização de instrumentos jurídicos-legais de imparcialidade altamente contestável, capazes de desestabilizar governos e influenciar a opinião pública através de brechas na legislação ou até mesmo da propagação intensa pela mídia de informações distorcidas ou não confirmadas. Curiosamente, existem indícios coerentes desse processo nos três países produtores de petróleo que serão verificados pela pesquisa.

2.6.1 Brasil

No Brasil, após um longo processo de tramitação, a Comissão Especial do Impeachment no Senado aprovou o parecer do relator, favorável à continuação do processo contra a presidenta Dilma Rousseff, afastando-a, provisoriamente, até o julgamento em que se decidiu pelo impedimento da mandatária. A presidenta, que havia sido eleita pela via democrática dois anos antes, com mais de 54 milhões de votos, foi impedida de prosseguir com seus dois anos e meio restantes de governo, sob a acusação de ter cometido pedaladas fiscais e de ter promulgado decretos sem autorização do Congresso Nacional (PINTO et al,

2017).

Devido à utilização de diversos instrumentos e procedimentos de legitimidade duvidosa por parte da oposição, como as sucessivas manobras conduzidas pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, em relação ao regimento interno da instituição, os vazamentos de informações seletivos por parte do juiz federal de primeira instância, protagonista da Operação Lava Jato, Sérgio Moro e, por fim, a ausência do elemento tipificador do crime de responsabilidade, que justificaria o afastamento da presidenta, conforme o instituído pela Constituição Federal de 1988, alimentam a narrativa do *soft coup* (golpe brando) que teria ocorrido em 2016, de modo a resultar no impedimento do governo petista (CHOMSKY, 2016).⁸

O ex-vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo de presidente interino logo após a consolidação do afastamento da presidenta e, em pouco tempo, seu governo passou a arcar com uma série de acusações de corrupção que acarretaram em dois pedidos de impeachment contra Temer sendo protocolados na Câmara. Contudo, após negociações entre as bancadas do PMDB, Eduardo Cunha rejeitou o pedido de impeachment de Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes (LOURENÇO, 2016).

Desde então, seguiu-se um clima de intensa instabilidade política: o ano de 2016 culminou na prisão do deputado Eduardo Cunha, no embate entre a Lava Jato e o Senado, cuja parcela dos integrantes visava frear o andamento da operação ao sentirem ameaçadas as suas reputações políticas e em vazamentos que evidenciavam a articulação peemedebista para promover o golpe.⁹

Em meio ao caos político, avançavam no Congresso as medidas relativas à “necessidade”, imposta pelos setores capitalistas, de elevação das taxas de lucro, estas sendo priorizadas acima das mazelas produzidas pela crise econômica que assolava o país. Entre as reformas aprovadas estavam: a PEC 241 (ou 55), aprovada em dezembro de 2016, que permite o congelamento dos gastos do governo federal por 20 anos, tendo como base o orçamento do governo em 2016 e reajustado de acordo com o nível de inflação corrente; a Reforma Trabalhista, que propunha flexibilizar o mercado de trabalho, mas que na prática

⁸Entre fevereiro e março de 2016 o juiz federal Sergio Moro tornou público uma série de gravações feitas pela Polícia Federal no contexto da operação Lava Jato, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16 de março, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente.

⁹Em maio de 2016 foram divulgadas conversas de Romero Jucá com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Nas gravações, realizadas em março, o ministro interino do Planejamento sugere o impeachment como um grande acordo que funcionaria para deter a operação Lava Jato.

terminou com uma série de direitos e garantias estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943; e o novo sistema de partilha do Pré-Sal, rompendo com um dos principais meios de controle estatal sobre as reservas em favor das empresas estrangeiras.

A agenda neoliberal, implementada durante a presidência Temer, seguiu as linhas que já haviam sido propostas no documento intitulado “Ponte para o Futuro”, de 2015, onde se sugeriam mudanças para flexibilizar o mercado de trabalho e promover ganhos para o setor financeiro. Portanto, seu governo encerrou, por prazo indeterminado, o ensaio desenvolvimentista empreendido nos mandatos de Lula e Dilma.

Levando-se em consideração o esforço empregado pelo governo Temer no sentido de impor a reversão das medidas implementadas ao longo dos governos que o precederam, é preciso destacar alguns pontos em que os interesses da construção do projeto de desenvolvimento em curso colidiram com aqueles referentes a certos segmentos sociais, assim como, possivelmente suscitaram insatisfação e desconfiança por parte de atores externos que perderam espaço com o avanço do capital brasileiro e com a intensificação do controle estatal em áreas consideradas estratégicas, entre as quais, destaca-se o caso da produção de petróleo.

É importante ressaltar que, apesar de críticas e divergências acerca da denominação “desenvolvimentista” para a política econômica adotada durante o primeiro mandato da presidenta, foram promovidas mudanças no sistema financeiro, produtivo e impulsionados projetos que visavam melhorar a infraestrutura e o nível de investimentos, dentro de uma visão de longo prazo.

Mesmo situado dentro de uma conjuntura econômica internacional desfavorável, o governo de Dilma procurou sustentar o ritmo de crescimento de modo a manter o desenvolvimento com redução de pobreza, iniciado nos mandatos de Lula. Nesse ínterim, ocorreu a substituição de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini à frente do Banco Central em novembro de 2010. Singer (2015) elenca como principais medidas da nova matriz econômica ou política anticíclica adotada no primeiro mandato de Dilma: i) Redução dos juros; ii) Uso intensivo do BNDES; iii) Reindustrialização; iv) Desonerações; v) Reformas infraestruturais; vi) Reformas no setor elétrico; vii) Desvalorização da moeda; viii) Controle de Capitais; ix) Incentivos à proteção do produto nacional.

As políticas fiscal e monetária mantiveram o viés expansionista durante o primeiro mandato de Dilma. A redução da taxa básica de juros (de 12,5% para 7,25%, entre 2011 e 2013), juntamente com a redução dos *spreads* bancários, atrelada a uma maior concorrência

dos bancos públicos com os privados em suas diversas linhas de crédito, foram políticas que enfrentaram os interesses da burguesia financeira. Deve-se ainda mencionar outras medidas que visavam a proteção do produto nacional e que levaram à insatisfação de certos setores, como a redução dos custos de energia elétrica - setor altamente financeirizado-, a adoção de controle de capitais e a desvalorização do câmbio (SINGER, 2015).

Por outro lado, destaca-se a adoção de medidas de caráter nacionalista em setores considerados estratégicos para a segurança e economia nacional. Após a descoberta do Pré-Sal, o setor petrolífero no Brasil passou por novas regulamentações, nas quais estabeleceu-se o protagonismo da Petrobras na exploração e produção no território marítimo brasileiro. Com a lei nº 12.776/10 de “cessão onerosa”, a União cedia diretamente à Petrobras, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e exploração de petróleo em áreas não concedidas localizadas no Pré-Sal (BRASIL, 2010). O regime de partilha, aprovado pela Lei nº 12.351/2010, definia que a Petrobras seria a operadora preferencial em todos os blocos de exploração, dispensando licitação e contaria com uma participação mínima de 30% em consórcios (BRASIL, 2010).

De modo geral, os governos Lula e Dilma utilizaram-se de um modelo de aliança entre Estado brasileiro e grandes empresas, sobretudo dos ramos de construção e engenharia, que intensificaram seu processo de internacionalização durante o período. A penetração de capitais de origem brasileira passou a ser possível e recorrente em diversas regiões do mundo, sobretudo através da aliança entre as “campeãs nacionais”, como a Odebrecht, por exemplo, o BNDES e a coordenação política do governo federal.¹⁰

Após a consolidação do impeachment, as maiores empresas de construção e engenharia, a indústria naval e os conglomerados econômicos do Brasil, que já vinham sendo alvos da desestabilização desenfreada promovida pelos promotores do Ministério Público, perderam parcela de seus mercados, assim como o Pré-Sal foi alvo de um novo regime de partilha através da aprovação da Lei nº 13.365/2016, que retirou o protagonismo da Petrobras em sua exploração e flexibilizou a cláusula de conteúdo local mínimo (BRASIL, 2016). O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) flexibilizou as regras ou até mesmo desobrigou empresas a utilizarem máquinas e equipamentos de origem nacional nas atividades de exploração (COLOMBINI, 2018).

¹⁰. As campeãs nacionais foram empresas que, principalmente a partir do segundo mandato Lula, receberam estímulos por parte do BNDES e de outros bancos públicos, além de fundos de pensão de estatais para expandir sua internacionalização. A política das campeãs foi direcionada a empresas que detinham um grande potencial para elevarem sua projeção internacional.

Portanto, observa-se no caso brasileiro uma rápida desconstrução do projeto de Estado petista que fora construído ao longo dos primeiros anos do século XXI. Cabe ressaltar, no entanto, que a primeira guinada rumo à ortodoxia no século XXI foi promovida durante o segundo mandato de Rouseff, quando diante das pressões promovidas pelos setores capitalistas perante à redução das taxas de lucro, buscou fazer concessões em detrimento da agenda desenvolvimentista. Nesse ínterim, Joaquim Levy, indicado pelo Bradesco, foi nomeado Ministro da Fazenda, sinalizando positivamente para os bancos através da elevação da Selic e do corte dos gastos públicos (MARTINS, 2016).

Juntamente a esse projeto, finalizou-se um período de relativa estabilidade econômica e política, rumo a um período de duração ainda indefinida de recessão econômica, polarização política e instabilidade institucional. De acordo com Sampaio Jr (2016):

Em nome da ordem e do progresso, os aventureiros que assumiram o poder, sem nenhuma legitimidade para radicalizar uma política que havia sido rejeitada nas urnas, partiram com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional. Os ministérios econômicos foram entregues à sanha do mercado e os demais, aos apetites da fisiologia. [...] À ofensiva do capital sobre o trabalho no plano econômico corresponde ofensiva simétrica no plano político. A fim de harmonizar os interesses da burguesia brasileira com os do capital internacional, as classes dominantes terão de aprofundar a liberalização e a internacionalização da economia, esvaziando ainda mais a soberania nacional (SAMPAIO, 2016).

2.6.2 Venezuela

Quando a oposição conquistou a maioria parlamentar nas eleições de dezembro de 2015, logo iniciaram-se as manobras para a derrubada do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV) . Nessas eleições a oposição garantiu 67% das cadeiras da Assembleia Nacional (112 das 167), o que constitui mais de dois terços, ou o necessário para impulsionar reformas políticas no governo. Nunca a oposição tivera tamanha influência desde a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1998. Em relação à disputa presidencial de 2013, a oposição ganhou 400 mil votos, ao passo que os chavistas perderam 2 milhões, o que sinaliza a indiferença dos eleitores que votaram em Chávez anteriormente, e que na última eleição abstiveram-se do direito ao voto (WILPERT, 2017).

Em 2016, a oposição conseguiu superar suas divisões para exigir a organização de um referendo revogatório, permitido pela Constituição de 1999. Isso foi possível em decorrência da crise econômica. Se o modelo em vigência que garantia relativa estabilidade social e

econômica dependia principalmente das receitas petrolíferas e do carisma de Chávez, essas variáveis perderam força com o declínio da primeira e o falecimento da segunda. De acordo com o sociólogo Edgardo Lander (2017): “*En forma casi simultánea, en 2013, estos dos pilares colapsaron: murió Chávez y los precios del petróleo se vinieron abajo*”.

Estima-se que cerca de 90% do total das exportações venezuelanas são provenientes de petróleo cru ou refinado (CEPAL, 2015). Entre agosto de 2014 e meados de 2016, o preço do barril de petróleo caiu 65%. O período de baixa no preço do petróleo foi muito mais longo do que o esperado. Mesmo com a exploração de xisto nos EUA e com a intensificação da concorrência no Oriente Médio, esperava-se que um acordo entre a Arábia Saudita e a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) fosse reerguer os preços, o que não ocorreu por muito tempo devido às circunstâncias geopolíticas (KLARE, 2016).¹¹

Contudo, somente a queda no preço do petróleo não explica o caos social e econômico que permanece no país durante todo esse tempo, até porque seu valor já se elevou em mais de 100% entre fevereiro de 2016 e setembro de 2018 (INDEXMUNDI, 2018). As reformas constitucionais que criaram instâncias de democracia participativa foram algumas medidas que elevaram o prestígio de Chávez perante as camadas mais populares do país. Mesmo assim, ao combater o excesso de regalias e o rentismo atrelado aos ganhos das camadas sociais mais abastadas, o chavismo consolidou uma série de inimigos ferrenhos que persistem em uma guerra pela retomada do poder.

Quando Chávez foi eleito, o preço do barril de petróleo situava-se em uma baixa histórica, próximo dos US\$ 10, o que era um desastre para um país dependente do recurso para financiar suas importações. Enquanto outros países latino-americanos, em dados momentos históricos, desvalorizaram suas moedas a fim de fomentar a produção nacional e promover a competitividade das exportações, a Venezuela quase sempre manteve sua moeda valorizada, uma vez que podia depender das receitas do petróleo para importar. A última vez que se tentou reverter essa situação, em 2002, a oposição organizou não somente um locaute, mas também um golpe de Estado com a ajuda dos grandes meios de comunicação (SUTHERLAND, 2018).

Além da queda no preço do petróleo, nessa mesma época, a fuga de capitais atingiu

¹¹Alguns aventam uma explicação geopolítica: Riad estaria tentando punir o Irã e a Rússia por seu apoio ao regime de Bashar al-Assad na Síria. Outra explicação possível seriam os avanços na tecnologia de exploração de xisto, petróleo pesado, águas profundas, etc. A Arábia Saudita julga essencial, para salvaguardar sua posição dominante, impedir os concorrentes estrangeiros de aumentar a produção ainda que, para tanto, os preços se deterioressem (KLARE, 2016).

montantes alarmantes: mais de US\$ 28 bilhões entre 1999 e 2002, ou seja, cerca de 30% do conjunto da riqueza produzida em 2002. Esse caos econômico impulsionou Chávez a adotar uma série de medidas econômicas controversas para as elites. Destaca-se, de um lado, o controle de câmbio, que fixou a paridade da moeda em relação ao dólar; de outro, o Estado reservou-se o direito de fornecer os dólares que determinada empresa requisitava para importar (LAMBERT, 2016). As medidas acabaram estimulando o mercado paralelo de dólares, uma vez que alguns empresários superfaturam o valor de seus fornecedores para escoar dólares por fora do circuito oficial.

Quando inicia-se o período de escassez, com o declínio do preço do petróleo, e de instabilidade política, com a morte de Chávez, os descontentamentos sociais intensificam-se progressivamente. A hiperinflação é uma das principais queixas da classe média; sem tempo para enfrentar filas de espera de várias horas para comprar produtos de primeira necessidade com preço subsidiado, aumenta a parcela de influência do mercado negro (WILPERT, 2017).

Por fim, é preciso ressaltar que foi durante o governo Chávez que se decretaram importantes medidas de caráter nacionalista em relação às reservas e à produção de hidrocarbonetos. De acordo com a Constituição de 1999, a estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) detém monopólio exclusivo dos hidrocarbonetos encontrados no subsolo venezuelano. Considerando que a Venezuela detém a maior reserva petrolífera do mundo (contabilizando petróleo pesado), na qual atores externos, dos quais sobretudo os EUA, possuem interesses, a regulação do setor é uma questão intrinsecamente relativa à segurança do país.

Portanto, a despeito de problemas próprios do modelo econômico empreendido pelo PSUV e da ausência de mudança estrutural, o legado social e político do chavismo estão ameaçados, não somente pelas elites venezuelanas mas, como será aprofundado nas próximas seções, também pela sua aliança com interesses oriundos do capital internacional e da geoestratégia norte-americana.

2.6.3 Equador

Em 2017, o Conselho Nacional Eleitoral do Equador declarou o ex-vice-presidente Lenín Moreno (2007-2013), do partido governista *Alianza País* (AP), como vencedor do segundo turno das eleições presidenciais do país, com 51% dos votos. O banqueiro Guillermo

Lasso, do partido *Creando Oportunidades* (CREO), de direita, contabilizou 48% dos votos (EL COMERCIO, 2017).

No entanto, a vitória da AP não significou necessariamente a continuação dos projetos empreendidos por Rafael Correa dentro do projeto de *Revolución Ciudadana*, já em sua campanha eleitoral, Moreno propunha mudanças na forma de governo que era conduzida por Correa.¹² Assim, além das mudanças defendidas pela própria oposição, a AP sofreu um processo de fragmentação em que uma parte de seus políticos passava a defender a “descorreização” do país.

Desde então, Moreno promoveu uma série de inflexões em relação à agenda que foi introduzida com a chegada de Correa ao poder, em especial ao que se refere à flexibilização do sistema econômico, à abertura de mercado, às desonerações e às políticas voltadas a incentivar os investidores estrangeiros, eliminando requerimentos de contribuição fiscal prévia e taxas de importação. Por outro lado, estimou-se ser substancial para a manutenção da estabilidade e da aprovação de seu governo, a continuidade dos programas de distribuição de renda e da melhoria do acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

Desde que fora eleito até 2015, Correa conseguiu promover o crescimento do PIB no Equador em uma média de 4,5% ao ano, alcançou melhorias sociais como a redução da pobreza, o aumento do salário mínimo em mais de 100% e a redução do coeficiente de Gini, que passou de 0,551 para 0,458, até 2015 (WORLD BANK, 2018; UNCTAD, 2018). Vale lembrar que pouco após sua eleição, a crise internacional de 2008 provocou a queda do preço do principal produto de exportação equatoriano: o petróleo. Apesar da recessão provocada pela queda das receitas obtidas pelo comércio do petróleo, do qual o governo equatoriano dependia em dois terços de seu orçamento público, o presidente Correa soube aproveitar o momento para empreender reformas econômicas impopulares para alguns segmentos sociais. Dentre elas, destaca-se a redução da autonomia do Banco Central, a repatriação de mais de dois milhões de dólares em ativos equatorianos no exterior e a conversão dos ganhos oriundos da recuperação do preço do petróleo e das reformas financeiras em investimentos em infraestrutura e políticas sociais (RUALES, 2017).

Assim como nos casos do Brasil e Venezuela, algumas reformas empreendidas pelo governo de Correa atingiram diretamente os interesses correspondentes à elite financeira.

¹²A “Revolução Cidadã” foi um projeto político e socioeconômico formulado por uma coalizão de políticos ligados a AP. O projeto foi estruturado a partir do documento “Los 5 ejes de la Revolución Ciudadana” (EL UNIVERSO, 2009).

Apesar de ter finalizado seu último mandato com elevado índice de aprovação popular, em circunstâncias similares aos dois países mencionados anteriormente, acontecimentos como o declínio do preço do barril de petróleo, a promoção de campanhas anti corrupção, voltadas ao enfrentamento de alvos políticos específicos e as campanhas midiáticas contra a agenda correísta, estimularam o descontentamento social, de modo que mais cidadãos passaram a apoiar e a demandar mudanças.

No resultado da Consulta Popular, referendo organizado pela oposição em 2018, a população votou majoritariamente a favor de medidas como o fim da reeleição indefinida (o que impossibilita um retorno de Correa à presidência em 2021) e a morte civil (direito de participar na vida política) para políticos supostamente envolvidos em esquemas de corrupção (EL UNIVERSO , 2018).

Assim como no Brasil, manobras jurídico-legais foram amplamente instrumentalizadas no decorrer dos últimos anos como ferramenta política para eliminar Correa e seus aliados da cena política. Em meio a denúncias de corrupção e operações ilegais, políticos de grande relevância na AP já receberam ordem de prisão, como foi o caso do ex-vice-presidente Jorge Glas, sentenciado a seis anos de cadeia por supostamente estar envolvido com o recebimento de propinas da Odebrecht; e do próprio Correa.

Pouco depois de Correa deixar o cargo, o presidente atual, Lenin Moreno, solicitou à Controladoria Geral do Estado, a criação de uma comissão, visando estabelecer uma avaliação especial sobre a legalidade na condução da dívida pública entre 2012 e 2017. Contudo, a composição da comissão deixa evidente a precaução em selecionar integrantes que constituíram, ou sabidamente possuíam vínculos com a oposição à política “correísta” ou à *Revolución Ciudadana* e representantes convictos direita equatoriana.¹³

Dentre os participantes, Patricio Alarcón, presidente da Câmara de Comércio de Quito e Roberto Aspiazu, presidente do Comitê Empresarial Equatoriano, são abertamente críticos e contrários ao projeto econômico e governamental empreendido por Correa (DAVILLA, 2018; ASPIAZU, 2016).

Além disso, de acordo com um telegrama confidencial emitido pela Embaixada dos EUA no Equador em 2005, vazado pelo site Wikileaks, quando a Procuradoria Geral da República apresentou acusações de fraude bancária contra os irmãos Isaias, Mariana Yopez, na época Procuradora Geral, viajou à Colômbia para encontrar-se com Xavier Neira,

¹³A comissão era composta por: Ana Abril, Patricio Alarcon, Pablo Dávalos, Marcelo Merlo, Alfredo Corral, Ramiro Crespo, Roberto Aspiazu, Magdalena Barreiro, Leon Roldós, Eduardo Valência e Mariana Yépez.

integrante do Partido Social Cristão (PSC), de quem teria recebido 2 milhões de dólares. “*Em seu retorno da Colômbia, Yopez se recusou a assinar a acusação e dissolveu a unidade de investigação de crimes financeiros. Uma acusação chegou dois meses depois, mas muitas das evidências descobertas anteriormente desapareceram*” (CABLEGATE 25/05, 2005).¹⁴

Em 2018, foi decretada a prisão preventiva de Correa sob a justificativa de que o ex-presidente estaria vinculado a um sequestro de um ex-deputado em Bogotá. Como o mesmo encontrava-se na Bélgica, a justiça equatoriana emitiu um pedido em “alerta vermelho” para que a Interpol localizasse e prendesse o político. Contudo, no mesmo ano a Interpol rejeitou o pedido, argumentando que a solicitação seria incompatível com o Artigo 2 da Interpol que está estabelecido em sintonia com Declaração Universal de Direitos Humanos.¹⁵ Os únicos indícios que apontam para o envolvimento de Correa no sequestro de Balda são testemunhos de um sargento aposentado da Polícia Nacional equatoriana, Luis Raul Chicaiza Fuentes, que afirmou ter falado com o ex-presidente sobre a execução do sequestro.

Assim, ao mesmo tempo em que avançam as investigações e a perseguição seletiva de políticos no Equador, o governo investe no discurso contra a interferência estatal no mercado e no estabelecimento de concessões e desonerações ao setor privado para promover o investimento.

Considerações Finais

Buscou-se, ao longo do capítulo, delinear os contornos que abrangem o ciclo político correspondente à ascensão simultânea de diversos governos de esquerda na América Latina, conhecido como Pink Tide. Através da identificação das principais estratégias e práticas econômicas descritas e dos estilos de política externa empreendidos, torna-se possível elucidar algumas características semelhantes nos projetos nacionais pretendidos por esses Estados, consolidando a ideia de ciclo político comum. Dentre essas características, destacam-

¹⁴William e Roberto Isaias, foram diretores do banco *Filanbanco* e constavam entre os homens mais ricos do Equador. Quando em 1999 ocorreu o colapso do sistema bancário no país, no qual o próprio *Filanbanco* quebrou, os irmãos fugiram com mais de US\$ 100 milhões em fundos de resgate do governo. Os Isaias teriam utilizado sua riqueza ilícita para comprar uma passagem segura do Equador e depois subornado promotores, para reduzir as acusações criminais contra eles (CABLEGATE 25/05, 2005). O incidente permanece até hoje como um contencioso não resolvido entre Equador e EUA, uma vez que em mais de uma única ocasião foi solicitada ao governo norte-americano a extradição dos irmãos.

¹⁵Artigo 2: Assegurar e promover a mais ampla assistência mútua possível, entre as diversas autoridades criminais, dentro dos limites da lei existentes nos diversos países, e de acordo com o espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

se algumas como a autonomia decisória, a segurança energética e o desenvolvimento social e econômico.

Contudo, acompanha-se há alguns anos, a desestruturação dos projetos de Estado arquitetados pelos governos da Pink Tide. No lugar de políticas de cunho desenvolvimentista, com participação dos Estados em certos setores considerados estratégicos, seja para a segurança ou para a economia dos países, substitui-se esse modelo pela desregulação, concessões ao capital estrangeiro, flexibilização do mercado de trabalho, privatizações, e redução dos gastos públicos.

Apesar do reconhecimento da existência de interesses oriundos dos setores sociais domésticos na desarticulação dessas agendas progressistas, é inequívoco que os processos políticos que ocorrem atualmente na região não estão isolados dos agentes e da conjuntura internacional que os permeiam. Considerando essa assertiva, os próximos capítulos buscam demonstrar as principais inflexões relativas à disputa hegemônica no contexto atual entre EUA e China e suas respectivas geoestratégias em relação ao petróleo, e de que modo as dinâmicas políticas próprias da Pink Tide, especialmente nos países destacados pela pesquisa, Brasil, Equador e Venezuela, influenciam e são influenciadas pelas transformações da conjuntura internacional na década 2010.

3. China vs Estados Unidos na Disputa de Poder no Século XXI: Qual o lugar da Geopolítica do Petróleo?

Logo após a queda da URSS, indo de encontro ao que estipulavam os autores do campo da Economia Política Internacional (EPI) que pressupunham que estaria em curso o início de um ciclo de crise da *Pax Americana*, sobretudo em função do amplo endividamento dos EUA durante a década de 1970, tornou-se gradualmente mais evidente que o sistema internacional movia-se no sentido da reafirmação do poder americano enquanto potência hegemônica em uma ordem unipolar.

O atual sistema interestatal foi moldado essencialmente pela liderança estadunidense, ancorado na configuração de uma série de organizações e tratados internacionais que compunham um pilar essencial em sua liderança moral ou *soft power*, assim como pela coerção dos Estados tidos como inimigos das normas estabelecidas dentro desse sistema pelos EUA e seus principais aliados, especialmente.¹⁶

No entanto, uma vez que as relações internacionais são dinâmicas e transformam-se a cada instante, o início do século XXI já presenciou diversas modificações no convívio entre atores internacionais e suas respectivas correlações de poder. Entre as transformações ocorridas nesse sistema, o presente capítulo aborda, especialmente, a ascensão da China enquanto grande potência, capaz de influenciar nos processos políticos e econômicos à nível global.

Portanto, busca-se demonstrar como o crescimento econômico da China e sua expansão internacional, através de estabelecimento de alianças e de tratados de cooperação com distintos países, vem contribuindo para reformular a disputa pelo poder global e a unipolaridade consolidada no período pós-Guerra Fria. Em seguida, discute-se a disputa em torno um recurso essencial no âmbito geopolítico: o petróleo. Argumenta-se que esse recurso energético constitui um elemento inerente ao poder e à soberania dos Estados desde o século XX até o presente e que portanto, consiste em um bem de valor estratégico, não podendo ser assemelhado a outros produtos comercializados globalmente.

Executada essa etapa, relata-se brevemente como foi delineada a geoestratégia executada pelos EUA e pela China durante o início do século XXI, no sentido de promover o acesso ao petróleo. Demonstra-se como a organização institucional e a formulação da política

¹⁶O termo refere-se à capacidade de um agente atrair e cooptar, em vez de coagir (*hard power*). *Soft power* é a capacidade de moldar as preferências dos outros por meio da atração destes sem uso da força.

externa desses dois países estiveram amplamente associadas à finalidade garantir o acesso contínuo ao recurso. Por fim, dirige-se à América do Sul, ao buscar-se demonstrar o papel estratégico desempenhado pela região enquanto fornecedora de petróleo e detentora de uma parcela relevante das reservas comprovadas disponíveis no mundo, a partir da visão geoestratégica das duas potências analisadas.

3.1 A Ascensão da China e a Disputa de Poder Internacional

Por causa da reorganização do sistema interestatal e da reafirmação da hegemonia norte-americana após o término da Guerra Fria, alguns analistas supuseram que ingressaria na história uma nova era pacífica, livre de grandes conflitos sob a tutela dos EUA e das leis do livre mercado (FUKUYAMA, 1989). Essa visão provou-se inteiramente falsa, uma vez que logo após a queda do muro de Berlim seguiram-se sucessivas de guerras e conflitos na periferia do sistema internacional, nas quais os EUA protagonizaram intervenções militares com apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (FIORI, 2014). Desde o fim da Guerra Fria sucederam-se ao menos sete guerras locais contando com a liderança norte-americana em um dos fronts: Iraque (1991), Bósnia (1995), Kosovo (1999), Afeganistão (2001), Iraque novamente (2003), Líbia (2011) e Síria (2011).

A postura militar dos EUA no Golfo Pérsico na transição do século demonstrou que a própria potência hegemônica poderia desencadear instabilidades e conflitos internacionais, ao buscar reforçar seu posicionamento e liderança global (FIORI, 2014). As diversas guerras locais, as ocupações militares e a proliferação de grupos terroristas enfraqueceram os argumentos propostos pela “teoria da estabilidade hegemônica”, inicialmente preconizada por Charles Kindleberger (1973), e posteriormente desenvolvida por autores das Relações Internacionais realistas, como Robert Gilpin (1974) e institucionalistas, como Robert Keohane (1981).¹⁷

Ao refutar a teoria da estabilidade hegemônica, José Luis Fiori (2004) argumenta que o sistema internacional assemelha-se a um “universo em expansão”, onde os Estados disputam pela liderança e predomínio no meio internacional e estão sempre criando cenários de ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Portanto, para Fiori, conflitos e guerras

¹⁷De acordo com a teoria, estipula-se que é mais provável que o sistema internacional permaneça estável quando um único Estado-nação é a potência mundial dominante, ou *hegemon*. Contudo, uma análise da história das últimas três décadas leva a crer que, contrariamente ao que previam os autores da estabilidade hegemônica, o próprio líder do sistema internacional provoca, de modo constante, sua instabilidade.

não sinalizam necessariamente uma transição hegemônica, pois são intrínsecos à dinâmica do sistema interestatal capitalista e à busca pela acumulação de poder e riqueza dos Estados.

Sua teoria dialoga com a concepção desenvolvida por Maria da Conceição Tavares, em “Retomada da Hegemonia Norte-Americana” (1985), em que a autora interpreta acontecimentos como a intensa financeirização, a desvinculação do valor do dólar em relação ao ouro e a intensificação de guerras locais como movimentos de reordenamento da dinâmica internacional conforme as necessidades da reafirmação da liderança dos EUA (TAVARES, 1997).

Para Tavares, um pilar da estratégia de retomada da hegemonia consistia na “diplomacia do dólar”, empreendida primeiro após a decretação da inconvertibilidade do dólar em ouro em 1971, e, mais tarde, reforçada pelo choque de taxa de juros de 1979, momento em que se inaugurou a política do dólar forte e o início do regime de acumulação caracterizado pela desregulação e liberalização financeira. O fundamento do poder americano ancorado no dólar reside no fato de que, no atual padrão dólar flexível, os crescentes déficits em conta-corrente não impõem nenhuma restrição de balanço de pagamentos aos EUA. Como o dólar é o meio de pagamento internacional, praticamente todas as importações dos EUA são pagas em dólar, que o próprio país emite, assim como a denominação de seus passivos externos. Portanto, como a “dívida externa” americana é em dólar, os EUA estão na posição peculiar de determinar unilateralmente a taxa de juros que incide sobre ela (SERRANO, 2002, p. 248).

No contexto atual, considerando as capacidades bélicas e a vantagem embutida na competência para emitir a moeda internacional, elementos intrínsecos ao atual poder norte-americano, ainda que não seja possível a demonstração de evidências sólidas de um verdadeiro colapso da posição dos EUA como líderes da ordem internacional, alguns elementos, como eclosão da crise financeira de alcance mundial em 2008, os desgastes sofridos ao longo das ocupações no Oriente Médio e, principalmente após a eleição de Donald Trump, a desestruturação da liderança moral e do soft power norte-americano, permitem supor que está em curso um declínio relativo da hegemonia dos EUA, conforme proposto por Nye (2015).

O campo do soft power norte-americano vem sofrendo sucessivos abalos protagonizados pelo próprio Estado. Primeiro, em função das sucessivas intervenções militares e guerras na Ásia Central que vieram a atropelar as premissas estabelecidas pelas

organizações internacionais que historicamente compõem o poder estrutural dos EUA. Essas ações contrapõem-se ao ideário intrínseco ao *Destino Manifesto*, no qual a excepcionalidade moral dos norte-americanos justificaria a liderança dos EUA perante outros povos.

Ainda que a retórica das guerras preventivas contra as ameaças terroristas forjadas por grupos islâmicos extremistas do Oriente Médio tivesse sido funcional para legitimar a postura adotada pelo governo americano, um novo abalo foi sofrido no status quo da liderança pelo exemplo após a eleição de Trump. Especialmente após a decretação da Nova Estratégia de Segurança Nacional, em 2018, houve uma inflexão oficial no modo de condução da política externa norte-americana.¹⁸

Resumidamente, de encontro ao projeto de sistema internacional promovido desde a formulação inicial de Woodrow Wilson, baseado na defesa dos valores democráticos, liberdade, respeito à soberania e transparência internacional gerido por organizações internacionais que contariam com a participação de todos os Estados soberanos, os EUA, a partir da decretação do novo documento retiraram-se do compromisso com a proteção desses valores e adotaram uma postura mais “realista”, no sentido de que a defesa dos interesses nacionais norte-americanos está acima de qualquer princípio moral, como propunha-se o slogan eleitoral de Trump, *America First* (FIORI, 2018).¹⁹

No início do século XXI, é possível conceber a ascensão do poder militar e econômico de outros atores no sistema internacional que corroboram com essa hipótese de declínio relativo. Destaca-se, em relação a esse tópico, o intenso crescimento econômico e a irrefutável mudança no papel político desempenhado pela China no sistema internacional durante um período de menos de duas décadas. Nesse curto ínterim, o país passou de mero exportador de insumos primários e manufaturados tradicionais para a maior potência comercial, segunda maior economia, segunda maior forças armadas e detentora de grande capacidade tecnológica.

Exemplificando, desde 2000, o crescimento anual do produto interno bruto (PIB) da China oscilou entre 6,7% e 14,2%. Além disso, o governo chinês obteve sucesso na redução da pobreza, uma vez que tirou mais de 800 milhões de pessoas da pobreza desde 1978, mais

¹⁸O Destino Manifesto não surgiu de um conjunto de princípios ou de uma política específica mas de ideia geral, desenvolvida ao longo do século XIX que pressupunha, à grosso modo, a crença em alguns atributos da nação estadunidense como o excepcionalismo dos americanos e as virtudes especiais do seu povo e de suas instituições. O ideário permanece presente no discurso político dos presidentes norte-americanos e é recorrentemente empregado para justificar a liderança dos EUA frente às organizações internacionais.

¹⁹Esses princípios são parte dos chamados “14 pontos de Wilson”, que foram delineados inicialmente em um discurso de 8 de janeiro de 1918 sobre os objetivos de guerra e termos de paz para o Congresso dos Estados Unidos pelo presidente Woodrow Wilson. Mais tarde, eles foram incorporados pela Liga das Nações e compõe até o presente a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

do que qualquer outro país (WORLD BANK, 2018). A China possui as maiores reservas cambiais do mundo e, além de ser o número maior receptor do mundo de investimento externo direto (IED), também está entre os três maiores provedores do mundo em termos de IED e assistência financeira, dos quais uma grande parte vem na forma de fundos para o desenvolvimento, através dos quais o país vem expandindo significativamente sua influência em vários países estratégicos.

A China encontrou um vácuo deixado pelo isolamento imposto pelos EUA e seus aliados a países que não cumpriram os requisitos políticos estabelecidos pelo pequeno círculo das potências que organizaram o sistema internacional. Países como Venezuela, Irã e Cuba, por exemplo, foram vedados a fontes de financiamento e mesmo alvos de sanções comerciais. Ao expandir sua presença nesses países, a China empreendeu um novo modelo de cooperação baseado na preservação da soberania, não intervencionismo e ausência de requisitos políticos para concessão de financiamentos.

Sobretudo após a eleição de Donald Trump, o presidente chinês, Xi Jinping, vem empenhando-se em desenvolver seu carisma no campo internacional. A postura adotada pelo presidente tem sido de longe mais ponderada e diplomática, oposta aquela empreendida por Trump. Enquanto os EUA voltaram-se para um modelo mais protecionista, Xi tem adotado uma postura mais assertiva no que diz respeito às boas relações com os países vizinhos e a China vem substituindo os EUA no papel defensora do livre comércio, defesa que tomou forma a partir da recente elaboração do projeto da Iniciativa Cinturão e Rota.²⁰

Em relação às capacidades chinesas de soft power, o cientista político Joseph Nye argumentou que a China estava longe de ser equiparável aos EUA em função da insuficiência em indústrias culturais ou influência em organizações não-governamentais. Para o autor esse é um dos maiores desafios para a projeção da influência chinesa, uma vez que, para o autor, o soft power seria tão relevante quanto as capacidades militares de um Estado (NYE, 2015). De acordo com Nye, se um Estado pode fazer seu poder parecer legítimo, se sua cultura e ideologia são atraentes e se pode estabelecer normas internacionais consistentes com sua sociedade, outros Estados estarão mais dispostos a seguir sua liderança. Em suma, é a capacidade de um país persuadir os outros a fazer o que quiser sem força ou coerção.

Contudo, o governo chinês não aparenta estar ignorando a relevância dos aspectos

²⁰“The vision for a better world for all calls on countries to act with greater courage and actively champion openness and cooperation. It is important for all countries to open wider...openness brings progress, while seclusion leads to backwardness” (YAN, 2018).

culturais e valores morais na expansão de sua influência. Pelo contrário, o governo tem promovido externamente sua cultura, produtos e idioma. Uma evidência reside no estabelecimento de mais de 500 Institutos Confúcio, financiados pelo governo, em 140 países. Além disso algumas marcas chinesas tem passado por um intenso processo de internacionalização durante as duas últimas décadas como nos casos da Huawei, Xiaomi, Lenovo, Air China e Alibaba (STATISTA, 2018).

Já alguns autores norte-americanos observaram com grandes suspeitas a rápida ascensão da China como potência no sistema internacional. Para John Mearsheimer (2014), se a economia chinesa continuar crescendo na mesma velocidade durante as próximas décadas, os EUA enfrentarão mais uma vez um concorrente potencial na disputa hegemônica e a política das grandes potências, característica da Guerra Fria, retornará com força total (MEARSHEIMER, 2014).

De acordo com a teoria do realismo ofensivo proposta pelo autor a estrutura básica do sistema internacional força os estados preocupados com sua segurança a competir uns com os outros pelo poder. O objetivo final de todo grande poder é maximizar sua participação no poder mundial e eventualmente dominar o sistema. Isso significa que os Estados mais poderosos procuram estabelecer a hegemonia em sua região do mundo, garantindo ao mesmo tempo que nenhuma grande potência rival domine outra área (MEARSHEIMER, 2010).

Seguindo a lógica do realismo ofensivo, a expansão econômica e política da China irá levá-la, inequivocamente, a tentar dominar a Ásia do mesmo modo que os EUA dominam o hemisfério ocidental. Os EUA por sua vez, buscarão estabelecer alianças com vizinhos possivelmente contrários à dominação chinesa na região visando conter o poder chinês cujo resultado seria uma intensa competição de segurança com considerável potencial para a guerra. Esse cenário não é completamente utópico, uma vez que grande parte das capacidades militares norte-americanas já encontra-se está localizada na região da Ásia-Pacífico (MEARSHEIMER, 2014).

A discussão acerca da ascensão da China como grande potência possui geralmente uma percepção mais otimista a partir da visão de alguns teóricos da EPI chineses como Yang Jiemian (2016) e Zhou Fangyin (2016). Contudo, nota-se que a retórica da ascensão pacífica da China é amplamente instrumentalizada pela política externa chinesa, uma vez que o país tem desfrutado nas últimas décadas dos regimes internacionais de liberdade de comércio e fluxos financeiros para promover seu desenvolvimento econômico. O cenário de relativa paz e

estabilidade tem sido oportuno à circunstância de potência emergente da China. Portanto a difusão de construções alarmantes acerca do crescimento chinês não é favorável à atual projeção externa e ao estabelecimento de alianças promovido pela China nos últimos anos.

No entanto, após alguns eventos que se sucederam desde a crise do *subprime* em 2008, houve um aumento do ceticismo demonstrado por alguns analistas chineses em relação às prescrições políticas extremas neoliberais de Washington. De acordo com Yong e Pauly (2013), nos anos posteriores ao final da Guerra Fria seguiu-se período de razoável aceitação por parte dos analistas de EPI em relação à hegemonia econômica dos EUA. Mesmo após as sanções ocidentais com o ocorrido do Massacre de Tianamen, em 1989, a China acabou por integrar-se mais profundamente à ordem capitalista global. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 foi um evento que reforçou ainda mais as percepções acerca da necessidade de participar do sistema interestatal liderado pelos EUA como uma vantagem para a ascensão econômica da China (YONG & PAULY, 2013).

A crise financeira de repercussão global de 2008 deu nova vida às críticas eruditas e populares acerca da hegemonia americana. Após esses eventos, diversos pensadores chineses enfatizaram o perigo para a China devido à contínua acumulação de reservas em dólares norte-americanos. Além do mais, crise financeira global estimulou o pensamento sobre a possibilidade da China começar a liderar o processo de reforma do sistema econômico internacional e de suas principais instituições a partir do gerenciamento mais equilibrado das instituições financeiras globais. De modo geral, o governo de Beijing apoia a substituição do G7 ou G8 por um G20 mais inclusivo e o estabelecimento de uma moeda com função de reserva internacional que seria gerida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (ZHOU, 2009; CHIN & WANG, 2010).

Apesar do crescimento da animosidade entre Washington e Beijing e do maior nível de imprevisibilidade na política externa conduzida por Trump, para Yang Jiemian (2018), membro sênior e vice-presidente do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai, dificilmente a conjuntura atual levará a maiores confrontações, uma vez que a Xi permanece fiel aos cinco pilares de Coexistência Pacífica das relações externas chinesas, priorizando a previsibilidade e a visão de longo prazo da manutenção da paz (YANG, 2018).²¹ Além disso, atualmente a China e os EUA possuem estreitas relações diplomáticas e principalmente

²¹Conjunto de princípios que formaram historicamente a base das práticas de política externa da China. São estes: 1) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada Estado; 2) não-agressão mútua; 3) não-interferência nos assuntos internos de cada nação; 4) igualdade e benefício mútuo; e 5) coexistência pacífica.

econômicas, que integram uma cooperação em que ambos lados tem a ganhar. De acordo com o autor, seria extremamente difícil convencer os cidadãos dos benefícios oriundos de um conflito mais intenso.

Zhou Fangyin (2016), professor associado e diretor do Departamento de Estratégia Regional da China no Instituto Nacional de Estratégia Internacional da Academia Chinesa de Ciências Sociais, entende que apesar de todos os desafios e constringências impostos à ascensão da China – em especial ao que se refere ao sistema de alianças construídas pelos EUA com países vizinhos na Ásia – as ações da diplomacia chinesa nos últimos anos indicam para a manutenção de um cenário de não confrontação. No longo prazo, a China está se tornando cada vez mais confiante em lidar com o sistema de alianças dos EUA e sua resposta tem consistido essencialmente em atrair mais adeptos de modo a consolidar, expandir e legitimar cada vez mais sua influência e liderança. Essa busca por aliados tem ocorrido de forma intensa no âmbito econômico, onde o autor salienta ser uma das funções importantes da Iniciativa Cinturão e Rota e do estabelecimento do Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático (AIIB) mudar o foco principal da cooperação regional de disputas de segurança para o desenvolvimento comum. Essa transformação reduziria a eficácia dos EUA restringir a China no campo militar (ZHOU, 2016).

Yan Xuetong (2016), professor e reitor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua, opondo-se à visão pacifista dos autores mencionados previamente, argumenta que está em processo de formação uma nova ordem internacional caracterizada pelo domínio da China e dos EUA. De acordo com Yan, a política externa desempenhada pelo presidente Xi tem sido voltada à superação dos desafios existentes perante à expansão do domínio chinês no sistema internacional. Para a superação desses desafios será imprescindível nos próximos anos, a expansão das capacidades militares e o aprofundamento de alianças bilaterais, assim como, no campo do soft power, a realização de um intenso trabalho de divulgação dos valores tradicionais da cultura chinesa, de modo a legitimar gradualmente uma futura liderança da China perante a comunidade internacional (YAN, 2018a).

Após décadas tendo ocupado a posição dominante valor universalmente aceito e utilizado na elaboração das normas internacionais, os preceitos do liberalismo estão agora sendo desafiados pelo surgimento de ideologias concorrentes. De acordo com Yan, embora ainda não esteja claro qual ideologia irá substituir o liberalismo como o novo valor dominante

global, a ideologia oficial de um Estado em ascensão terá a melhor chance de adoção universal devido à “*tendência dos desfavorecidos a imitar os favorecidos*” (YAN, 2018b, p.21).

Um último ponto relevante a ser destacado acerca da expansão do poder da China no sistema interestatal refere-se o status corrente das relações entre China e EUA. Ainda que o autor reconheça o crescimento das animosidades entre os Estados, ele não sustenta a tese de que um grande conflito estaria próximo, uma vez que a posse de armamentos nucleares por ambos desestimularia o enfrentamento direto. “*Enquanto a China e os EUA relutarem em assumir a liderança global, é improvável que ocorra uma Guerra Fria do tipo abrangente que vimos entre os EUA e a União Soviética no século XX*” (YUFAN, 2018). Ainda assim, o autor reconhece o risco de guerras locais entre as duas potências, sobretudo em regiões situadas próximas ao mar do sul da China. Portanto, para que os dois países atinjam um maior grau de estabilidade em suas relações, eles deveriam considerar o desenvolvimento da cooperação preventiva sobre interesses mutuamente desfavoráveis e a redução das expectativas de apoio, em vez de ajustar conceitos ou melhorar o entendimento mútuo. Se suas relações continuarem sendo baseadas numa amizade superficial estas manterão um padrão flutuante de aproximação e de animosidades (YAN, 2018c).

Ainda não está claro como decorrerão, nos próximos anos, as relações entre China e EUA, uma vez que a eleição de Trump pode ser considerada mais um marco da inflexão da orientação da política externa chinesa termos de aceitação da liderança norte-americana no sistema interestatal. As declarações agressivas do presidente em relação à China e, sobretudo o desencadeamento promovido pelos EUA de uma guerra comercial contra os chineses têm corroborado para elevar o ceticismo e não mais aceitação do status quo por parte do governo chinês, conforme expresso por Xi no encontro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico:

A história mostrou que o confronto, seja na forma de uma guerra fria, uma guerra quente ou uma guerra comercial, não produzirá vencedores [...] Esta é uma abordagem míope e está condenada ao fracasso, aqueles que fecham suas portas "só se isolará do resto do mundo e perderá a direção [...] Mas os Estados Unidos não mudarão de curso até que a China mude de rumo (BBC, 2018, tradução nossa).²²

²²History has shown that confrontation, whether in the form of a cold war, a hot war or a trade war, will produce no winners [...] This is a short-sighted approach and it is doomed to failure, those who close their doors "will only cut himself off from the rest of the world and lose his direction [...] The United States, though, will not change course until China changes its ways (BBC, 2018).

A primeira seção do capítulo teve como propósito demonstrar como apresenta-se a disputa de poder na conjuntura internacional do início do século XXI e de que modo o *establishment* político da China e dos EUA, assim como alguns dos principais autores de EPI de ambos países entendem esse cenário. Na próxima seção, busca-se elaborar uma reflexão acerca da relevância estratégica do petróleo, dentro da geoestratégia²³ desses Estados no início do século XXI. Pretende-se construir um breve relato da geoestratégia empenhada pelos EUA e pela China, de modo a demonstrar como a busca por petróleo influenciou nas guerras e moldou as relações internacionais, através do estabelecimento de alianças estratégicas e de operações de investimentos e financiamentos no exterior.

3.2 A Geopolítica do Petróleo

Desde as primeiras formulações em seu campo, a Geopolítica continha no cerne de seu objeto de estudo a preocupação quanto às relações entre o poder político e a geografia. Com o início das grandes navegações europeias, a busca por recursos naturais e especiarias, assim como a expansão dos domínios territoriais contribuíram para o alargamento do sistema interestatal, sendo ao mesmo tempo o foco da rivalidade internacional e da negação estratégica do acesso aos espaços extra-continentais. Desde então, a estratégia geopolítica ocidental, sobretudo através da imposição de colônias, protetorados ou áreas de influência em outras regiões no globo foi, em grande medida, orientado pela busca de recursos estratégicos e relacionado aos meios para expandir essa busca, seja através do comércio, da guerra ou conquista de espaços com o objetivo da projeção de poder (LE BILLON, 2005).

No decorrer do século XIX e início do século XX, com a crescente industrialização e dependência de recursos importados, as metrópoles ocidentais intensificaram seu controle sobre territórios e matérias-primas. A dependência crescente de recursos, esteve por trás das disputas imperiais, nas Américas e na África, que caracterizou-se no campo visível da política, pelas lutas em nome da expansão de valores relativos à “superioridade” da civilização cristã ou, posteriormente, da democracia.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a crescente necessidade de recursos importados, e em particular do petróleo, reforçou a ideia de vulnerabilidade dos recursos energéticos como

²³O termo é empregado para fazer referência às formulações e ações de caráter estratégico (especialmente em termos militares) empreendidas por agentes internacionais quando elementos de ordem geográfica estão envolvidos dentro de seus objetivos geopolíticos. Geoestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e fatores geográficos (SOPPLESA, 1988).

uma prioridade da segurança dos Estados (PAINTER, 2012). A noção de vulnerabilidade foi um fator que impulsionou a invasão em países do leste europeu por tropas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O maior expoente teórico do nazismo alemão, Dietrich Eckart, introduziu na doutrina nazista e retomou a ideia, desenvolvida anteriormente por Friedrich Ratzel, de *Lebensraum* (espaço vital), na qual, dentro da estratégia da Alemanha nazista, a expansão para o leste através da imposição do poder e construção de infraestrutura transcontinental, promoveria o acesso aos recursos necessários à prosperidade da “raça ariana”. O leste europeu, majoritariamente território russo, também compunha o conceito de *Heartland*, desenvolvido por Halford Mackinder (1919), em que ele estipulava que qualquer poder político que controlasse esse espaço controlaria o mundo devido a seu posicionamento central e abundância de recursos naturais.

No decorrer das grandes guerras, a expansão do capitalismo e do poder bélico dos Estados foram progressivamente tornando-os cada vez mais dependentes de um recurso específico: o petróleo. A nova fonte energética proporcionou numerosas vantagens em relação ao carvão, até então a mais utilizada no ocidente, incluindo permitir que os navios alcançassem maior velocidade, além de proporcionar um processo de reabastecimento mais fácil. O petróleo transformou-se na principal fonte de energia mundial, necessária para o funcionamento das indústrias, dos meios de transportes, da produção de alimentos no campo e do abastecimento dos equipamentos militares (PAINTER, 2012).

Durante a Primeira Guerra, os EUA supriram mais de 80% das necessidades de petróleo dos aliados, fortaleceram sua posição como o maior produtor do mundo durante o período entre guerras e, em 1940, responderam por mais de dois terços da produção mundial. Depois da Segunda Guerra, as importações de petróleo pelos ocidentais tornam-se dependentes da produção do Oriente Médio. Em 1947, a Europa Ocidental obteve 43% de seu petróleo do Oriente Médio, em 1948, 66% e, em 1950, 85%, ou seja uma elevação da importação de petróleo da região de quase 100% entre esses três anos (PAINTER, 2012; BROMLEY, 2005).

No decorrer da Guerra Fria continuou e acentuou-se a preocupação em relação à vulnerabilidade do fornecimento de petróleo. Diversos conflitos em áreas de influência indireta das duas grandes potências rivais, EUA e URSS, ocorreram no Oriente Médio ou em rotas estratégicas de acesso. As autoridades americanas declaravam publicamente que a implementação do livre comércio multilateral entre as economias desenvolvidas exigiria

acesso seguro ao petróleo da Arábia Saudita e de outros países do Oriente Médio, propósito que os EUA mantiveram por um tempo em parceria com o Reino Unido, uma vez que os dois aliados compartilhavam o interesse de evitar qualquer interrupção no fluxo livre do petróleo a partir da região (CITINO, 2002).

Nos últimos anos do século XX, o petróleo correspondia a cerca de 40% do consumo mundial de energia, incluindo mais de 90% do uso em meios de transporte. O consumo mundial de petróleo continua a aumentar devido às estruturas de consumo existentes nos países desenvolvidos (especialmente nos EUA) e ao crescimento econômico nos países em desenvolvimento (especialmente na China e na Índia (PAINTER, 2012; KLARE, 2012).

Na próxima seção, procura-se descrever a segunda dimensão estratégica do petróleo que, apesar de menos evidente que a mencionada até agora, também desempenha sua função na sustentação de uma determinada ordem interestatal e do poder do Estado que a organiza. Contudo, antes de entrar nesse tópico é preciso esclarecer que, ainda que a transição para o século XXI tenha sido marcada por um acirramento na disputa entre Estados e empresas estatais e multinacionais no controle das reservas e da produção de petróleo ao redor do mundo, diante de análises alarmantes acerca do declínio das capacidades dos maiores reservatórios petrolíferos em funcionamento, considera-se que essa circunstância decorre não de um cenário de absoluta escassez, mas sim de uma necessidade advinda da manutenção da valorização contínua do capital e da concentração de poder pelas potências internacionais.

Sustenta-se o argumento do geógrafo David Harvey (2001), que chamou a atenção para o fato de que, no campo da geopolítica, conceitos como “subsistência”, “escassez” e “superpopulação” não possuem valor absoluto, mas estão impregnados de conotação política e sentido utilitarista. Portanto, afirmar que o mundo “vive a iminente ameaça de penúria dos recursos escassos” em relação a uma superpopulação global só pode ser tomado como verdade dentro de contexto específico, em que esses fatores estão subordinados à necessidade de manutenção do modo de acumulação capitalista contemporâneo.

3.3 O Papel do Petróleo no Sistema Monetário Internacional

Além dos aspectos explanados, que influenciam no valor estratégico intrínseco ao petróleo em termos de soberania energética e sustentação do poder político, cabe destacar a dimensão “invisível” que reside em seu papel como sustentáculo do sistema monetário

internacional (SMI), ou dito de outro modo, como garantidor da função do dólar como moeda de reserva internacional, considerando o papel basilar do recurso na manutenção da hegemonia norte-americana.

Segundo Maria da Conceição Tavares (1997), um dos pilares da estratégia de retomada da hegemonia dos EUA no último quarto do século XX consistia na diplomacia do dólar, primeiro experimentada após a decretação da inconvertibilidade do dólar em ouro em 1971, e, mais tarde, reforçada pelo choque de taxa de juros de 1979, momento em que se inaugurou a política do dólar forte e o início do regime de acumulação caracterizado pela desregulação e liberalização financeira.

Além de ser um padrão de valor, como no caso dos padrões ouro-libra e ouro-dólar, o dólar enquanto moeda financeira em um sistema desregulado e com taxas de câmbio flutuantes, onde seu valor é fixado pela taxa de juros norte-americana, passa a possuir também as funções de segurança e de arbitragem em função da capacidade dos EUA de manterem sua dívida pública como o título de segurança máxima do sistema (TAVARES & MELIN, 1997). A denominação em dólar dessas operações fornece liquidez instantânea em qualquer mercado, garante segurança nas operações de risco e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual (PRATES, 2005).

Um dos fundamentos que garantem o funcionamento do SMI contemporâneo reside na manutenção do dólar como moeda reserva internacional. Uma moeda reserva internacional adquire esse status a partir da conjunção de algumas funções que deve exercer. Primeiro, a função de conferir reserva de valor, ou seja, a confiança de que a moeda reterá seu valor, tornando-a um meio seguro no qual investir ou estabelecer contratos. Além disso, deve agir como um meio de troca, que permite que diversos agentes detenham a capacidade de transacionar globalmente diversos ativos com a moeda de maneira fácil e barata. Por fim, necessita exercer a função de unidade de conta, no qual a moeda é o referencial de trocas amplamente reconhecido, podendo ser usada para denominar contratos internacionais, commodities e assim por diante (MCKINSEY, 2009).

Serrano (2002) destaca o fato de que o dólar enquanto moeda-chave do sistema monetário e financeiro internacional estaria subjacente à concentração do poder nas mãos dos EUA e ao desequilíbrio que caracteriza as relações internacionais contemporâneas. A natureza fiduciária do dólar garante que a gestão da política monetária norte-americana e a determinação da taxa de juros básica do sistema, que influenciam decisivamente a direção dos

fluxos internacionais de capitais, passariam a depender estreitamente do ciclo econômico doméstico dos EUA. Sendo capaz de pagar suas importações na moeda que emite, os EUA são capazes de incorrer em crescentes déficits em conta-corrente sem impor nenhuma restrição de balanço de pagamentos à economia estadunidense. Considerando que a dívida externa norte-americana é denominada em dólar, determinar unilateralmente a taxa de juros que incide sobre sua dívida é um privilégio exorbitante do país emissor da moeda internacional.

Em acordos que tiveram ocasião entre os anos de 1973 e 1974, o alto escalão político dos EUA negociou com as autoridades sauditas, detentoras da maior reserva mundial de petróleo na ocasião. Em troca de apoio militar fornecido pelos EUA no contexto tenso que estava inserido o Oriente Médio, a Arábia Saudita se comprometeria a cotar seu petróleo exclusivamente em dólares e estaria disposta a investir seus excedentes nos títulos da dívida pública norte-americana, o que seria denominado de “reciclagem de petrodólares”.

Considerando que, já em 1975, todas as nações da OPEP haviam concordado em determinar seu petróleo exclusivamente em dólares, a estratégia norte-americana foi um enorme sucesso na medida que, devido ao consumo cada vez mais acentuado de petróleo num contexto de globalização crescente, os países deveriam demandar uma quantidade maior de dólares para garantir sua segurança energética, o que gerou um efeito de demanda artificial por dólares (ROBBINSON, 2012).

O privilégio de poder abater dívidas na própria moeda possibilita que os EUA financiem tanto seu *welfare* (estado de bem estar) quando seu *warfare* (estado de guerra). Ao mesmo tempo em que o governo americano possui recursos nos cofres públicos para garantir a estabilidade econômica interna, externamente, o país pode financiar guerras e arcar com as despesas de centenas de bases militares ao redor do mundo.

Por fim, cabe destacar o lançamento dos contratos de futuro de petróleo denominados em yuanes na Bolsa de Xangai a partir de 2018. O estabelecimento desses contratos confere à China maior influência sob os preços das matérias-primas. No momento em que os contratos futuros são expressos em yuanes, parte do rendimento recebido da venda do petróleo regressa à economia chinesa além de estimular outros países a acumular yuanes.

Em suma, para que a dinâmica capitalista atual continue funcionando, é necessário que o dólar permaneça padrão monetário atual e, assim sendo, que as transações internacionais de commodities sejam realizadas na moeda (COLOMBINI, 2018). Após as constatações

referentes aos privilégios decorrentes da capacidade de emissão da moeda internacional que os EUA detêm, sobretudo a partir da consolidação do padrão dólar flexível como SMI, parece pouco crível que o governo norte-americano esteja disposto a abrir mão da ordem monetária atual.

Na próxima seção, argumenta-se, a partir de uma breve análise da geoestratégia empreendida pelos EUA e pela China desde a transição para o século XXI, que a busca por recursos energéticos e, principalmente pelo petróleo, foi um dos principais motivos que moldaram as estratégias das duas potências em termos de estabelecimento de alianças, participação em conflitos e cooperação econômica.

3.4 Petróleo e a Geoestratégia dos EUA e da China no Século XXI

A política externa das grandes potências está indubitavelmente associada às necessidades de garantir suprimentos estáveis de recursos energéticos. Os EUA possuem uma extensa tradição de associar sua diplomacia ao estabelecimento de alianças com países ricos em petróleo ou no desencadeamento de confrontos com aqueles são considerados obstáculos ao livre fluxo do recurso para os EUA e seus aliados. Como exemplo, estão os acordos mencionados que tiveram ocasião entre os anos de 1973 e 1974, em o alto escalão político dos EUA negociou com as autoridades sauditas, seu apoio militar em troca do fornecimento de petróleo e de sua precificação exclusivamente em dólares. Já nos anos 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait e garantiu a Saddam Hussein o controle de depósitos de petróleo ainda maiores do que aqueles já existentes nas fronteiras iraquianas, o governo de George Bush não exitou em empregar a força militar para barrar as ações do inimigo.

Enquanto os EUA possuem uma longa tradição diplomática e militar associada a sua política energética, a China constitui uma maior novidade nesse âmbito. O país converteu-se somente em 1993 em importador de petróleo. Até então, boa parcela de suas necessidades energéticas eram garantidas ou pelo carvão, ou pela produção doméstica de petróleo. Foi desde então, e portanto, muito recentemente que o país começou a estruturar uma organização institucional e financeira com o objetivo de expandir seu acesso a fontes de petróleo em outras regiões do mundo.

Portanto, as próximas seções tem por objetivo sintetizar as geoestratégias aderidas pelos dois países no século XXI, no sentido de garantir sua segurança energética através do

fornecimento externo de petróleo. Em relação aos EUA, sua diplomacia energética e seu poder militar mais consolidados direcionaram uma parcela significativa de suas ações para a execução de guerras no Oriente Médio e Ásia Central e, ainda com a guinada na política externa durante a administração de Barack Obama em direção à região Ásia-Pacífico, os EUA nunca abandonaram de fato seus interesses na região mais rica em petróleo do planeta. Já em relação à China, busca-se demonstrar brevemente como o país construiu recentemente um sistema composto por petrolíferas estatais, bancos e diplomacia para alavancar sua segurança energética, assim como sua política externa está altamente vinculada ao estabelecimento de alianças e de cooperação com Estados ricos em determinados recursos, sobretudo em petróleo.

3.4.1 EUA: Petróleo e Guerra no século XXI

Os EUA produzem atualmente a maior parte do petróleo que consomem, mas ainda dependem das importações para atender sua demanda doméstica. Em 2017, os Estados Unidos produziram cerca de 15,4 milhões de barris de petróleo por dia (mb/d) e consumiram cerca de 19,9 mb/d. Cerca de 65% de todo o petróleo que é importado pelos EUA é fornecido por países americanos, dos quais destaca-se o Canadá (40%), México (7%) e Venezuela (7%). A região do Golfo Pérsico exporta para os EUA 16% de suas necessidades e a Europa 9% (EIA, 2017).

O mercado produtor de petróleo nos EUA está organizado em torno de companhias independentes de acionistas privados, como a Chevron e a Exxonmobil. O fato das maiores petrolíferas do país serem de capital privado não significa a inexistência de vínculos sólidos entre os interesses nacionais de preservação da segurança energética e os benefícios oriundos da busca de maximização dos lucros por parte das empresas.

Ao longo da história dos EUA, o estabelecimento da geoestratégia voltada ao controle das reservas e da exploração de petróleo esteve indissociada da construção e da manutenção de sua hegemonia. Logo após o fim da Guerra Fria, os EUA estiveram envolvidos em uma série de intervenções e guerras no Oriente Médio, às quais facilmente podem ser atribuídas motivações de caráter geoestratégico. De acordo com Painter (2012):

A manutenção do acesso ao petróleo do Golfo Pérsico foi um dos principais objetivos da resposta dos EUA à conquista do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. A ocupação do Kuwait pelo Iraque deu a Saddam Hussein o controle de cerca

de 20% das reservas mundiais de petróleo. Se o Iraque também conquistasse os campos de petróleo da Arábia Saudita, controlaria quase metade das reservas mundiais (conhecidas na época). Mesmo que as forças iraquianas parassem no Kuwait, elas ainda controlariam enormes recursos e ganhariam influência sobre os outros Estados do Golfo Pérsico. Em resposta, os Estados Unidos reuniram uma coalizão militar internacional para expulsar o Iraque do Kuwait e, após a guerra, instituíram um regime de sanções para conter Hussein.²⁴

Em 2001, o atentado às torres gêmeas possibilitou e legitimou a retomada da Doutrina Bush, do final da década de 80, que previa a possibilidade de utilização de medidas preventivas sobre potenciais ameaças à segurança dos EUA e à paz mundial. Essa doutrina conferia ao governo norte-americano a capacidade de agir unilateralmente e decretar guerras no caso de detecção de potenciais ameaças aos seus interesses (FIORI, 2007). Portanto, o lançamento da *Guerra ao Terror* produziu alianças entre os Estados ocidentais e a defesa do estabelecimento de tropas no Afeganistão, Iraque e pela Ásia Central como meio de combater os grupos terroristas e afirmar a disseminação da democracia à nível global.

Exemplificando a centralidade da busca por recursos energéticos na elaboração da política externa norte-americana, o relatório de 2001 sobre segurança energética, publicado pelo Conselho de Relações Exteriores e pelo Instituto James Baker para Políticas Públicas, alertava para uma iminente crise energética global que aumentaria a vulnerabilidade dos EUA e do mundo e deixaria o país enfrentando uma volatilidade de preços de energia sem precedentes. A principal fonte de perturbação, conforme o relatório, seria a tensão no Oriente Médio, em particular, a ameaça representada pelo Iraque, país no qual as autoridades americanas teriam perdido confiança devido às “políticas erráticas e imprevisíveis” de exportação de energia empreendidas pelo presidente Saddam Hussein (TASK FORCE REPORT, 2001).

Embora a justificativa da Guerra ao Terror conferisse certa legitimidade ao intervencionismo norte-americano no Oriente Médio, nos casos em que houve forte presença militar, ou seja, o envio de tropas pelos EUA, foi possível constatar ao mesmo tempo a existência de interesses relacionados às petrolíferas ocidentais nos sítios de intervenção. Um exemplo disso ocorreu após derrubada do regime talibã no Afeganistão em 2001. Após o acontecimento, Paquistão, Afeganistão e Turcomenistão assinaram um acordo de oleoduto

²⁴Maintaining access to Persian Gulf oil was a key objective of the U.S. response to the Iraqi conquest of Kuwait in August 1990. Iraq's take-over of Kuwait gave Saddam Hussein control of around 20 percent of world petroleum reserves. If Iraq also seized Saudi Arabia's oil fields, it would control almost half of world reserves. Even if Iraqi forces stopped at Kuwait, they would still control enormous resources and gain leverage over the other Persian Gulf states. In response, the United States assembled an international military coalition to force Iraq out of Kuwait and after the war instituted a sanctions regime to contain Hussein.

enquanto o ministro afegão para minas e indústrias declarou que a Union Oil Company of California, (UNOCAL) seria a empresa líder para o projeto (LE BILLON & KHATIB, 2005).

Em seguida, com a súbita guinada do intervencionismo militar para o Iraque, sob pretexto de ligação entre os círculos políticos dominantes do país com a Al Qaeda e da posse de armamentos nucleares, as alegações de que as motivações para a invasão do país estariam voltadas para os interesses no controle do seu petróleo ganharam maior visibilidade, uma vez que o país possui reservas muito superiores as do Afeganistão, sendo na época o Iraque considerado como detentor do segundo maior depósito do mundo (LE BILLON & KHATIB, 2005).

Em 2001, o governo Bush adotou uma nova Política Nacional de Energia, que previa um papel mais assertivo do governo em auxílio às empresas de energia americanas em termos de investimento e empreendimentos estrangeiros de petróleo e gás. A nova diretriz integrava a priorização da segurança energética na política comercial e externa, assim como no gerenciamento da diplomacia do país (BROMLEY, 2005; KLARE, 2008).

De acordo com Klare, a dependência dos EUA em torno de fontes estrangeiras para garantir o suprimento de energia vai aumentar ainda mais nos próximos anos. Para o autor, a maioria dos países que fornecem energia aos Estados Unidos nutrem fortes sentimentos antiamericanos ou são assombrados por violência e desordem interna, ou ambos. De acordo com Klare (2008):

Não apenas as autoridades americanas terão de negociar o acesso a esses suprimentos no exterior e providenciar os tipos de investimentos que possibilitarão o aumento da produção e exportação, mas também devem tomar providências para garantir que as entregas estrangeiras aos Estados Unidos não sejam impedidas pela guerra, revolução ou desordem civil. Esses imperativos regerão a política dos EUA para todas as regiões significativas de fornecimento de energia, especialmente a área do Golfo Pérsico, a bacia do Mar Cáspio, a África e a América Latina.²⁵

A partir do segundo mandato administrativo de Barack Obama ficou evidente o redirecionamento da política de segurança norte-americana em direção à região Ásia-Pacífico, em função da ascensão do poder chinês e das preocupações securitárias, especialmente em relação ao Mar do Sul da China e à Coreia do Norte.²⁶ Contudo, mesmo que a maior parte das

²⁵Not only will American officials have to negotiate access to these overseas supplies and arrange for the sorts of investments that will make increased production and export possible, but they must also take steps to make certain that foreign deliveries to the United States are not impeded by war, revolution, or civil disorder. These imperatives will govern U.S. policy toward all significant energy-supplying regions, especially the Persian Gulf area, the Caspian Sea basin, Africa, and Latin America.

²⁶O discurso exposto por Hillary Clinton na Austrália, em 2012, durante seu termo como secretária de estado, foi

forças norte-americanas estejam atualmente situadas na região, os EUA não operaram de fato o desengajamento militar do Oriente Médio, conforme havia proposto Obama em sua campanha presidencial; pelo contrário, a desestruturação dos Estados, dos grupos políticos e étnicos após as décadas de intervenção militar na região somente se intensificaram e originaram e conceberam fôlego a novas organizações terroristas, como foi o caso do Estado Islâmico (ISIS).

O exposto acerca das motivações geoestratégicas do controle do petróleo concentrou-se nas ações militares diretas que foram empreendidas em áreas de grande interesse para os EUA em termos de reservas petrolíferas. Contudo, um novo modelo de intervenção indireta baseado no fomento de conturbação social e insurgência nas sociedades civis esteve sendo gerido nas “Revoluções Coloridas” das antigas províncias soviéticas e, mais recentemente na “Primavera Árabe” (KORYBKO, 2018).²⁷ Esse ponto é crucial na avaliação da derrocada da Pink Tide e será explorado com maior profundidade no terceiro capítulo .

Por fim, nos últimos anos tem sido possível constatar que a presença chinesa vem crescendo e sendo bem sucedida no estabelecimento de alianças em países que são historicamente considerados zonas de influência dos EUA. Em boa medida o estabelecimento de laços de cooperação com países latino-americanos tem sido visto como fonte de preocupação para o establishment político norte-americano (ELLIS, 2009). Desde a conversão da China em uma grande potência, o Partido Comunista Chinês (PCC) vem orientando a execução da política externa vinculada aos objetivos relacionados à preservação da segurança energética do país. Exemplo disso são os casos de cooperação econômica desenvolvidos junto a países produtores de petróleo, dos quais podem-se mencionar os fundos bilaterais firmados com a Venezuela no decorrer das duas últimas décadas e que serão aprofundados no próximo capítulo.

emblemático para a inauguração do que ficou conhecido como Asia Pivot ou America's Pacific Century. Dentre outros pontos, foi declarado nesse momento que a Ásia seria a nova prioridade da política externa norte-americana.

²⁷O termo Revoluções Coloridas foi amplamente utilizado pela mídia internacional para descrever vários movimentos de contestação política que se desenvolveram em vários países da antiga URSS e nos Balcãs durante o início dos anos 2000, entre os quais pode-se destacar casos como antiga Iugoslávia (2000), Georgia (2003) e Ucrânia (2004). A Primavera Árabe abrange os países de maioria árabe que experienciaram um conjunto de movimentos por parte da sociedade civil contra o status quo político. Casos relevantes incluem a Tunísia (2010), Egito, Líbia, Síria e Barein (2011).

3.4.2 O Crescimento Econômico da China e a Busca pela Segurança Energética

Durante a transição para o século XXI, as enormes transformações estruturais ocorridas na economia chinesa contribuíram para elevar sua demanda por petróleo e para que o governo precisasse desenvolver meios de integrar a priorização da segurança energética à agenda de política externa do país. Em boa medida, o aumento da demanda por energia está relacionado ao crescimento econômico e, essencialmente sua transformação estrutural e do posicionamento da China nas cadeias internacionais de valor. O crescimento das exportações chinesas contribuiu muito para esse processo, uma vez que o país converteu-se no maior exportador do mundo nos últimos anos (STATISTA, 2018).

Foi durante essa transição que em 1993 as importações de petróleo na China ultrapassam as exportações pela primeira vez (KLARE, 2008; DANRREUTHER, 2015; ZHANG, 2016). Desde então, as importações de petróleo aumentaram dramaticamente, tendo recentemente o país ultrapassado os EUA como maior importador mundial de petróleo (IEA, 2018).

A China possui a maior população absoluta do planeta. Em 2018, ela ultrapassava 1,4 bilhão de habitantes, dos quais cerca de 57% viviam em aglomerados urbanos (WORLD BANK, 2018). Além disso, de acordo com um relatório do *Energy Demand and Supply Outlook*, da Agência Internacional de Energia (AIE), a classe média na China era estimada em mais de 400 milhões de pessoas, número que excedia toda a população dos EUA (IEA, 2013). O consumo per capita de energia triplicou entre 2004 e 2017 (WORLD BANK, 2017).

A segurança energética tornou-se uma preocupação central da política externa chinesa, dado que o petróleo é uma fonte da qual depende fortemente do mercado internacional e é, até agora, insubstituível no setor de transporte. Além disso, o crescimento econômico e industrial da China, assim como o setor de serviços promoveram o rápido aumento do consumo de petróleo (ZHANG, 2016). Nesse cenário, o governo vem buscado assegurar não somente a eficiência na extração e refino do petróleo obtido dentro do território nacional como também buscado diversificar parceiros e rotas externas no fornecimento do insumo (ZHANG & FAN, 2013).

Até meados da década de 90, o posicionamento do PCC em relação à saída de capitais do país, essenciais inclusive na busca por recursos naturais no exterior, era bastante restritiva. Essa situação foi mudando progressivamente, primeiro em relação ao estabelecimento de

escritórios e representações comerciais no exterior, seguido pela esfera dos investimentos. O 10º Plano Quinquenal, lançado em 2001, caracterizou-se por lançar um chamado para as empresas chinesas, denominado *Go Global*. A partir de então, definia-se o investimento no exterior como um foco estratégico do desenvolvimento econômico da China no longo prazo (LI & LEUNG, 2011).

Depois disso, uma série de regulamentos foram introduzidos. Em 2003, o Ministério de Comércio da China (MOFCOM) promulgou uma regra autorizando algumas províncias e municípios a aprovarem projetos no exterior com montantes de investimento de até 30 milhões de dólares. Os fluxos de IED na China no exterior expandiram-se vertiginosamente desde então, passando de um montante de US\$ 700 milhões em 2001, para US\$ 74,6 bilhões em 2011 e a mais de US\$ 170 bilhões em 2016 (ZHANG & FAN, 2013; AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2018).

De acordo com Zhang (2016), a estrutura de avaliação de segurança do petróleo foi construída na China a partir do conjunto de quatro dimensões: disponibilidade do recurso, estabilidade do suprimento de petróleo no mercado interno e internacional, acessibilidade econômica da importação e eficiência de seu uso.

O IED da China em projetos de exploração de recursos naturais e construção de infraestrutura para escoamento no exterior tem se intensificado. Além disso, a China tem investido cada vez mais em projetos avançados de P&D no mundo, a fim de estimular a adaptação de novas tecnologias no país.²⁸

Dentro da estratégia de incentivar investimentos na busca por recursos naturais no exterior, o governo chinês introduziu uma série de políticas de apoio nos últimos anos. O desafio relativo ao IED envolve um alto grau de coordenação entre governo e empresas, inexistindo ainda um ministério único dedicado a assuntos energéticos.²⁹ Além das agências governamentais, bancos e empresas têm a competência para deliberar sobre os investimentos em recursos no exterior. O Estado detém amplo controle ao longo do processo de planejamento, inserindo a busca pela segurança energética dentro de uma perspectiva política

²⁸Os investimentos em P&D atingiram o patamar histórico de 279 bilhões de dólares em 2017, o que representa um acréscimo de 70,9% desde 2012 (NBSC, 2018).

²⁹A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR) é o principal órgão responsável pela formulação de políticas e pela autoridade reguladora do setor de energia, mas opera em conjunto com outras agências que supervisionam a política energética do país, como o MOFCOM, o Ministério de Assuntos Exteriores, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais e a Comissão de Regulamentos Bancários da China. O governo criou a National Energy Administration (NEA) em 2008, com o objetivo de operá-la como "agência reguladora de energia por excelência"

de desenvolvimento de longo prazo. Por isso, o setor é dominado pelas grandes petrolíferas estatais que operam em conjunto com o governo nas decisões estratégicas interna e externamente (ZHANG, 2013; LI & LEUNG, 2011).

Estatais como a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e a PetroChina Company Limited (Petrochina), detêm uma parcela relativamente extensa das decisões logísticas dos investimentos externos em recursos naturais (TAN, 2013). Pode-se perceber a relevância da segurança energética na economia chinesa constatando que as duas empresas mencionadas constam, respectivamente, em primeiro e segundo lugar na lista de maiores companhias do país em termos de receitas anuais e entre as 20 primeiras em termos de montante de ativos acumulados em 2017 (FORBES, 2017).

Em relação à dimensão financeira, houve uma ampla reformulação do setor bancário que tornou-se essencial para a presença das estatais chinesas no exterior e, dentro de uma perspectiva mais abrangente, para o planejamento da segurança energética do país. Os bancos públicos chineses, especialmente o CDB e o China Ex-Im Bank vem expandindo suas operações que envolvem tanto estatais chinesas quanto parcerias com estatais estrangeiras (CORRÊA, 2017).

Isso possibilitou que durante os últimos anos a China projetasse suas instituições financeiras globalmente, de modo a conferir uma alternativa às fontes de financiamento tradicionais do ocidente como o Banco Mundial e o FMI, uma vez que diversos países acabavam sendo excluídos por não cumprirem os requisitos políticos e econômicos impostos para a concessão de crédito. Devido a uma série de exigências feitas, a China tem sido fonte de financiamento nova e crescente para países em desenvolvimento exportadores de recursos naturais da América Latina e África, especialmente para as nações com problemas para obter acesso aos mercados de capitais globais.

Após essa reconfiguração do posicionamento político em relação aos investimentos externos, é possível observar um vertiginoso crescimento do fluxo de IED originário da China nos setores de recursos naturais. Em 2009, a China gastou US\$ 18,2 bilhões em fusões e aquisições em petróleo e gás e em 2010, ano que o IED chinês disparou na América Latina, esse valor aumentou para US\$ 29,39 bilhões (ZHANG, 2016).

A China converteu-se num grande investidor em projetos de infraestrutura em muitas partes do mundo. Para financiá-los, o governo chinês estabeleceu um fundo de US\$ 40 bilhões para apoiar investimentos de suas estatais no exterior, expondo, em especial, o desejo

de criar uma rede de infraestrutura energética entre a Ásia Central e Europa, passando pelo sul do Cáucaso, Oriente Médio, além de expandi-la em países da África e América Latina (ENERGY CHARTER, 2016).

Uma parcela relevante dos investimentos da China em infraestrutura de oleodutos e gasodutos é destinada a países vizinhos ricos em energia, principalmente Rússia e Ásia Central. A vantagem da expansão dos investimentos nesses países é que o petróleo e o gás podem fluir diretamente para a China, evitando territórios ou as linhas marítimas de comunicação (*sea lines of communication* - SLOCs) vigiadas pelas forças militares dos EUA.

Nesse sentido, cabe destacar que, devido ao fato de boa parte das importações de petróleo da China ser transportada através de SLOCs vigiadas por marinhas estrangeiras, sobretudo dos EUA, surge um sentimento de insegurança de que esses suprimentos possam ser interrompidos em alto mar, em contexto de conflito com alguma potência externa. Além do mais, em virtude das maiores reservas do mundo serem encontradas na região do Golfo Pérsico, que está sob o controle militar dos EUA, esse sentimento de vulnerabilidade é intensificado (DANRREUTHER, 2011). O Estreito de Malaca, entre a Malásia e a Indonésia, constitui o ponto mais crítico em termos de um potencial estrangulamento, visto que mais de 80% das importações de petróleo pela China atravessam a região (EIA, 2015).

Diante dos desafios gerados pela necessidade de garantir sua segurança energética, a estratégia chinesa tem buscado tanto a diversificação entre fornecedores, quanto entre as categorias de recursos energéticos que suprem suas necessidades. A China ultrapassou os EUA como o maior investidor em energia renovável do mundo, em 2016. Nesse ano, o consumo de energia solar aumentou 71,5%, o de energia eólica cresceu 29,4% e a geotérmica e a de biomassa aumentaram 21,4% (BP STATISTIC, 2017). Além disso, de acordo com o relatório *Global Trends in Renewable Energy Investment 2018*, em 2017, mais da metade da nova capacidade de energia solar gerada no mundo esteve situada na China.³⁰

Considerando essa perspectiva securitária, o aprofundamento dos laços políticos e econômicos com a Rússia é fundamental para a estratégia chinesa. Nos últimos anos parece ter havido relativa aquiescência por parte da Rússia em relação à penetração chinesa na Ásia Central, parte da tradicional esfera de influência do país. Esse fato pode ser observado com a

³⁰Em 2017, a CNDR e a NEA publicaram “Produção e Consumo de Energia: Estratégia Revolucionária (2016-2030)”, que fornece objetivos políticos concretos e define as direções para o país a longo prazo até 2050. A estratégia é a resposta da China ao desenvolvimento contínuo de energia limpa e busca global por economias de baixo carbono. A estratégia 2016-2030 tem como objetivo acelerar a transição energética da China e ajudar a implementar suas promessas ao Acordo de Paris.

formulação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) em 2001, onde China e mais outros cinco membros originais (Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão) acordaram em utilizar-se da nova instância para deliberar sobre temas diversos, mas principalmente relativos à segurança e cooperação econômica na região (VISENTINI, 2011).

Em relação à diversificação de fontes de importação, é possível observar na composição dos principais fornecedores de petróleo da China uma acentuada diversificação desde o início do século atual. Enquanto em 1995 a Indonésia e Oman sozinhos forneciam 52% do petróleo consumido no país, em 2015 a lista torna-se muito mais diversificada. Entre os países que mais fornecem petróleo para a China estão Rússia, Iraque, Irã e Arábia Saudita, nenhum deles fornecendo acima da faixa de 10% das importações chinesas. A América Latina exporta quase 10% do petróleo que abastece a China, em especial Venezuela (5%) e Brasil (4%) (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2016).

Os países da América do Sul tornaram-se aliados estratégicos para a política de segurança energética chinesa. A influência política chinesa na região vem se expandindo de modo mais assertivo nas últimas duas décadas. Esse fenômeno, por vezes denominado "Consenso de Beijing", possui relação com as estratégias de desenvolvimento alternativas que foram construídas na América do Sul nos últimos anos. De acordo com Ellis (2009):

A capacidade da China de se transformar, em um período de uma geração, de uma nação relativamente pobre em poder crescente que desafia os Estados Unidos na economia global, é uma fonte de inspiração para muitos latino-americanos [...] O termo "consenso de Pequim", "referindo-se ao exemplo da China, é uma alusão irrisória ao Consenso de Washington e políticas adotadas durante a década de 1990 que não conseguiram resolver - e, aos olhos de alguns, podem ter se aprofundado - os problemas profundamente arraigados da América Latina de desigualdade, corrupção e crescimento estagnado (ELLIS, 2009, p. 28, tradução nossa).³¹

Nesse cenário, a América do Sul possui um valor muito expressivo na disputa por recursos naturais do século XXI. Isso decorre do fato da região possuir abundância em terras aráveis para cultivo de alimentos, amplas redes fluviais, reservas de minerais e, o mais importante para a pesquisa presente, amplos reservatórios de hidrocarbonetos (gás e petróleo), além de concentrar uma parcela significativa das descobertas mais recentes de reservas das

³¹China's ability to transform itself, within the span of a generation, from a relatively impoverished nation to a rising power that challenges the United States in the global economy is a source of inspiration for many Latin Americans [...] The term "Beijing consensus," referring to the example of China, is a derisory allusion to the "Washington consensus" and policies pursued during the 1990s that failed to address – and, in the eyes of some, may have deepened – Latin America's deep-rooted problems of inequality, corruption, and stagnant growth (ELLIS, 2009, p. 28).

fontes não convencionais.

3.5 O Petróleo Sul Americano no Tabuleiro Geopolítico Global

Ainda que não exista consenso até o momento na literatura especializada acerca do futuro das reservas petrolíferas, com alguns autores, como Klare (2012) alertando para o esgotamento dos grandes depósitos existentes e para o acirramento pelo controle das novas fontes, e outros, como Yergin (2012), apontando para a relativa estabilidade, nas próximas décadas, da produção de petróleo, um ponto que praticamente dispõe de unanimidade entre as diversas perspectivas reside no crescente papel a ser desempenhado pelos hidrocarbonetos não convencionais no abastecimento das necessidades energéticas mundiais.

Hidrocarbonetos não convencionais são fontes de petróleo e gás que requerem métodos de extração que normalmente não são necessários na extração convencional de hidrocarbonetos. Fontes de petróleo e gás não convencionais incluem, entre as mais comuns: gás de xisto, óleo de xisto, areias betuminosas e clatratos de metano. Os hidrocarbonetos convencionais são aqueles em que petróleo e gás podem ser produzidos economicamente de acordo com as condições do reservatório. Em contraste com o petróleo convencional, os pesados ou extra-pesados apresentam maior densidade, maior teor de nitrogênio, oxigênio, enxofre e metais pesados. Em comparação com o petróleo comum, o óleo pesado é mais denso e mais resistente ao escoamento e contém mais impurezas; o óleo extra-pesado é mais denso e mais viscoso ainda. Além disso, o refino dos não convencionais exige maior intensidade tecnológica, uma vez que é mais trabalhoso convertê-los em produtos como gasolina, querosene e óleo diesel (SANTOS et al, 2014).

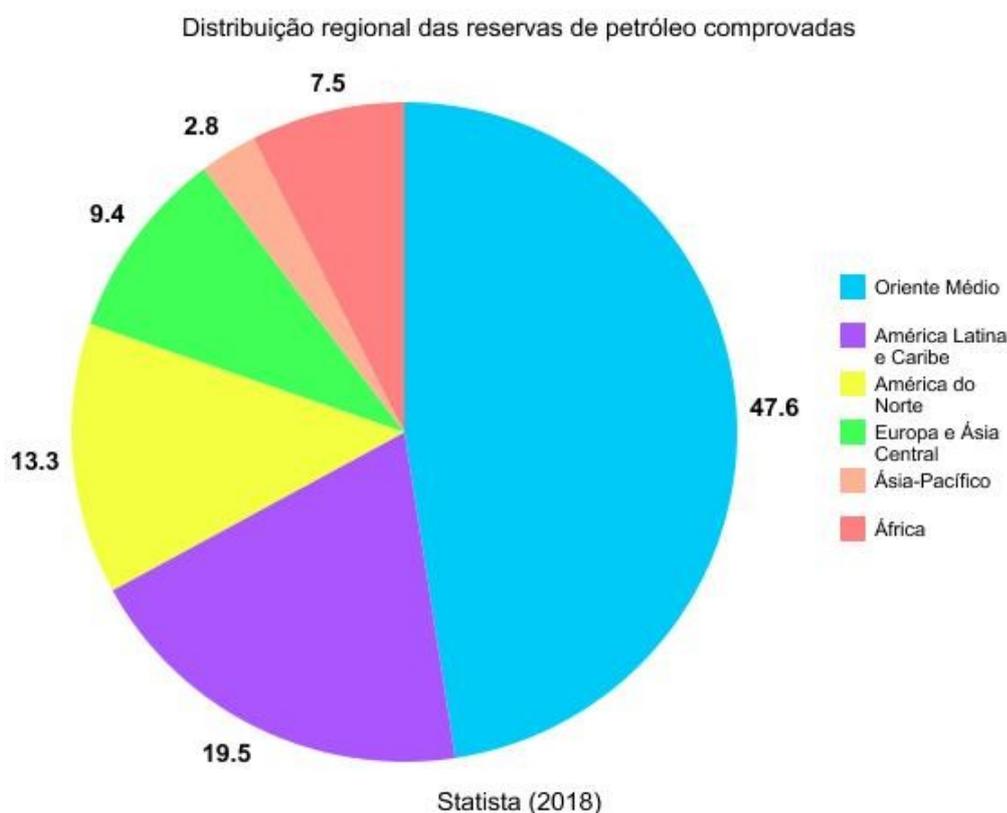
Em outras palavras, os hidrocarbonetos convencionais são alojados em altas concentrações em reservatórios de porosidade e permeabilidade suficientes para que a pressão natural da subsuperfície possa conduzir o hidrocarboneto para os poços e à superfície a taxas que resultam em produção lucrativa (comercial). Em contraste, os recursos não convencionais - em seu estado de pré-desenvolvimento - ficam presos em reservatórios que não podem ser produzidos sem o uso de estímulos para aumentar a capacidade produtiva do reservatório. Contudo, atualmente já são suficientemente desenvolvidas algumas tecnologias que permitem a extração de alguns desses hidrocarbonetos. Métodos de extração mais comumente usados incluem técnicas como perfuração horizontal e fraturamento hidráulico (SANTOS et al,

2014).³²

Uma parcela relevante dos novos depósitos de hidrocarbonetos, dos quais destacam-se os depósitos ricos em não convencionais, foram descobertos na América do Sul. Na região, as grandes reservas de petróleo não convencionais localizam-se, sobretudo na região do Cinturão do Orinoco venezuelana, no Pré-Sal, situado na costa atlântica brasileira e, em relação ao gás, no depósito de Vaca Muerta, na Patagônia argentina.

O gráfico 3 revela como estavam distribuídas as reservas comprovadas de petróleo no planeta em 2018.

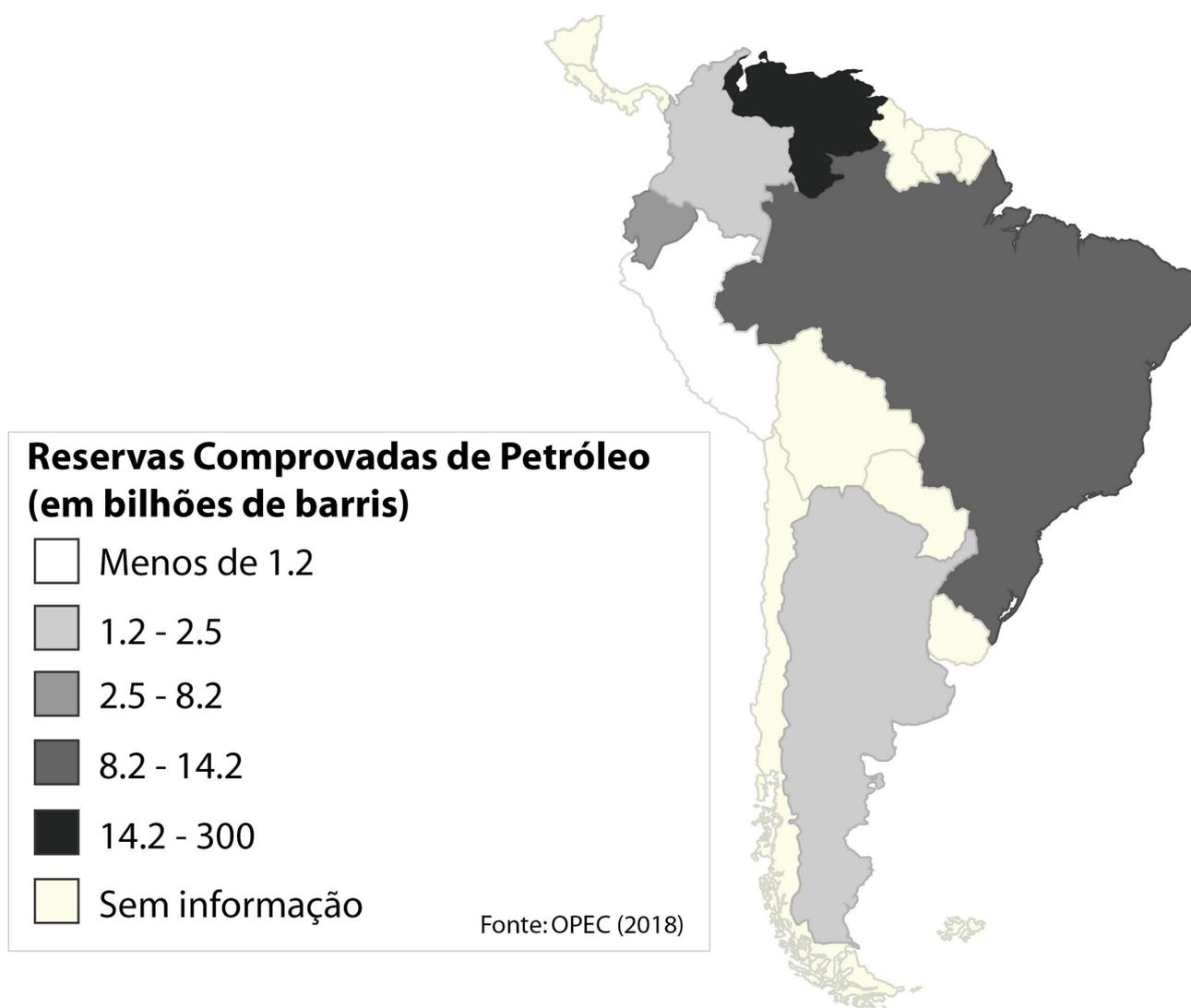
Gráfico 3: Distribuição regional das reservas de petróleo



³²O termo "fraturamento hidráulico", embora comumente usado para fazer referência a toda atividade de desenvolvimento dos hidrocarbonetos não convencionais, tecnicamente refere-se apenas a uma parte do ciclo de vida completo da técnica que abrange o processo de geração de permeabilidade em rochas de hidrocarbonetos de baixa permeabilidade através da criação de fracturas pela injeção de fluidos sob pressão e agentes propantes - propulsores de fraturas - (U.S – DEPARTMENT OF ENERGY, 2015).

Já o mapa da figura 2 mostra claramente que dentre as reservas encontradas na América do Sul, a maior concentração está situada em território venezuelano, onde as descobertas de petróleo depositado no Cinturão do Orinoco colocaram o país à frente da Arábia Saudita em 2014 em termos de abundância do recurso.

Figura 2: Reservas provadas de petróleo na América do Sul



Acredita-se que a área do Cinturão do Orinoco, no nordeste da Venezuela, possua a capacidade de produção de cerca de 300 bilhões de barris de petróleo pesado e extra-pesado, o que a classificaria como a maior reserva do mundo, superando a capacidade saudita de 268

bilhões (EIA, 2017). Alguns campos petrolíferos do país estão substancialmente esgotados, por isso, a PDVSA entende que desenvolver novos depósitos é essencial para evitar um declínio ainda maior na produção nacional. Como a produção da bacia de Maracaibo vem apresentado declínio, a empresa começou a encarar o Cinturão do Orinoco - um amplo reservatório não convencional situado entre o rio Orinoco e o mar do Caribe - como um recurso vital (EIA, 2015).³³

O Brasil situa-se entre os dez maiores produtores mundiais de petróleo e a Petrobras entre as vinte maiores empresas petrolíferas do mundo (FORBES, 2017). Em relação às reservas de hidrocarbonetos não convencionais, no Brasil estima-se que estão concentrados pelo menos nove depósitos de xisto betuminoso somente em São Mateus do Sul, no Paraná, e no Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio de Janeiro (EIA, 2017).³⁴

O relatório *Oil, Gas and Biofuels Statistical Yearbook* de 2017, elaborado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), estimava que, nesse mesmo ano, o Brasil possuía uma reserva comprovada de 13 bilhões de barris petróleo. Isso equivale ao segundo maior depósito da América do Sul, depois da Venezuela (ANP, 2017). A Petrobras, domina cerca de 92% da capacidade de refino no país mas parte do petróleo existente é exportado cru para depois ser importada ao passar pelo processo de refino.

As maiores descobertas de petróleo do mundo nos últimos anos estão concentradas na região *offshore* do Brasil, na bacia do Pré-Sal. O petróleo do Pré-Sal é composto, sobretudo por reservas situadas em zonas excepcionalmente profundas do oceano, sob camadas espessas de rocha e sal, exigindo investimento substancial em tecnologia para ser extraído (IEA, 2017). Os recursos na zona do Pré-Sal situam-se a cerca de 18.000 pés abaixo da superfície do oceano sob uma espessa camada de sal. Para fins de comparação, a Agência Internacional de Energia (International Energy Agency - IEA) define como perfuração *ultradeep* a que ocorre no Golfo do México a 5.000 pés ou mais.

Apesar dos desafios tecnológicos, a Petrobras investiu milhões em P&D e através do estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisa para impulsionar a exploração de petróleo em águas profundas. A empresa fundou o programa PROSAL em 2007, projetado para antecipar soluções para os problemas específicos da exploração do Pré-

³³Por vezes o petróleo contido na região do Orinoco é referida como arenoso ou betuminoso.

³⁴Os hidrocarbonetos no xisto betuminoso tomam a forma de querogênio, uma substância orgânica sólida que deve ser aquecida entre aproximadamente 276 e 510° C. para ser transformada em líquido. Extrair o xisto do solo e aquecer o querogênio a tais temperaturas requer consideráveis insumos energéticos - que, por sua vez, produzem emissões significativas (SANTOS et al, 2014).

Sal. Os projetos de P&D começaram no ano seguinte (DE MORAIS, 2013).

Em 2010, o governo brasileiro promulgou a Lei n ° 12.351, “Lei do Pré-Sal”. De acordo com a legislação, o governo estabeleceu diretrizes primárias para exploração e produção a partir do regime de partilha. Estabeleceu-se a Petrobras como líder prioritária de todas as operações na região de petróleo do Pré-Sal, mediante sua manifestação de interesse. Nos blocos em que a empresa manifestasse seu interesse seria necessária uma participação mínima de 30% dentro do consórcio de exploração (BRASIL, 2010; HUSSEINI, 2018).

Mais de 94% das reservas de petróleo do Brasil estão localizadas no mar, e concentradas em grandes bacias como a de Campos, Santos e Espírito Santo. 80% de todas as reservas marinhas são encontradas perto do estado do Rio de Janeiro. Contudo, nem toda a capacidade *offshore* do Brasil foi descoberta e ainda espera-se que as reservas aumentem à medida que o Pré-Sal for mais explorado. A área de Libra abrange entre 8 bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo e gás natural (ANP, 2017).

Ainda que possua reservas não tão abundantes quanto as da Venezuela, por exemplo, o Equador também é um membro associado da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), cuja produção de petróleo equivaleu a cerca de 556 milhares b/d em 2016. O Equador possui reservas de petróleo doce (que apresenta menor quantidade de sulfúrio em sua composição), e leve (menor densidade), sendo considerado de melhor qualidade pois possibilita a produção de gasolina e diesel com maior facilidade. O país possui reservas comprovadas de petróleo equivalentes a 8,3 bilhões de barris (EIA, 2017).

O produto corresponde a mais da metade de suas exportações e cerca dois quintos das receitas do setor público. De acordo com a EIA, em 2015, os campos de Ishpingo, Tambococha e Tiputini, no Parque Nacional Yasuní, possuíam uma capacidade estimada de 846 milhões de barris de petróleo (EIA, 2015).

A maior parte do petróleo obtido é exportado em sua forma bruta, uma vez que o país possui capacidades de refino bastante limitadas (OCE, 2018). Empresas petrolíferas nacionais como a Petroecuador, Petroamazonas e Operaciones Rio Napo, uma joint venture entre Petroecuador e Petroleos de Venezuela, respondem pela maior parte da produção de petróleo no Equador. A produção restante é delegada a companhias petrolíferas estrangeiras, como a Repsol (Espanha), Eni (Itália), Tecpetrol (Argentina) e Andes Petroleum, que é um consórcio da China National Petroleum Corporation (CNPC) com a Sinopec (EIA, 2015).³⁵

³⁵O Equador também detém forte controle sobre a exploração de petróleo e limita o investimento estrangeiro no setor. Companhias estrangeiras de petróleo e gás natural são autorizadas a firmar contratos de serviços que

Considerações Finais

Conforme buscou-se demonstrar logo no início do capítulo, a particularidade mais distintiva do século atual, em termos de distribuição global de poder, reside no declínio relativo do poder dos EUA em relação a ascensão da China. Não apenas o sistema internacional não ingressou em uma era de estabilidade devido à unipolaridade alcançada pelos EUA, conforme previra Fukuyama (1988), como o próprio Estado hegemônico promoveu a instabilidade como meio de estender a duração da ordem global contemporânea. No entanto, o rápido crescimento da economia chinesa vem desafiando o status quo e permitindo algumas alterações na dinâmica do sistema interestatal pós Guerra Fria.

Argumentou-se que o petróleo permanece constituindo o recurso energético mais valioso para a soberania dos Estados, na sustentação do atual SMI e, portanto, essencial na formulação da política externa das grandes potências. Diferente dos EUA que já formulam sua geoestratégia há várias décadas vinculando a obtenção de suprimentos contínuos de petróleo, a China constitui um ator relativamente novo nesse processo e, somente nos últimos vinte anos consolidou de um aparato institucional adequado para empreender a busca pelo suprimento do recurso através da relação com outros Estados.

Ainda que não seja possível afirmar que esteja em processo um esgotamento completo dos depósitos existentes de petróleo no mundo, é razoável conceber que há um acirramento da competição interestatal por assegurar fontes diversificadas do recurso em função, sobretudo, da ascensão de novas potências com economias robustas e grande densidade demográfica, como é o caso da Índia, da Rússia (novamente) e, principalmente, da China.

A América do Sul é uma região relevante dentro desse contexto geoestratégico das grandes potências devido a sua abundância em recursos naturais e, no caso do Brasil, Venezuela e Equador, em petróleo. Além disso, sua localização geográfica situa-se próxima aos EUA, principalmente a Venezuela, o que permitiria um fácil transporte de petróleo a partir da maior reserva do mundo; e no caso da China, o transporte de petróleo pode, caso necessário, ser transportado pelo Oceano Pacífico, evitando a passagem pelo estreito de Malaca.

Portanto, argumenta-se no decorrer do próximo capítulo, que a expansão financeira da

ofereçam uma taxa fixa por barril para suas atividades de exploração e produção. Desde 2009, o Equador concordou em vários acordos de compra de petróleo por empréstimo com a China, que explicitamente garantem fornecimento de petróleo em troca de empréstimos.

China na região esteve amplamente associada a iniciativa de solidificar a cooperação com países produtores de recursos naturais estratégicos, sobretudo o petróleo, conforme ficará mais evidente com a apresentação das estatísticas de investimentos e financiamentos. Por outro lado, demonstra-se a reação por parte dos EUA ao verificar a intensificação da influência chinesa na região e a resposta positiva dos governos da Pink Tide ao aprofundamento dessas relações.

4. A disputa pelo Poder Global entre Estados Unidos e China no século XXI: consequências para os projetos da Pink Tide

O capítulo presente tem por objetivo organizar indícios que revelem como a disputa pelo poder global contemporânea, protagonizada por China e EUA, potencialmente influenciou na trajetória da Pink Tide na América do Sul. Pretende-se analisar o caso dos três países que possuem as maiores reservas de petróleo na região: Brasil, Venezuela e Equador.

Em relação à presença chinesa que se intensificou muito nas duas últimas décadas, será abordado o fenômeno que marca a maior inflexão, no que concerne sua relação com os países da América do Sul: a expansão financeira da China. O país tornou-se, recentemente, um aliado importante para os países latino-americanos, de modo geral e, sobretudo para aqueles que são os mais excluídos dos fluxos financeiros oriundos das instituições ocidentais. Busca-se ressaltar ao longo da próxima seção, o fato de que a maior presença financeira da China, assim como a criação de instrumentos de cooperação como fundos bilaterais e a concessão de empréstimos quitados em commodities, estão associadas com uma maior demanda por recursos energéticos e, sobretudo, petróleo, em função da expansão da economia e da influência chinesa no mundo.

Na seção seguinte, pretende-se apresentar indícios de uma reação originária do establishment norte-americano em relação à maior autonomia conquistada pelos governos da Pink Tide durante as últimas décadas e a consequente perda relativa da influência que os EUA historicamente mantêm na região. Portanto, argumenta-se que essa reação consiste, essencialmente, na execução de táticas destinadas para indiretamente promover a destabilização dos governos progressistas. Com a finalidade de conferir um padrão lógico na apresentação das evidências, a princípio sem ligação umas com as outras, adota-se o conceito de “Guerra Híbrida” que será detalhado mais adiante.

A segunda etapa consistirá em organizar evidências que compõe a reação empreendida pelos EUA em relação a maior autonomia da Pink Tide e à ampliação de suas conexões com outras grandes potências, dentro dos parâmetros do que pode estar situado dentro do conceito de Guerra Híbrida. A etapa está dividida de acordo com os três países analisados e a apresentação das evidências não está organizada dentro de um método determinístico. Almeja-se sugerir que, em grande medida, os eventos expostos indicam uma espécie deliberada de reação empreendida pelos EUA diante de sua perda de influência na região

durante os últimos anos.

O argumento proposto pelo jornalista venezuelano, Teodoro Petkoff (2005) (capítulo 1), sustenta a redução dos riscos de confronto e das ameaças de interferência por parte dos EUA teria conferido maior margem de organização para os grupos progressistas. Seguindo esse raciocínio, busca-se relacionar a derrocada da Pink Tide, novamente às mutações intrínsecas ao sistema internacional contemporâneo, sobretudo ao que se refere à ascensão de novas potências que passam a projetar sua influência na região.

4.1 A Expansão Financeira da China na América do Sul

A intensificação da presença chinesa na América do Sul, inicialmente centrada no comércio e, mais recentemente em função de sua expansão financeira, tem contribuído para remodelar a economia política da região. Em um período de menos de uma década, a China deixou de ter praticamente nenhuma projeção econômica para ser um parceiro comercial muito significativo para diversos países. Em relação às trocas comerciais, o grande salto ocorreu no início do século XXI, após a entrada da China na OMC. Somente em cinco anos o comércio entre China e América Latina, como um todo, passaram de um equivalente a US\$ 1,3 bilhão em 2000 para mais de US\$ 250 bilhões em 2017 (SHIXUE, 2005; WORLD BANK, 2017).

A intensificação dessas relações é decorrente do virtuoso processo de expansão econômica recente da China. A urbanização, o crescimento da produção industrial e o aumento do consumo são fatores que atuaram diretamente na ampliação da demanda por recursos naturais, sobretudo minérios, petróleo e alimentos. A partir da análise da expansão comercial e, mais recentemente, financeira da China na região, é possível interpretar que o fornecimento desses recursos (e a conseqüente vinculação à sustentação do SMI), é o principais papel a ser desempenhado pela América do Sul dentro do processo de acumulação de capital na China.

Com uma população de 1,3 bilhão de habitantes dos quais, uma classe média ascendente, a China ocupa somente o território de cerca de 7% das terras aráveis do mundo e 6% da água potável (CEPAL, 2015a). Portanto, o país necessita importar recursos naturais para sustentar sua população e garantir sua segurança energética. Além disso, a América do Sul é uma região rica em recursos minerais e energéticos, fundamentais para o abastecimento

da máquina industrial chinesa. Atualmente o país que é considerado a "fábrica" do mundo não produz recursos naturais suficientes dentro de suas fronteiras para sustentar o ritmo de crescimento da economia pujante.

Entre 2001 e 2010 , os combustíveis fósseis e mineração exportados da América Latina para a China cresceram a um impressionante ritmo 16% ao ano, seguidos pela agropecuária em 12%. Commodities primárias representaram 74% das exportações da região para a China, em comparação com 41% a nível mundial, enquanto as manufaturas, que possuem maior valor agregado, só chegaram a 6% da composição das exportações, uma grande assimetria em contraste com 42% para o resto do mundo (CEPAL, 2015b).

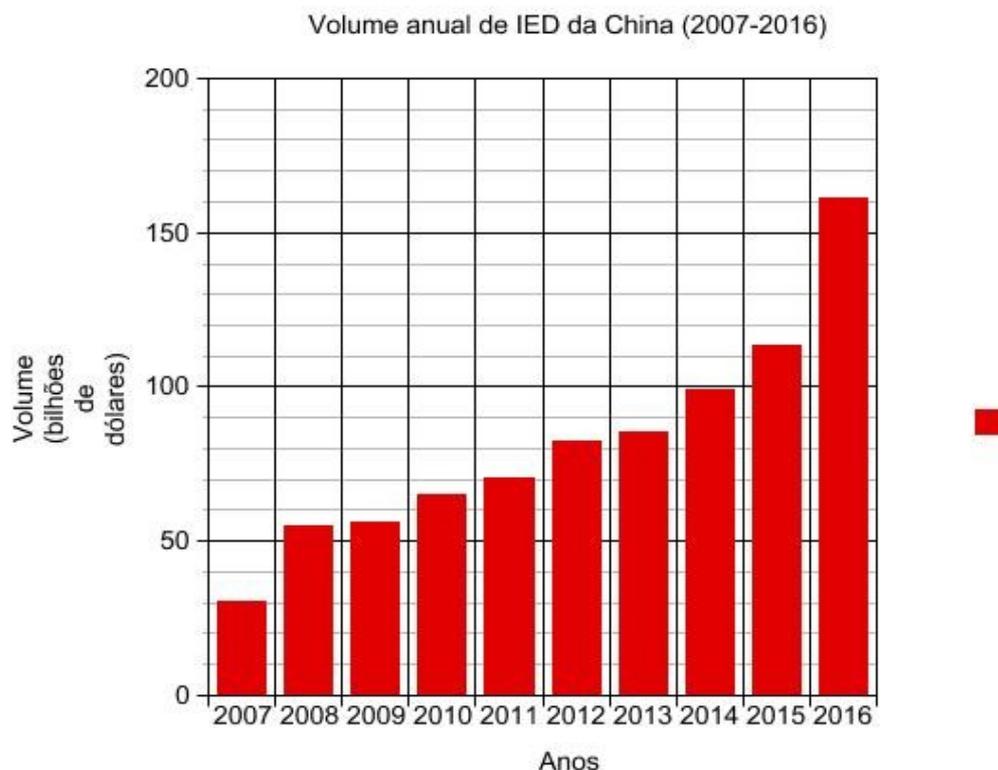
Por volta dos anos 2010, ocorre uma inflexão relativa ao modo da China se relacionar com os países sul americanos. Desde então, a China passa a progressivamente expandir sua participação financeira na região, geralmente através de investimentos, empréstimos, e estabelecimento de fundos bilaterais ou regionais.

4.1.1 Investimentos

A ampliação da participação econômica da China na América Latina ocorre somente a partir da estruturação da estratégia de "Go Global" (sair - *zou chuqu* - 走出去), anunciado pelo PCC no final dos anos 90, destinada a encorajar as empresas chinesas a investir no exterior. Desde o início do século XXI, cada vez mais empresas chinesas estabeleceram operações no exterior (WANG; HU, 2016; STRAUSS; ARMONY, 2012). De acordo com o *China Global Investment Tracker* do *American Enterprise Institute*, o fluxo de IED oriundo da China aumentou de US\$ 30,4 bilhões em 2007 para US\$ 161,1 bilhões em 2016.³⁶ O gráfico 4 mostra o crescimento do volume de IED originário da China para o mundo, em bilhões de dólares desde 2007:

³⁶Atualmente a China é o terceiro país que mais investe do mundo inteiro. Em 2016 o país chegou a ultrapassar o Japão e esteve situado como segunda maior origem de investimentos do mundo durante o ano.

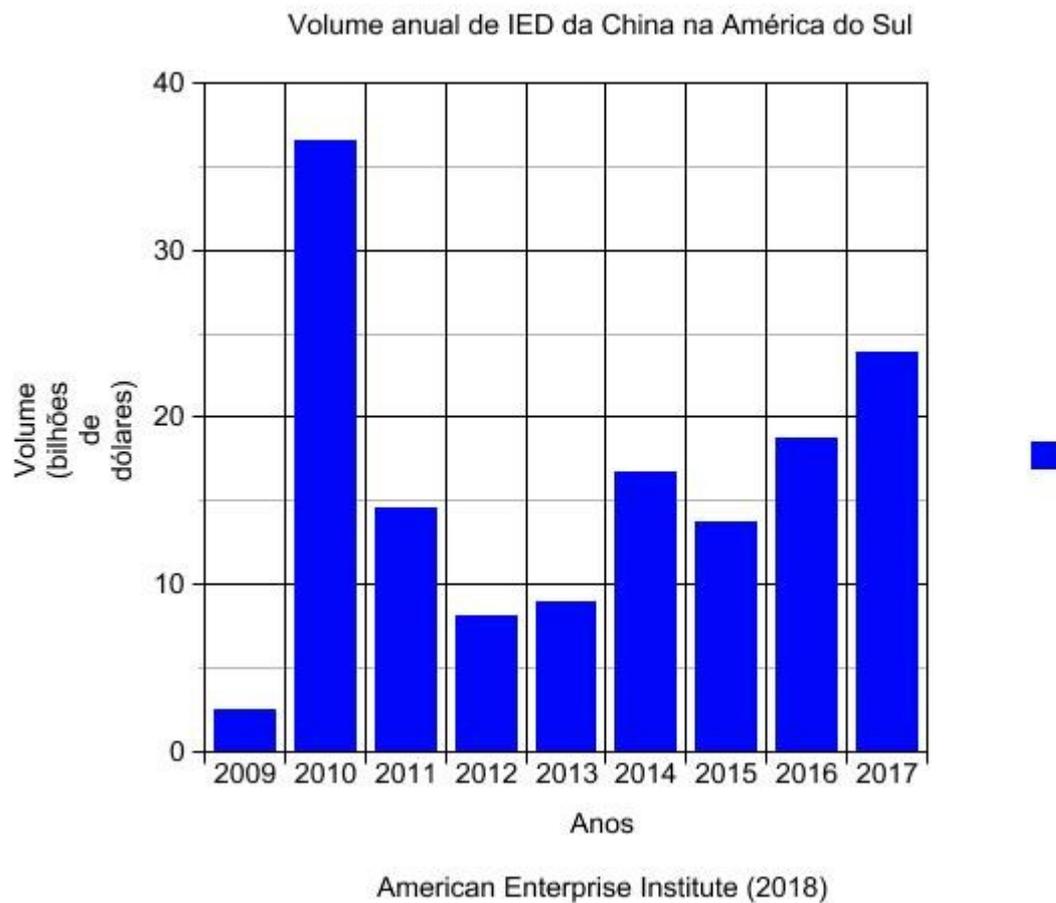
Gráfico 4: Volume anual de IED da China (2007-2016)



American Enterprise Institute (2017)

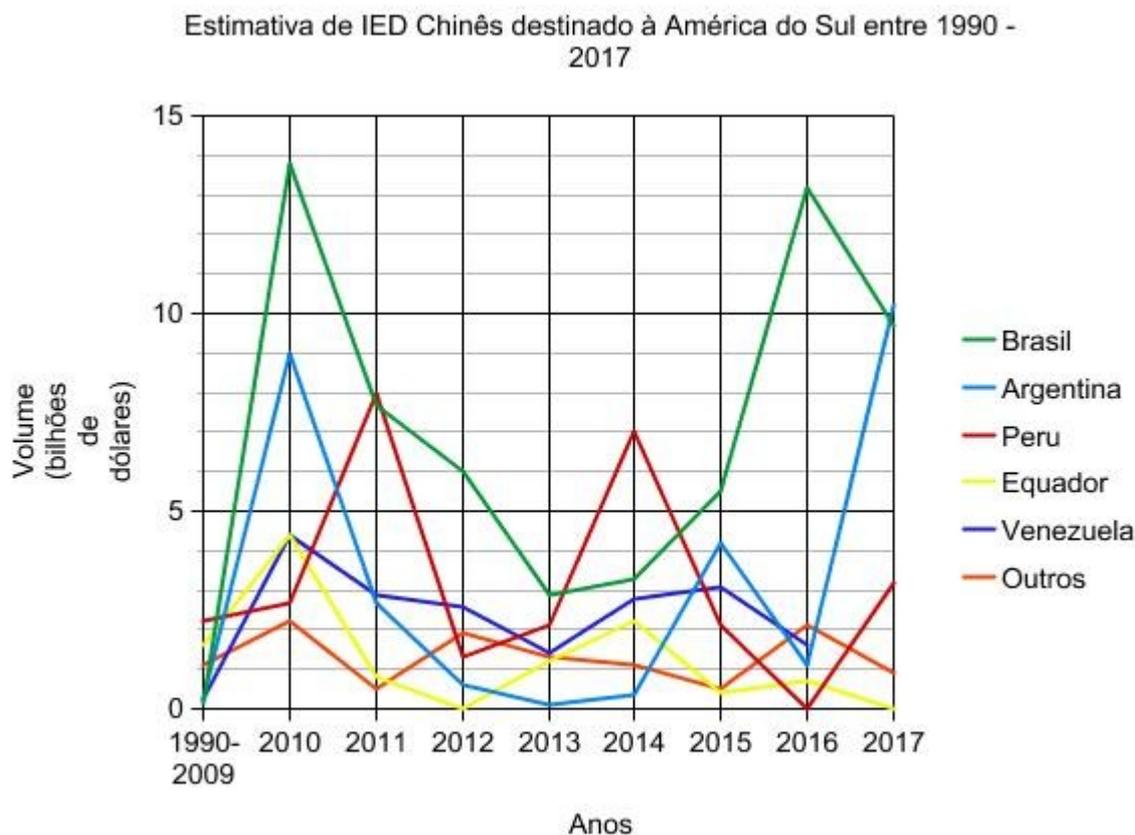
A intensificação dos investimentos chineses na região ocorre mais ou menos a partir de 2008, acompanhada de um aumento súbito em 2010. De acordo com a CEPAL (2017), os investimentos chineses na América Latina, entre 1990 e 2009, não atingiram sequer US\$ 8 bilhões. Em contrapartida, observa-se, a partir do gráfico 5, que em 2010 o volume dos investimentos chineses na região multiplicaram-se quase 20 vezes em relação ao ano precedente. Nota-se que essa expansão ocorre pouco tempo após o aumento da projeção financeira da China em âmbito global.

Gráfico 5: Volume anual de IED chinês na América do Sul (2009-2017)



É importante notar que boa parte desses fluxos esteve voltada para a busca por recursos energéticos. Esses investimentos estiveram concentrados em cinco países: Brasil, Venezuela, Argentina, Peru e Equador, que juntos receberam cerca de 94% do IED chinês entre 2010 e 2016 (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2018).

Gráfico 6: IED chinês na América do Sul: estimativa do volume (1990-2017)



American Enterprise Institute (2018); CEPAL (2015)

Observa-se em relação aos países que mais receberam investimentos chineses durante os últimos cinco anos que, com exceção do Peru, os outros quatro, Brasil, Venezuela, Argentina e Equador, têm o petróleo como importante produto de exportação.

À medida que crescia a dependência em relação ao petróleo estrangeiro, a política energética chinesa, começou a ser coordenada juntamente com as relações exteriores, bancos e empresas do setor energético. Esse modelo visa a ampliação do escopo de fornecedores como meio de reduzir a vulnerabilidade do país. Com abundantes fontes de hidrocarbonetos, a América do Sul é vista pelo governo chinês como um parceiro importante e como uma alternativa estratégica para diversificar as importações de petróleo e maximizar a segurança energética. Além do mais, tendo em vista as recentes descobertas de petróleo *offshore* no Brasil e a possibilidade de exploração do petróleo pesado na Venezuela, existe uma margem

para que companhias chinesas do ramo petrolífero possam elevar seus lucros em investimentos de longo prazo (LI & LEUNG, 2011).

O IED no setor de hidrocarbonetos é dominado pelas três companhias petrolíferas estatais da China - CNPC, Sinopec e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) - e, em menor medida, pela empresa petroquímica Sinochem. Os investimentos realizados por empresas chinesas no setor de petróleo podem atuar em outras áreas além da exploração direta do recurso. É recorrente que investimentos em construção de infraestrutura, como portos e ferrovias, ou em capacitação técnica, por exemplo, estejam vinculados a algum projeto de ampliação do fornecimento de petróleo oriundo de determinada localidade (ABDENUR, 2013).

Em termos de investimento, percebe-se a relevância do setor petrolífero da região para a China ao constatar-se que, entre 2011 e 2016, cerca de 59% das fusões e aquisições realizadas ocorreram nos ramos de exploração e refino de petróleo (GALLAGHER; MYERS, 2017). Além disso, é possível constatar que os investimentos em petróleo predominam em termos de valores. Conforme os dados compilados no China Global Investment Tracker (2017), entre os 20 maiores investimentos chineses destinados à América do Sul desde 2005, metade foi referente a atividades de exploração e refino de petróleo. Na tabela 1 destacam-se os dez maiores investimentos realizados pela China no setor petrolífero regional:

Tabela 1: Os 10 maiores investimentos chineses na América do Sul no sub-setor de petróleo (2010 -2016)

Ano	País	Valor (US\$ bilhões)	Investidor	Parceiro	% da aquisição
2010	Brasil	7.1	Sinopec	Repsol-YPF	40%
2010	Brasil	3.0	Sinochem	Stateoil	40%
2010	Argentina	3.1	CNOOC	Bridas	50%
2010	Argentina	2.5	Sinopec	Ocidental Petroleum	100%
2010	Venezuela	0.9	CNPC	PDVSA	40% (joint-venture Sinovensa: exploração no Cinturão do Orinoco)

2011	Brasil	4.8	Sinopec	Galp Energia	30%
2013	Peru	2.6	CNPC	Petrobras Energia Peru	100%
2013	Brasil	1.4	CNPC e CNOOC	Campos de Libra (Pré-Sal)	10% (cada)
2015	Brasil	2.0	ICBC	Petrobras	Leasing
2016	Venezuela	1.4	CNPC	PDVSA	Sinovensa

Fontes: American Enterprise Institute (2017); Gallagher & Myers (2016); Conselho Empresarial Brasil-China (2016).

4.1.2 Financiamentos

Além da expansão dos investimentos, a tendência mais recente da China para o setor energético da América do Sul se materializou na forma de empréstimos, financiamentos e estabelecimento de fundos. Empréstimos maciços através de grandes bancos da China, em especial do CDB e do China Ex-Im Bank, responderam por cerca de US\$ 150 bilhões - 70% do total de empréstimos - para a indústria de hidrocarbonetos na América Latina entre 2007 a 2016 (GALLAGHER; MYERS, 2016).

Em 1994, o setor financeiro chinês passou por uma série de reformas por meio das quais foram criados o CDB e o China Ex-Im, com o propósito de, através da concessão de financiamentos direcionados a determinados setores, auxiliar nos objetivos da política do governo. Até então, o processo decisório relativo a esse propósito ficava sob a responsabilidade dos “Big Four” (Banco da China, Banco de Construção da China, Banco Agrícola da China e Banco Industrial e Comercial da China) (ZHANG et al, 2013). Essa divisão foi de suma importância para o planejamento da segurança energética do país, uma vez que delegou-se competências para as instituições mais especializadas em cada área. De acordo com Gallagher (2015):

O CDB apoia principalmente as políticas macroeconômicas da China - estabelecidas pelos Planos Quinquenais - concentrando-se em oito áreas de desenvolvimento: energia elétrica, construção de estradas, ferrovias, petróleo e petroquímica, carvão, correios e telecomunicações, agricultura e indústrias e infraestrutura pública. Estima-se que 73,7% do total dos novos empréstimos do CDB foram para esses setores. Em contraste, o mandato do China Ex-Im Bank é: facilitar a exportação e importação de produtos eletrônicos e mecânicos chineses, conjuntos completos de

equipamentos e produtos novos e de alta tecnologia, ajudar as empresas chinesas com vantagens comparativas em seus projetos offshore a contratar e investir e promover a cooperação econômica internacional e comércio (GALLAGHER, 2015, p. 102, tradução nossa).³⁷

Desde meados do século XXI e, especialmente a partir dos anos 2010, a China tem conduzido um intenso processo de internacionalização de suas instituições financeiras, através da concessão de empréstimos para governos e empresas em distintos continentes no mundo. Na América Latina, a grande maioria dos empréstimos concedidos ficam a cargo do CDB, que desde 2005 concedeu cerca de US\$ 119 bilhões, e do China Ex-Im, que nesse mesmo período foi responsável por empréstimos no valor de cerca de US\$ 30 bilhões à região, ou seja, juntos, os empréstimos foram próximos a US\$ 150 bilhões (DIALOGUE DATABASE, 2018).

A necessidade de garantir fontes mais volumosas e diversificadas de petróleo para preservar sua segurança energética, assim como o grande crescimento de suas reservas internacionais, levou a China a priorizar a internacionalização das suas estatais do setor petrolífero. Após a elucidação do Go Out/Going Out ou Going Global, o processo de internacionalização das estatais chinesas de petróleo tem sido conduzido juntamente com a expansão dos bancos públicos, sobretudo do CDB e do Ex-Im Bank, que têm desempenhado um papel fundamental dentro dos interesses da política energética chinesa (CORRÊA, 2017).

Desde 2009, os dois bancos superaram o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em termos de empréstimos para os governos da América Latina. Até 2009, o financiamento anual da China nunca havia sequer ultrapassado o valor US\$ 1 bilhão, mas conforme mostra o gráfico abaixo, em 2009 esse número saltou para cerca de US\$ 18 bilhões e dobrou em 2010, atingindo o patamar de cerca de US\$ 36 bilhões (GALLAGHER, 2018).

Os financiamentos concedidos por bancos públicos chineses têm sido imprescindíveis pela perspectiva de países que estão excluídos dos circuitos financeiros tradicionais. Os bancos chineses forneceram financiamento para um conjunto significativamente diferente de países em relação aos que instituições financeiras e bancos ocidentais estão acostumados. Entre 2009 e 2010 os bancos chineses dedicaram 61% dos empréstimos na região à Venezuela

³⁷The CDB mainly supports China's macroeconomic policies - laid out in the Five-Year Plans - focusing on eight areas of development: electric power, road construction, railway, petroleum and petrochemical, coal, postal and telecommunications, agriculture and related industries and public infrastructure. An estimated 73.7 percent of the CDB's total new loans went to these sectors. In contrast, China Ex-Im Bank's mandate is to: facilitate the export and import of Chinese mechanical and electronic products, complete sets of equipment and new- and high-tech products, assist Chinese companies with comparative advantages in their offshore project contracting and outbound investment, and promote international economic cooperation and trade (GALLAGHER, 2015, p. 102).

e ao Equador. Argentina também é um país que tem se beneficiado dos empréstimos chineses nesse período, enquanto o Brasil recebe financiamentos tanto de bancos chineses quanto de instituições como FMI e BID.

Dos montantes anteriormente mencionados, estima-se que cerca de 70% (US\$ 105 bilhões) foram destinados ao setor de energia. Venezuela, Brasil e Equador lideram a lista dos países que mais receberam financiamentos destinados ao setor petrolífero. Com base nos empréstimos concedidos pelo CDB e pelo Ex-Im Bank, entre 2007 a 2016, cerca de US\$ 55 bilhões foram concedidos à Venezuela, US\$ 37 bilhões ao Brasil e US\$ 5,5 bilhões ao Equador (DIALOGUE DATABASE, 2018).

Ainda que mostrar precisamente quais os valores exatos que foram destinados para cada país no setor seja uma tarefa imprecisa, em certa medida, em razão dos bancos chineses não publicarem regularmente dados detalhados sobre suas atividades de empréstimo, a tabela abaixo ilustra os principais financiamentos (em volume) concedidos pelo CDB e China Ex-Im Bank para o setor de petróleo na América do Sul. Estima-se que Brasil, Venezuela e Equador juntos correspondem ao destino de mais de 95% dos empréstimos chineses no setor durante esse período:

Tabela 2: Os maiores empréstimos (acima de US\$ 1 bilhão) concedidos pelo CDB e China Ex-Im Bank para atividades de extração e refino na América do Sul (2007-2018)

Ano	País	Valor (US\$ bilhões)	Emprestador	Tomador	Observação
2007	Venezuela	4	CDB	Fundo Conjunto (China e Venezuela) - Tramo A	<i>Loan-for-oil</i>
2009	Venezuela	4	CDB	Fundo Conjunto – Tramo B	<i>Loan-for-oil</i>
2009	Brasil	10	CDB	Petrobras	Exploração da Bacia de Santos (Pré-Sal)
2010	Equador	1	CDB	Governo Federal do Equador	Requisito de 20% destinado à exploração de

					petróleo
2010	Venezuela	20.3	CDB	Fundo Conjunto de Cooperação de Longo Prazo	<i>Loan-for-oil</i>
2011	Venezuela	4	CDB	Renovação do Fundo Conjunto - Tramo A	<i>Loan-for-oil</i>
2011	Venezuela	1.5	CDB	PDVSA	Refinaria Abreu e Lima
2011	Equador	2	CDB	Governo do Equador	Requisito de 30% destinado à exploração de petróleo
2012	Venezuela	4	CDB	Renovação do Fundo Conjunto - Tramo B	<i>Loan-for-oil</i>
2013	Venezuela	4	CDB	PDVSA e CNPC	Joint-Venture Sinovensa
2013	Venezuela	5	CDB	Fundo Conjunto - Tramo C	
2014	Venezuela	4	CDB	Renovação do Fundo Conjunto - Tramo A	<i>Loan-for-oil</i>
2015	Brasil	5	CDB	Petrobras	<i>Loan-for-oil</i>
2015	Venezuela	5	CDB	Renovação do Fundo Conjunto - Tramo C	<i>Loan-for-oil</i>
2016	Brasil	5	CDB	Petrobras	<i>Loan-for-oil</i>
2016	Venezuela	2.2	CDB	PDVSA	
2016	Brasil	1	Ex-Im	Petrobras	
2016	Equador	2	CDB	Petroecuador	<i>Loan-for-oil</i>
2017	Brasil	5	CDB	Petrobras	<i>Loan-for-oil</i>
2018	Venezuela	5	CDB	Governo Federal da Venezuela	<i>Loan-for-oil</i>

Fontes: Dialogue Database (2018); Petrobras (2017); Folha de São Paulo (2016); Ministerio de Economía y Finanzas de Ecuador (2011; 2016); Bloomerang (2018); Ministerio del Poder Popular de Economía y Finanzas de Venezuela (2018).

O volume total dos empréstimos de bancos públicos chineses para a região registrou queda em 2016, passando de US\$ 27,2 para US\$ 22,4 bilhões. Não obstante, ao contrário dos outros setores, os empréstimos para o setor energético aumentaram nesse ano, tendo atingido um patamar recorde de US\$ 17,2 bilhões (RAY; GALLAGHER, 2017).³⁸ Conforme a tabela 2, empresas estatais do setor petrolífero, sobretudo PDVSA, Petrobras e Petroecuador continuaram recebendo financiamentos bilionários nesse período de desaceleração da expansão chinesa na região.

Um meio recorrentemente utilizado pelos bancos chineses, como forma de manter o controle sobre seus empréstimos, é através acordos de fornecimento de petróleo em troca de financiamentos. *Loans-for-oil* ou *oil-agreements* são contratos que estipulam a concessão de um empréstimo mediante a garantia de fornecimento de uma quantia determinada de petróleo. A venda de certo volume de petróleo como contrapartida aos financiamentos varia dependendo do preço da cesta de petróleo em dado momento, ou seja, quanto maior o preço, menor será a quota de fornecimento. O contrário acontecerá se o preço do petróleo diminuir (GALLAGHER et al, 2012).

Oil-agreements têm sido amplamente utilizados nos financiamentos concedidos aos países sul americanos produtores de petróleo. Em contrapartida ao empréstimo, empresas estatais como a Petroecuador, PDVSA ou Petrobras, comprometem-se a enviar barris de petróleo para a China de modo a saldar a dívida. De acordo com Gallagher (2012):

Um "acordo apoiado em commodities" geralmente envolve um contrato de empréstimo e um contrato de venda de petróleo que conta com os bancos e empresas de petróleo de dois países. O CDB da China estende um empréstimo de US\$ 1 bilhão para um país exportador de petróleo, como o Equador, enquanto a petroleira estatal do Equador se compromete a enviar centenas de milhares de barris de petróleo à China todos os dias durante a vigência do empréstimo. As empresas petrolíferas chinesas compram o petróleo a preços de mercado e depositam seus pagamentos na conta do CDB da petrolífera estatal do Equador. O CDB, por sua vez, retira fundos da conta para se pagar pelo empréstimo inicial (GALLAGHER et al, 2012, p.14).³⁹

³⁸ Além da extração e refino do petróleo, esse financiamento também é destinado ao carvão, gás natural e energias renováveis.

³⁹ A commodity-backed agreement generally entails a loan agreement and an oil-sale agreement that involves two countries' state-owned banks and oil companies. China's CDB extends a billion-dollar loan to an oil exporting

Os acordos de loan-for-oil tornaram-se uma fonte de financiamento essencial para o desenvolvimento da Venezuela: os depósitos do CDB assinados com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (BANDES) com destino aos Fundos de Cooperação Conjunta (tramos A, B e C) foram segurados pelas vendas de petróleo da PDVSA para a ChinaOil. A Chinaoil deposita os pagamentos do recurso em uma conta mantida pelo BANDES no CDB, enquanto a PDVSA pode deduzir os volumes de petróleo entregues à China de suas obrigações fiscais de produção. Diversos outros financiamentos, como o de US\$ 20,3 bilhões destinado ao fundo sino-venezuelano, seguiram os mesmos contornos gerais, modificando-se ao longo do tempo as formas de pagamento e depósito conforme os interesses das partes (OXFORD INSTITUTE FOR ENERGY STUDIES, 2016).⁴⁰

A Petrobras recebeu sete empréstimos de bancos chineses de 2007 a 2017 sob o mecanismo de empréstimo por petróleo. Por exemplo, quando a empresa tomou emprestados US\$ 10 bilhões do CDB em 2009, em troca da venda de petróleo para a trading da Sinopec, a China International United Petroleum & Chemicals Co. (UNIPEC). A Sinopec paga os preços de mercado pelo petróleo da Petrobras e deposita seu pagamento na conta do CDB da Petrobras, mas o Brasil deve manter um saldo de conta mínimo equivalente a seis meses de juros sobre o empréstimo (VALOR ECONÔMICO, 2017).

No Equador, diferente dos dois países mencionados, destacou-se o modelo de empréstimo discricionário, tornando mais difícil acompanhar o propósito específico de cada operação. Alguns dos empréstimos da China eram acordos de loan-for-oil, destinados a projetos de infraestrutura e geração de energia elétrica. Os empréstimos mencionados na tabela foram segurados com a entrega de barris de petróleo pela Petroecuador e subsidiárias (ATLANTIC COUNCIL, 2017)

Além dos empréstimos, a China começou a estabelecer fundos bilaterais ou regionais que destinam-se a projetos de desenvolvimento, podendo envolver construção de infraestrutura e melhorias nas telecomunicações, por exemplo. Até o momento existem três

country such as Ecuador, while Ecuador's state oil company commits to ship hundreds of thousands of barrels of oil to China every day for the life of the loan. Chinese oil companies purchase the oil at market prices and deposit their payments into Ecuador's state oil company's CDB account. CDB, in turn, withdraws funds from the account to repay itself for the initial loan (Gallagher et al., 2012, p.14).

⁴⁰The first \$4 billion disbursement required PDVSA to deliver 0.1 mb/d of fuel oil to Chinaoil but given the contract's inability to adapt to international crude costs, and rising opposition within Venezuela that the government was mortgaging the country's future oil output to China, the second \$4 billion tranche stipulated that the volumes delivered to Chinaoil would fluctuate with the price oil, from a minimum of 0.11 mb/d when oil prices are above \$60 per barrel to a maximum of 0.15 mb/d when oil prices are below \$42 per barrel (OXFORD INSTITUTE FOR ENERGY STUDIES, 2016, p. 15).

fundos regionais: o Fundo de Cooperação China-América Latina, administrado pelo China Ex-Im Bank, o Fundo de Cooperação e Investimento Industrial China-América Latina e o Programa de Empréstimo Especial para Projetos de Infraestrutura China-América Latina, ambos administrados pelo CDB.

Em 2008 aprovou-se o acordo entre China e a Venezuela sobre o “Fundo de Financiamento Conjunto Sino-Venezuelano. O fundo (tramo A) foi inaugurado no valor de US\$ 6 bilhões, dos quais 4 bilhões foram concedidos pelo BDC e 2 bilhões pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEM). A criação do fundo foi um meio encontrado para suprir as recorrentes crises de escassez de capital, que poderiam afetar a produção petrolífera na Venezuela. Para resolver a escassez, o fundo opera como consórcio financeiro com empréstimos concedidos por instituições financeiras chinesas, reembolsadas em petróleo (HONGBO, 2014, p. 654, tradução nossa).

Em 2017, por meio do Decreto nº 9.063, foi criado o Fundo bilateral Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, composto por capitais de diferentes instituições dos dois países. Com previsão de disponibilizar US\$ 20 bilhões para setores tidos como de “suma importância” para o Governo Federal. A composição dos recursos do Fundo está dividida da seguinte forma: US\$ 15 bilhões oriundos do Fundo de Cooperação China-América Latina e US\$ 5 bilhões que podem advir tanto do BNDES quanto da Caixa Econômica Federal, a depender do tipo do empreendimento (AMORIM, 2018).

Por fim, cabe mencionar, em relação à dimensão geoeconômica do petróleo de ser crucial para a sustentação do SMI, que desde 2017 a Venezuela começou a denominar em yuanes os preços do petróleo para exportação. A iniciativa constituiu uma alternativa para evitar o dólar nas negociações e contornar as sanções estabelecidas pelos EUA. Essa é uma iniciativa que é seguida também por outros países que buscam contornar a necessidade de acumular dólares para comercializar o recurso, como Rússia e Irã (SPUTNIK NEWS, 2017).

Nos parágrafos anteriores foi possível observar que a inflexão protagonizada pela China na região durante os últimos dez anos refere-se, sobretudo, à expansão considerável de suas instituições financeiras e de seus investimentos, que saltaram de próximo a zero, no início do novo milênio para dezenas de bilhões de dólares em diversos países na região, principalmente no que concerne os financiamentos destinados ao setor petrolífero.

Na próxima seção serão analisadas as principais transformações referentes à presença norte-americana na região. Uma vez que o país possui historicamente uma forte presença

política e econômica na região, serão destacados somente os mecanismos que foram identificados recentemente (século XXI) em termos de linhas de ação que promoveram impactos significativos na desestruturação dos governos progressistas no Brasil, Venezuela e Equador.

4.2 Estados Unidos e a Pink Tide

Os EUA historicamente possuem uma enorme influência, dos pontos de vista político e econômico, nas trajetórias percorridas pelas nações latino-americanas. Logo na transição dos Estados latino-americanos, que passaram de colônias europeias para nações republicanas soberanas, os EUA paulatinamente preencheram as lacunas conservadas até aquele momento pelas antigas metrópoles da Europa, em termos de influência econômica e prestígio político.

O desejo de garantir a ingerência e a supremacia dos interesses norte-americanos sobre os outros Estados na região remontam há séculos antes, e podem ser amalgamados na declaração da Doutrina Monroe, em 1823, enviada pelo presidente James Monroe ao Congresso dos EUA. Nela, negava-se aos europeus a prerrogativa de intervir nos assuntos dos Estados americanos soberanos. Mais tarde, com o chamado Corolário Roosevelt (Big Stick), de 1904, em adição à Doutrina Monroe, pretendia-se justificar as intervenções norte-americanas que viessem ocorrer no continente em caso de "inabilidade ou fraqueza em executar a justiça em casa e no exterior, ao violar os direitos dos Estados Unidos" (BANDEIRA, 2009).

Mesmo havendo sido declarados muito tempo antes, estes postulados da política externa norte-americana vieram a caracterizar diversas ações dos EUA perante seus vizinhos latino-americanos nos séculos subsequentes. Isso porque os contornos gerais dos interesses estadunidenses perante à região foram mantidos: na perspectiva securitária, o bloqueio da influência exercida por Estados rivais, em termos econômicos, a manutenção do livre comércio, do fornecimento de recursos naturais e da abertura dos mercados ao capital norte-americano.

Durante o século XX, a projeção dos interesses dos EUA na região esteve moldada pela ameaça representada pela expansão do comunismo soviético. A depender da conjuntura e dos atores envolvidos, as ações da política externa norte-americana abrangeram desde instrumentos de perfil mais financeiro, como a Política de Boa Vizinhança (1933-1945) e a

Aliança para o Progresso (1961-1969), que englobavam empréstimos e investimentos; até o financiamento de guerras e treinamento de agentes para interromper revoluções e incitar golpes em Estados democráticos, como a própria Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), já admitiu em casos como Guatemala, Brasil e Chile (STUSTER, 2013).

No último quarto do século XX, o desgaste das ditaduras militares na América Latina atenuou o funcionalismo do militarismo latino-americano aos interesses da política externa norte-americana de conter governos com características socialistas. Contudo, com o elevado endividamento externo e recessão econômica que atingia diversos países da região a partir daquele período, foi possível para o *establishment* norte-americano difundir seus interesses financeiros e submeter as políticas econômicas latino-americanas através da concessão de empréstimos de suas instituições financeiras (sobretudo o FMI), em contrapartida da execução de políticas neoliberais.

John Williamson, economista norte-americano, cunhou o termo *Consenso de Washington* para denominar o receituário neoliberal “sugerido” aos países que desejavam a recuperação de suas economias afetadas pela estagflação. O Consenso de Washington limitou notoriamente a capacidade de formulação da política econômica dos governos latino-americanos.

Até o presente, os EUA continuam sendo o principal parceiro comercial de países sul-americanos como Venezuela, Equador, Colômbia e Bolívia, mesmo que no decorrer das últimas duas décadas tenham perdido, em termos relativos, espaço para a China e agora constam como segundo maior parceiro de economias como Argentina, Brasil e Chile (COMTRADE, 2018). Os capitais procedentes dos EUA também são responsáveis pela maior parcela dos investimentos que entram na região e as operações de suas transnacionais são extremamente sensíveis para as economias latino-americanas.⁴¹

Como mencionado anteriormente, as últimas décadas foram caracterizadas, no plano da polaridade internacional, pelo declínio relativo do poder americano, uma vez que a ascensão econômica e militar de outros “polos” passa a tornar o sistema mais equilibrado frente a unipolaridade norte-americana vigente após o colapso da URSS. Além disso, um fator de equilíbrio também poder ser atribuído à posse de armamentos nucleares por diversos Estados, o que em tese proporcionaria maior estabilidade ao sistema, devido a cautela das

⁴¹Os EUA constam entre as cinco principais origens de IED em países sul-americanos como Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai (ECLAC, 2018).

grandes potências em desencadear uma possível hecatombe nuclear.⁴²

William Engdahl, no livro *Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order* (2009) analisa os grandes eventos internacionais do pós-Guerra Fria inserindo-os dentro da geoestratégia empreendida pelos EUA no intuito de conservar e estender ao máximo sua hegemonia. Diante da ascensão e aproximação de seus rivais históricos eurásianos, Rússia e China, sinalizada principalmente pela criação da OCX, além da continuidade dos conflitos com potências menores mas assim mesmo detentoras de armamentos nucleares como Irã e Coreia do Norte, o Departamento de Defesa (DoD) tem aderido o modelo de “Dominação de Espectro Total” com a intenção de conter seus competidores assim como outros Estados que possam vir a futuramente representar ameaças aos interesses do establishment dos EUA.

A “Dominação de Espectro Total” é o termo chave no documento produzido pelo DoD, *Joint Vision 2020*, e representa o modelo que o departamento pretende seguir até 2020. O modelo estabelece que a capacidade das forças de segurança dos EUA, operando sozinhas ou com aliados, devem estar no controle em qualquer situação, não estando restrita apenas a operações militares. Isso significa que as operações do departamento visam não apenas os palcos de guerra convencional (mar, ar, terra, espaço), mas também novas tecnologias da informação (espaço cibernético) e operações assimétricas centradas em atores não estatais, como ONGs e cidadãos comuns (U.S DEPARTMENT OF DEFENSE, 2000; ENGDahl, 2009).

Dentro da lógica desse modelo, de acordo com autores como Engdahl (2009) e Korybko (2018), os EUA cada vez mais se utilizam de uma nova abordagem estratégica e tática que consiste, de modo geral, em um novo método de fazer guerra. O objetivo é o mesmo: promover a desestabilização e levar a troca de governo em Estados não alinhados. A novidade consiste em investir mais no uso de abordagens indiretas, sob a liderança velada dos EUA, em contato com inimigos locais de um regime e do emprego estratégico das novas tecnologias da comunicação e da internet, como a Web 2.0 e seus instrumentos de inteligência artificial e *Big Data*.

Andrew Korybko (2018) denomina essa nova abordagem estratégica e tática “Guerra Híbrida”. Os EUA são atualmente o único país capaz de desenvolver esse tipo de operação.

⁴²A lógica de que as potências passam a aderir um comportamento mais cauteloso no sistema interestatal em função das múltiplas posses de armamentos nucleares pertence a teoria estrutural das Relações Internacionais do Realismo Defensivo, formulada inicialmente em *Theory of International Politics*, de 1979, por Kenneth Waltz.

Para o autor, a Guerra Híbrida está baseada em princípios teóricos enraizados, de um lado no campo da geopolítica, e de outro em teorias militares. Em suma, a Guerra Híbrida consiste em atacar de forma indireta setores de uma sociedade de modo a armatizar o caos e administrá-lo através da fomentação de divergências e disputas de interesses pré-existentes em seu interior. Após a consolidação da implantação do caos busca-se a desestabilização de uma sociedade e de um governo até que seja concluída a troca de regime. A próxima seção busca aprofundar o conceito de Guerra Híbrida, de modo que seja possível identificar com maior precisão seus objetivos e instrumentos.

4. 2. 1 Guerra Híbrida

A Guerra Híbrida consiste essencialmente numa nova abordagem padronizada com vistas à troca de regime (KORYBKO, 2018, p.13). Essa abordagem é composta por duas etapas principais: a primeira consiste na implantação de uma “Revolução Colorida” com a perspectiva de desestabilizar um governo através do fomento de dissidências e conflitos pré-existentes dentro de uma sociedade. As Revoluções Coloridas utilizam ferramentas de propaganda, estudos psicológicos e a difusão de informação de modo a gerar agentes desestabilizadores (idem, p. 8). Elas são o componente inicial e intangível das Guerras Híbridas, destinadas a causar um golpe brando contra determinado governo.

Já a segunda etapa refere-se ao aspecto tangível da Guerra Híbrida: a Guerra Não Convencional. A Guerra Não Convencional consiste na intensificação do conflito existente em uma sociedade através da incitação de atores não estatais adversos ao governo, como guerrilhas, milícias e insurgências. Baseia-se em uma abordagem indireta e não-linear e intenta promover um golpe rígido contra um governo (idem, p. 72).

O principal fundamento geopolítico a influenciar a abordagem das Guerras Híbridas está respaldado pelo conceito de Balcãs Euroasiáticos (Anexo A) formulado pelo diplomata e conselheiro de segurança nacional dos EUA durante a presidência de Jimmy Carter (1977-1981), Zbigniew Brzezinski. Influenciado por autores da geopolítica clássica como Halford Mackinder e Nicholas Spykman, Brzezinski desenvolveu em seu livro *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives* (1997), uma geoestratégia eurásiana para os Estados Unidos, uma vez que dentro da visão de suas maiores inspirações na área da geopolítica, a massa de terra situada no cruzamento de quatro regiões (Ásia Central, Oriente

Médio Sudeste europeu e Golfo Pérsico) é central para o controle da Eurásia (Heartland) (Anexo B).⁴³

De acordo com a geoestratégia formulada por Brzezinski, a manobra ou o estrategema empreendido pelos EUA deveria voltar-se para administrar o caos dentro do “caldeirão étnico” que integra os Estados euroasianos, gerando “buracos negros” de desordem absoluta que obrigarão a potência inimiga (no caso, a Rússia) a adotarem uma posição na qual dificilmente sairia ganhando, uma vez que sofreria desgastes militares e econômicos caso intervisse e seria duramente criticada caso se abstivesse em cessar os conflitos. Brzezinski resume a geoestratégia no curto, médio e longo prazo da seguinte maneira:⁴⁴

No curto prazo, é do interesse dos Estados Unidos consolidar e perpetuar o pluralismo geopolítico prevalecente no mapa da Eurásia. Isso valoriza a manobra e a manipulação, a fim de evitar o surgimento de uma coalizão hostil que poderia eventualmente desafiar a primazia dos Estados Unidos, sem mencionar a possibilidade remota de qualquer Estado específico em busca de fazê-lo. A médio prazo, o precedente deve gradativamente ceder a uma ênfase maior no surgimento de parceiros cada vez mais importantes, mas estrategicamente compatíveis, que, motivados pela liderança americana, poderiam ajudar a moldar um sistema de segurança transeurasiático mais cooperativo. Eventualmente, ainda a muito longo prazo, o precedente poderia entrar em um núcleo global de responsabilidade política genuinamente compartilhada (BRZEZINSKI, 1997, p. 99, tradução nossa).⁴⁵

No campo das teorias militares, o considerado fundador da abordagem indireta de guerra foi o pensador e militar britânico Capitão Liddell Hart, um veterano da Primeira Guerra Mundial. Em *The Strategy of Indirect Approach* (1954), Hart explicou o potencial de

⁴³De acordo com Mackinder (1919) “quem controla o Leste Europeu comanda o Heartland (parte da Rússia e Ásia Central); quem controla o Heartland comanda o mundo” (Anexo B).

⁴⁴Brzezinski é considerado como “pai dos Mujahideens ou Mujahidins” do Afeganistão. Os EUA trabalharam lado a lado com o Paquistão e outros países muçulmanos para semear o caos no Afeganistão (incluindo a criação da organização mercenária internacional Al Qaeda), criando assim uma desestabilização estratégica que indiretamente obrigou a URSS a intervir. O plano foi tão bem sucedido que é creditado como um dos fatores que contribuíram para a dissolução da URSS em 1991 (ENGADAHN, 2009; KORYBKO, 2014). Os Mujahidins compunham um grupo para-militar opositor ao governo da República Democrática do Afeganistão (DRA), pró-soviética durante o final dos anos 1970. Provavelmente, devido às enormes proporções das mudanças sistêmicas derivadas do conflito, o auxílio aos Mujahidins foi o caso mais emblemático de abordagem indireta de guerra empreendida pelos EUA no século XX (KORYBKO, 2014).

⁴⁵In the short run, it is in America's interest to consolidate and perpetuate the prevailing geopolitical pluralism on the map of Eurasia. That puts a premium on maneuver and manipulation in order to prevent the emergence of a hostile coalition that could eventually seek to challenge America's primacy, not to mention the remote possibility of any one particular state seeking to do so. By the middle term, the foregoing should gradually yield to a greater emphasis on the emergence of increasingly important but strategically compatible partners who, prompted by American leadership, might help to shape a more cooperative trans-Eurasian security system. Eventually, in the much longer run still, the foregoing could phase into a global core of genuinely shared political responsibility (BRZEZINSKI, 1997, p. 99).

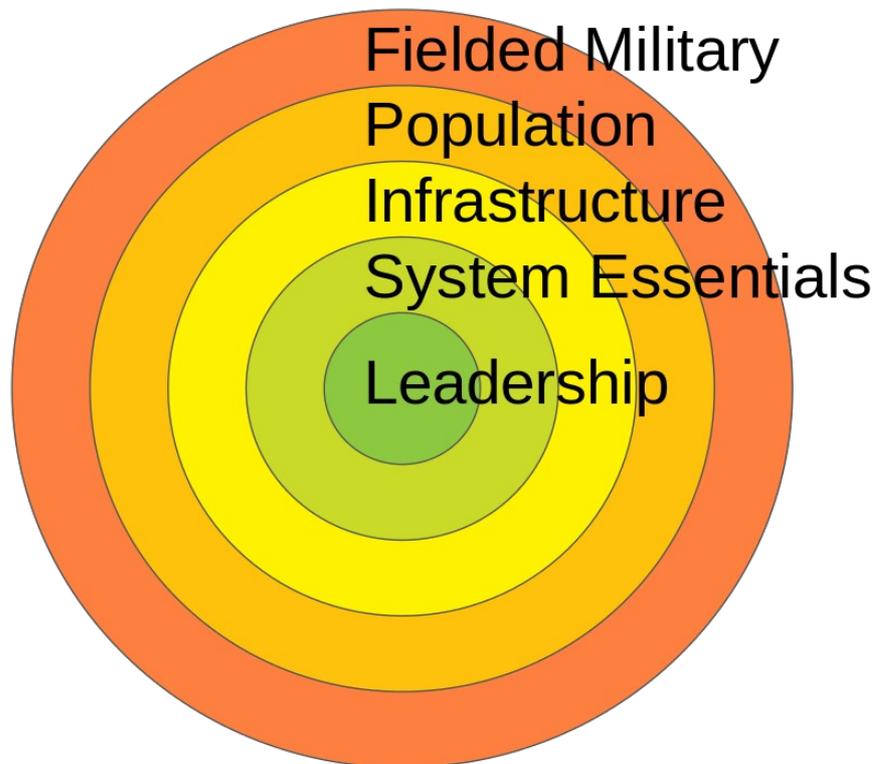
uma estratégia menos direta. Para o autor, na estratégia militar “o caminho mais longo é frequentemente o caminho mais curto”: *“Uma abordagem direta ao objeto esgota o atacante e endurece a resistência do adversário, enquanto o objetivo de uma abordagem indireta consiste em afrouxar a sustentação do opositor ao perturbar seu equilíbrio”* (HART, 1954, tradução nossa).⁴⁶

Mas quando o inimigo é um governo ou uma sociedade, como saber onde atacá-lo? O ex- coronel das Forças Aéreas dos EUA, James Warden, desenvolveu o conceito estratégico de analisar um adversário a partir da composição de cinco anéis sobrepostos. Sugerindo uma abordagem dedutiva, Warden concebe as sociedades como sistemas compostos por subsistemas distribuídos em camadas. Essas camadas coexistem numa relação de dependência simbiótica em que a manutenção da estabilidade do sistema como um todo depende do bom funcionamento de cada parte e da interação entre elas. Conforme demonstra a figura 3, a organização dos anéis de dentro para fora é estruturada em liderança, bases do sistema, infraestrutura, população e forças armadas.⁴⁷

⁴⁶ A abordagem indireta não consiste em evitar o combate, semelhante à recomendação de Sun Tzu de ganhar guerras sem lutar. Em vez disso, sugere atacar onde um oponente é mais frágil. “A direct approach to the object exhausts the attacker and hardens the opponent's resistance, while the objective of an indirect approach is to loosen the opponent's equilibrium by disturbing his balance” (HART, 1954).

⁴⁷ Warden propõe uma analogia entre o sistema dos cinco anéis e um organismo orgânico. Respectivamente, na analogia com um organismo orgânico proposta por Warden, essas camadas correspondem a cérebro, órgãos dos sentidos, órgãos vitais como coração e pulmão, ossos, músculos e sistema circulatório e células que transportam alimentos e oxigênio as quais mesmo sendo extremamente importantes para o funcionamento do organismo, podem suportar perdas sem gerar danos irreparáveis ao sistema (WARDEN, 1995).

Imagem 3: Os cinco anéis de James Warden



Fonte: Military Analysis (2014)

Por isso, a conclusão central de Warden é que o alvo do adversário deve ser compreendido enquanto um sistema completo, e não somente a partir das capacidades militares. Através da desestabilização adequada do sistema, suas forças militares serão deixadas como um apêndice inútil, sem mais suporte da liderança e dos elementos essenciais orgânicos, como infraestrutura ou população. De acordo com Warden (1995): *“Lutar não é a essência da guerra, nem mesmo uma parte desejável dela. A verdadeira essência é fazer o que é necessário para que o inimigo aceite nossos objetivos como os seus próprios”*. Ainda que a liderança ou o “cérebro” do sistema seja a parte mais crucial em sua sustentação isso não implica que o ataque seja sempre direcionado a ele.

O escritor William Lind, que cunhou o termo “Guerras de Quarta Geração” para prever como seriam as guerras do século XXI, já pensava em como seria estrategicamente desestabilizar um adversário sem mirar necessariamente em suas capacidades militares. Prospectando que as guerras futuras disporiam de um caráter mais assimétrico e

descentralizado, Lind previra maior ênfase nas ações de manipulação psicológica, centradas essencialmente na interferência nos meios de disseminação da informação. Essa abordagem proporcionaria o recrutamento de atores não estatais - setores da população - com inclinação a opor-se ao status quo político.

A revolução dos meios de comunicação, sobretudo, a disseminação do acesso à internet, moldaram a forma pela qual as guerras são arquitetadas e aplicadas durante as últimas décadas. De acordo com Engdahl (2009), o Pentágono vem há anos estudando e documentando como aplicar essas transformações tecnológicas em benefício dos interesses políticos norte-americanos. Segundo o autor, os estudos visando entender o comportamento e o engajamento de atores não estatais contra governos existe pelo menos desde as revoltas estudantis em Paris, 1968. Evidentemente, esses estudos, passaram a ser conduzidos em sintonia com a utilização de novas tecnologias da informação e análise do engajamento de novas formas de associação de atores não estatais que tornaram-se mais proeminentes com o decorrer das últimas décadas, como as ONGs.

Provavelmente, o caso mais emblemático de desordem social fomentada com a utilização das mídias sociais - blogs, sites de redes sociais, agregadores de informações como as *wikis*, *livecasting* e compartilhamento de vídeos – foram as revoluções que, em conjunto, ficaram conhecidas como Primavera Árabe.⁴⁸ A Primavera Árabe demonstrou como as mídias sociais podem reunir seus usuários digitalmente e, através da intensa construção de narrativas individualizadas, moldar a percepção dos cidadãos sobre a conjuntura que os envolve. De acordo com o Coronel das Forças Especiais dos EUA, Brian Petit (2012), as mídias sociais possibilitaram a proliferação de poderosas narrativas, amplificando a divulgação de histórias, rumores, biografias e imagens que impulsionam comportamentos e moldam convicções. De acordo com Petit (2012):

As narrativas eletrônicas são tão difundidas que geram ações antes que as ideologias sejam consideradas. Quase todas as insurreições da Primavera Árabe careceram de coesão ideológica para governar; o que eles têm em comum são narrativas poderosas para o desmantelamento (do governo) [...] O conteúdo da mídia social - pessoal, centrado no cidadão, rico em imagens e repleto de histórias - promove narrativas pessoais em maior volume e frequência, resultando no aumento da centralização de crônicas pessoais que rebaixam a importância das ideologias (PETIT, 2012, tradução nossa).⁴⁹

⁴⁸As revoltas e revoluções em países como Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Bahrein foram projetadas por meio de tecnologias centradas em computadores e telefones celulares (PETIT, 2012).

⁴⁹Electronic narratives are so pervasive that they generate action before ideologies are considered. Almost all the

De fato, uma dessas narrativas foi considerada a fagulha que iniciou a Primavera Árabe: o caso da autoimolação de um jovem graduado universitário, Mohamed Bouazizi, que vendia frutas devido às duras condições econômicas de seu país (Tunísia). No entanto, o relato não era completamente verídico; Bouazizi não somente nunca tinha ido para a universidade, como ele nem mesmo completara a escola (BEAUMONT, 2011). Ainda assim a história foi tão amplamente aceita, que é considerada o ponto inicial da transformação política na região.

Não faltam evidências para exemplificar o quanto as instituições militares dos EUA estão empreendendo estudos e pesquisas direcionadas a entender como, a partir da utilização das mídias sociais, é possível desenvolver narrativas articuladas com símbolos, imagens ou até *memes*⁵⁰ que serão amplamente compartilhadas entre usuários e promoverão impactos no mundo *offline*.

O Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA), agência pertencente ao DoD dos EUA, publicou uma longa lista de projetos financiados pelo programa de Mídias Sociais em Comunicação Estratégica (SMISC), incluindo um estudo de como ativistas do movimento *Occupy* usaram o Twitter, bem como uma série de pesquisas sobre o rastreamento de memes da internet e sobre como entender as respostas dos internautas (gostar, seguir, retweetar) (QUINN & BALL, 2014).⁵¹

Em 2014 a segunda executiva mais importante do escalão do Facebook, Sheryl Sandberg, pediu desculpas publicamente por um estudo psicológico realizado para avaliar comportamentos e reações online com mais de 700 mil usuários sem seu conhecimento prévio. Alguns estudos foram além de simplesmente monitorar os usuários mas também promoveram interação com internautas que não sabiam estarem participando do projeto. Entre os objetivos de alguns estudos estavam encontrar os perfis mais suscetíveis a disseminar determinadas informações e tomar ações fora do meio virtual (GREENWALD & FISHMAN,

insurrections of the Arab Spring lacked ideological cohesion to govern; what they have in common are powerful narratives for the dismantling (of government) [...] The content of social media - personal, citizen-centered, rich with images and full of stories - promotes personal narratives in greater volume and frequency, resulting in increased centralization of personal chronicles that undermine the importance of ideologies (PETIT, 2012).

⁵⁰Abrange diversos tipos de mídia (fotos, vídeos, etc) que portam algum tipo de informação - muitas vezes como uma mímica para fins humorísticos ou satíricos -, que são disseminados através da Internet

⁵¹O *Occupy* foi um movimento político que tomou proporções internacionais através da divulgação de suas ações na internet. As demandas eram diversas, mas de modo genérico, tinham por finalidade a contestação da ausência da democracia real em função da desigualdade social e seus impactos na política (FRIEDMAN, 2011).

2015).

Também em 2015 o jornal britânico *The Intercept* denunciou uma das maiores operações do governo britânico com a intenção de promover a disseminação de informações falsas e, até mesmo, difamadoras na internet. Os documentos foram vazados pelo ex agente da National Security Agency (NSA) dos EUA, Edward Snowden, ao jornalista do *The Intercept*, Glenn Greenwald, e mostravam como o órgão do governo britânico Government Communications Headquarters (GCHQ's) e sua unidade de pesquisa e inteligência, Joint Threat Research Intelligence Group (JTRIG), promoveram essas operações visando difamar indivíduos contrários aos interesses governamentais. De acordo com Greenwald, entre os propósitos do JTRIG estavam duas táticas centrais: injetar todo tipo de material falso na internet, a fim de destruir a reputação de seus alvos e manipular o discurso online, e o ativismo para gerar resultados desejáveis (GREENWALD & FISHMAN, 2015).

Van Niekerk, Ramluckan e Maharaj (2011), propuseram o conceito de *honey pot* (pote de mel) para fazer referência ao uso de perfis e grupos de mídias sociais para intencionalmente espalhar informações falsas e registrar engajamentos. Existe uma série de aplicativos e softwares para gerenciar perfis falsos. Portanto, ainda que possa parecer que notícias no meio virtual atingiram enormes proporções em termos de compartilhamento e engajamento de modo espontâneo, muitas vezes esse não é o caso. Conforme as evidências acima demonstram, em diversas ocasiões trata-se de uma estratégia direcionada, fabricada através de um núcleo de agentes ou indivíduos invisíveis que possuem um objetivo claro ao produzir e divulgar determinadas informações.

Através do compartilhamento de dados de usuários promovidos por grandes empresas das redes sociais, como Facebook e Twitter, algumas agências governamentais têm promovido ações conforme seus interesses próprios. Essa combinação de abordagens assimétricas com a utilização das novas tecnologias da informação funciona como um verdadeiro “enxame”, aparentemente amorfo que se espalha nas redes sociais em direção à indivíduos, em tese, aleatórios. Na realidade, de acordo com a lógica dos estudos divulgados pelo DARPA, já é perfeitamente possível gerar e disseminar informações específicas, mesmo que se tratem de narrativas falsas, para grupos seletos de indivíduos que são mais aptos a aceitar sua credibilidade e divulgá-las ou até mesmo se engajar em ações fora do meio virtual.

As guerras sociais propiciadas pela geração de enxames de informação nas mídias sociais e a incitação e financiamento de atores anti governistas são altamente compatíveis com

as abordagens de guerra indireta e com as premissas do modelo de dominação de espectro total. Elas possibilitam que governos não alinhados sejam alvos potenciais de desestabilização através da vinculação infinitamente menor de recursos em capacidades militares convencionais. Trata-se do epítome da ideia de Hart de que o caminho mais longo é frequentemente o mais curto. Diversos laboratórios de Revoluções Coloridas, nas antigas repúblicas socialistas e a Primavera Árabe já provaram que é plenamente possível haver a derrubada de um governo sem guerra convencional.

Nas próximas subseções serão sistematizados alguns indícios e evidências do emprego da abordagem das Guerras Híbridas na América do Sul. A intenção é construir uma análise sugestiva, a partir da apresentação de eventos que podem estar conectados dentro de uma estratégia de Guerra Híbrida, empreendida pelos EUA na desestabilização de governos progressistas na região. Não existem documentos abundantes e de acesso público que possam ser utilizados para construir um estudo de natureza científica. Uma vez que inexistente uma metodologia determinística e variáveis semelhantes para cada caso analisado, a escolha da divisão em países confere maior clareza às conjunturas expostas.

4.2.2 Brasil

Desde a eleição de Lula, em 2002, houve uma notória redução da influência política norte-americana sobre o Brasil em comparação à década precedente. A política externa assertiva, a redução da vulnerabilidade econômica e a internacionalização das empresas brasileiras com apoio do Estado, como a Odebrecht e a Vale, são alguns dos fatores que explicam a transformação do papel desempenhado pelo Brasil perante a comunidade internacional, passando de Estado periférico a líder regional, ator relevante em organismos como a OMC e participante dos BRICS junto a outras quatro potências globais (BATISTA, 2008; SILVA, 2011).

O Brasil, durante os mandatos de Lula, aderiu a algumas posturas contrárias a certos interesses norte-americanos para a região, como por exemplo a priorização da integração sul-americana através da UNASUL, em detrimento da proposta norte-americana de consolidação da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SILVA, 2011). No contexto global, o Brasil aderiu a uma diplomacia mais autônoma, muito distinta de um alinhamento automático com os EUA. Assim mesmo, no período em que Lula esteve a frente do executivo brasileiro,

as relações entre Brasil e EUA sucederam-se sem maiores tensões, a despeito da crescente influência internacional do primeiro país. Já no primeiro mandato de Rousseff, alguns eventos elevam substancialmente o nível de animosidade em relação aos EUA.

Em meados de 2015, menos de um ano após a vitória de Dilma Rousseff, que foi eleita para seu segundo mandato no cargo de presidenta da república, tiveram início algumas dentre uma série de outras manifestações no país que ocorreriam até 2016, tendo como desfecho seu impeachment em agosto desse mesmo ano. Apesar de algumas discrepâncias entre as fontes que contabilizaram a quantidade de manifestantes nos protestos convocados contra o governo nesse ano, há consenso de que em 13 de março de 2016 foi realizada a maior manifestação de todas pelo impeachment, com a participação de cerca de 500 mil pessoas somente na avenida paulista, de acordo com o Datafolha (2016).⁵²

Não obstante, o que se pretende destacar em relação às manifestações são os grupos responsáveis por convocá-las, assim como suas fontes de financiamento e seus meios de divulgação. Dentre os grupos de maior visibilidade que convocaram os protestos de março de 2016 estão o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Vem Pra Rua, o Revoltados Online e o Endireita Brasil.⁵³

O MBL foi provavelmente o movimento político mais influente em termos de seguidores nas mídias sociais e, cujos líderes possuem atualmente assentos na Câmara dos Deputados, captou rapidamente a atenção da classe média das grandes cidades brasileiras pelo discurso simpatizante ao liberalismo de mercado e ao Estado mínimo, como epítome da eficiência econômica. Ainda que se apresentasse ao público como movimento apartidário, o grupo possuía comprovadamente ligações com partidos políticos como o PMDB, o

⁵²Outro ponto a ser sublinhado reside no perfil dos manifestantes, que, apesar de terem sido amplamente noticiados como sendo a expressão das demandas da maioria da população brasileira, na verdade foram majoritariamente caracterizados por indivíduos brancos (77%), de classe média alta (37%) e com educação superior (77%) (DATAFOLHA, 2016).

⁵³Alguns sociólogos como Alonso (2018) e Souza (2016) atribuem à experiência fornecida pelas manifestações de junho de 2013* o início desses movimentos e das estratégias de organização dos protestos, a partir da ampla utilização das mídias sociais, assim como das simbologias que foram aderidas nos anos seguintes, sobretudo a bandeira nacional e as cores verde e amarelo para simbolizar o descontentamento com a corrupção e outras pautas consideradas “patriotas”, mas que na verdade refletiam não mais do que a rejeição ao arranjo político existente. As “Manifestações de Junho” ou “Jornadas de Junho” englobam uma série de manifestações populares ocorridas principalmente nas grandes cidades do país, que inicialmente foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, mas no decorrer do mês se espalharam para outros estados e passaram por um processo de pulverização das pautas. Depois de um tempo, os manifestantes proclamavam as mais variadas demandas como o combate à corrupção, a redução dos gastos com a Copa do Mundo de 2014, o fim da violência policial nos protestos, entre outras.

Solidariedade e o DEM (SEGALLA, 2016).⁵⁴

O grupo fez ampla utilização das redes sociais para recrutar adeptos e convocar as manifestações. Em sites como o Twitter, o MBL conta com mais de 300 mil seguidores, com os quais se comunica não somente através de textos, mas também de livestreams e principalmente memes. O grande escândalo envolvendo membros do MBL e a utilização de redes sociais ocorreu antes das eleições de 2018, quando o site Facebook retirou do ar 196 páginas e 87 contas que estariam sendo administradas por “membros importantes do MBL” para disseminar notícias falsas. De acordo com o Facebook, as contas compunham uma “rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no site, e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação” (EL PAÍS, 2018).

Pouco se sabe sobre as origens do financiamento dos grupos que protagonizaram a convocação das manifestações de impeachment através de prestações de contas de seus organizadores perante a sociedade. Esparsas informações, geralmente divulgadas por jornalistas, acerca das ligações entre esses movimentos com institutos, fundações e indivíduos, servem como indícios que apontam quais interesses são defendidos pelos grupos. Como exemplo, descobriu-se que o Vem Pra Rua recebeu financiamento da Fundação Estudar, controlada por Jorge Paulo Lemann, sócio da Ambev e da Burger King (SENRA, 2015). O Endireita Brasil participou de fóruns organizados pelo Instituto Millenium, *think-tank* destinado a divulgação da ideologia liberal e patrocinado por grupos como Globo, Gerdau e Instituto Ling (MARINGONI, 2010; INSTITUTO MILLENIUM, 2013).

Já o MBL virou notícia na mídia internacional em função de sua associação com Charles Koch, um dos irmãos Koch e CEO das *Koch Industries*, multinacional do ramo petroquímico com base no estado do Kansas, EUA. De acordo com a revista Forbes (2016), alguns dos coordenadores do MBL receberam treinamento da *Students for Liberty*, uma rede de defesa do livre mercado que faz parte da *Atlas Network*, organização dos EUA sem fins lucrativos que difunde a ideologia liberal e recebe recursos de Charles Koch. A matéria ainda sugere a ligação entre o fato da Petrobras predominar no refino de petróleo do Brasil e o possível interesse da empresa americana nesse setor (RAPOZA, 2016).

⁵⁴Alguns coordenadores do movimento utilizavam-se do discurso de desprezo aos políticos tradicionais para atrair adeptos jovens, como mostra em uma conversa de Whatsapp vazada que foi divulgada pela revista Piauí, uma fala de Kim Kataguiri em 22 de agosto de 2017, a um participante temeroso de que o grupo se juntasse ao “tucanato”,: “A ideia é deixar todo esse povo podre afundando com o psdb e trazer a galera mais Jovem e liberal pro mbl” (ABBUD, 2017).

Esse indício possui ligação com o segundo ponto abordado na seção, que refere-se ao ataque sistemático de alguns órgãos públicos às empresas de capital nacional e, principalmente, à Petrobras. Em relação ao setor petrolífero, existem evidências da espionagem industrial promovida pela Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), que teve acesso a dados confidenciais da Petrobras. Além disso, documentos direcionados ao Departamento de Estado dos EUA e revelados no site Wikileaks, mostraram que houve treinamentos para diversos promotores e juízes brasileiros fornecidos por funcionários do governo norte-americano, dentre os quais foi citado um dos principais responsáveis pela Operação Lava-Jato.

Em 2013, em meio aos documentos confidenciais da NSA revelados pelo ex-funcionário da agência, Edward Snowden, estavam arquivos que comprovavam a espionagem da Petrobras. Esses documentos foram divulgados pela rede Globo, após a transmissão do Fantástico, em um editorial elaborado junto com Glenn Greenwald, do jornal The Intercept, para quem Snowden entregou os documentos. Os documentos divulgados não permitem saber exatamente as informações confidenciais que a agência conseguiu obter, se ela teve acesso a dados de natureza técnica ou sobre os futuros leilões de campos do Pré-Sal, uma vez que a Petrobras possuía meios de proteção contra vazamentos em seus supercomputadores; apenas que a NSA buscava o acesso à rede privada de computadores da empresa. Na mesma época, foram divulgados documentos da NSA que comprovaram a espionagem da presidenta Rousseff, assim como de outros políticos brasileiros, incluindo ministros e o Chefe da Casa Civil (WIKILEAKS, 2013, apud. FANTASTICO, 2013).

Ademais, documentos vazados no site Wikileaks revelaram o treinamento recebido por promotores, juízes, policiais federais e outros agentes por funcionários do governo dos EUA, a partir de 2009. Em 2016, foi noticiado em alguns sites da mídia brasileira e internacional um documento que mostrava que mais de 30 representantes do judiciário brasileiro dos 26 estados, juízes e promotores federais e estaduais, além de 50 policiais federais, receberam treinamento em uma conferência realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 2009, por funcionários do governo norte-americano em operações contra crimes de financiamento ilícito (WIKILEAKS, 2009).

A conferência, que durou uma semana, foi o início do Projeto Pontes, destinado a consolidar o treinamento bilateral para aplicação da lei. Ainda que na primeira conferência estivessem presentes representantes do judiciário de outros países, a continuação dos

treinamentos contou somente com representantes do Brasil e EUA. O documento, direcionado ao Departamento de Estado dos EUA retrata a reação entusiasmada dos representantes brasileiros, que solicitaram a continuação dos treinamentos, como inesperada e distante da postura histórica do governo brasileiro.

A conferência de uma semana foi elogiada em avaliações escritas pelos participantes, com muitos pedindo mais treinamento, incluindo específico em combate ao terrorismo. Esse pedido direto difere dos pedidos anteriores brasileiros que historicamente evitavam qualquer treinamento que fizesse referência ao terrorismo, preferindo termos mais genéricos, como "crimes transnacionais". Além disso, os participantes elogiaram o fato de que o treinamento era multijurisdicional, prático e incluía demonstrações reais (como a preparação de uma testemunha e o exame direto de testemunhas).⁵⁵

Um ponto importante a ser sublinhado é que o documento menciona a participação do juiz Sérgio Moro na conferência, onde o mesmo fez uma exposição dos pontos que considerava os mais comuns nos casos de lavagem de dinheiro no Brasil. Alguns anos mais tarde, o juiz comandou a Operação Lava-Jato, que investigou operações financeiras ilegais relacionadas à Petrobras. Inicialmente uma operação para investigar esquemas de lavagem de dinheiro, tomou enormes proporções de 2014 em diante, sendo extensivamente explorada pelas redes de televisão nos meses que precederam as eleições, dentro de um esforço de vincular o envolvimento de políticos do governo petista ao esquema de propinas existente entre a Odebrecht e a Petrobras.

A operação tornou-se controversa pelo “seletivismo” de alvos políticos, organização das delações e pelo vazamento sistemático de informações confidenciais para a mídia, o que desencadeou um verdadeiro jogo de *lawfare*, utilizado sucessivamente nos processos que culminaram no impeachment da presidenta poucos anos mais tarde. Essencialmente, o *lawfare* consiste na utilização de manobras jurídico-legais, tendo como objetivo atingir determinados ganhos políticos. No marco do conceito de Guerras Híbridas mencionando anteriormente, o *lawfare* pode ser entendido como um instrumento ou, literalmente, uma arma que tem por propósito deslegitimar e desestabilizar um agente político (podendo este ser um indivíduo, um partido ou mesmo uma instituição) até que se consolide sua retirada da vida pública.

⁵⁵The week-long conference was praised in written evaluations by the participants, with many asking for more training, including specific training on combating terrorism. This direct request differs from previous Brazilian requests which have historically avoided any training that referenced terrorism, instead preferring more generic terms such as "transnational crimes." In addition, participants universally praised the fact that the training was multijurisdictional, practical, and included actual demonstrations (such as how to prepare a witness to testify, and the direct examination of witnesses).

Sérgio Moro ficou conhecido por conduzir processos abertamente e instrumentalizar a mídia, que divulgou amplamente as investigações, e a formação da opinião pública para justificar algumas condutas tomadas ao longo da operação. Exemplo de conduta duvidosa no exercício da função jurídica, foi quando o juiz tornou pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal que incluíam o grampo telefônico de uma ligação entre Lula e Rousseff após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente (CANÁRIO & VASCONCELLOS, 2016).

Em termos contábeis, ainda é incerta a magnitude dos prejuízos gerados para a Petrobras após à Operação Lava-Jato e sua enorme repercussão. Estima-se que enquanto a empresa teria perdido cerca de R\$ 6,2 bilhões em pagamentos de propina e R\$ 42 bilhões em formação de cartel, os desinvestimentos que precisou realizar, apenas após o primeiro ano da operação, chegaram a R\$ 142,6 bilhões. Isso sem mencionar os prejuízos indiretos, direcionados a setores da economia nacional, tais como a indústria petrolífera e sua cadeia de fornecedores, a construção civil, a metal-mecânica, a indústria naval e a engenharia pesada (NOZAKI, 2018). Além disso, ataques especulativos derrubaram o preço das ações da Petrobras do patamar de R\$ 25 a R\$ 30, entre 2011 e 2014 a cerca de R\$ 5 em fevereiro de 2016 (COLOMBINI, 2018).

O conjunto das instabilidades social, política e econômica que abalaram o Brasil tiveram como desfecho o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a desestruturação do projeto de governo conduzido durante os mandatos do PT frente ao executivo federal, pelo novo presidente, Michel Temer. O próprio ex-vice-presidente também foi mencionado em um documento do Wikileaks no qual aparecia como informante para a embaixada dos EUA em 2006, enquanto era deputado federal. O documento expõe telegramas do cônsul norte-americano em que ele relata conversas com Temer sobre a estratégia para a eleição de um candidato no PMDB nas próximas eleições (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Apesar da visibilidade que o impeachment de Rousseff gerou internacionalmente, das acusações de tratar-se de golpe parlamentar e de grandes protestos por parte de setores da população, Temer pode governar normalmente em dois anos e meio e promover mudanças drásticas em diversas áreas. Na economia, procurou enxugar o Estado através da PEC 241, sinalizar positivamente para os investidores estrangeiros, propondo, por exemplo, a desestatização da Eletrobras e defendeu a autonomia do Banco Central e a extinção do Fundo Soberano (PRADO & URIBE, 2018). Nas relações exteriores, destacou-se a aproximação

com os EUA, empreendida pelo novo ministro, José Serra.

O ex-ministro tucano também fora citado em um dos telegramas enviados pelo consulado norte-americano no Rio de Janeiro que foram vazados no Wikileaks. Ele é mencionado em conversas com a diretora da petrolífera norte-americana Chevron no Brasil. Em 2010, logo após a aprovação do regime de partilha do Pré-Sal, Serra teria prometido à diretora que iria mudar as regras para a exploração das reservas. Segundo a diretora, o político afirmou: “Deixa esses caras (do PT) fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava... E nós mudaremos de volta” (WIKILEAKS, 2010). Quando em 2013 foi realizado o primeiro leilão sob regime de partilha,, as petrolíferas norte-americanas (dentre elas a Chevron) e inglesas boicotaram o evento como forma de protesto contra o protagonismo “desleal” da Petrobras (NOZAKI, 2017).

Nos telegramas enviados pela diretora da Chevron, ela ainda destaca a necessidade de cooptar aliados no Congresso Nacional e no meio empresarial para tentar a aprovação de emendas que alterassem a lei do regime de partilha (WIKILEAKS, 2010). Dentre os aliados, a diretora destaca o OGX, do empresário Eike Batista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), curiosamente alguns dos grupos que atuaram entusiasticamente a favor do impeachment de Rousseff (RITTNER, 2016).

Por fim, destaca-se na agenda do governo Temer o enfraquecimento da Petrobras, com a retirada do seu protagonismo na exploração dos campos do Pré-Sal. Na câmara dos deputados, foi aprovado o PL nº 8.939/2017, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que autoriza a Petrobras a negociar com outras empresas parte dos seus direitos de exploração de petróleo do Pré-Sal na Bacia de Santos, área cedida sem licitação pela União em 2010, por meio de cessão onerosa. O senado, no entanto, descartou a votação do PL em regime de urgência e sua aprovação segue em aberto (SENADO FEDERAL, 2018; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). De acordo com Colombini (2018):

Em linhas gerais, as transformações no setor de petróleo, assim como suas formas políticas e econômicas de disputa, não podem ser vistas simplesmente por interesses financeiros. A disputa da geopolítica do petróleo esconde um processo de luta pela própria forma de constituição da relação capitalista, que perpassa atualmente uma série de conflitos contraditórios no mundo.

4.2.3 Venezuela

Nenhum outro país da América do Sul esteve tão próximo ao estopim de uma guerra civil durante os últimos anos quanto a Venezuela. Em paralelo aos confrontos entre população e polícia, atentados contra órgãos públicos e tentativas de rechaçar as eleições presidenciais, não são escassas as evidências de apoio externo – sobretudo financeiro – às organizações e partidos políticos anti governistas.

Historicamente, as relações bilaterais entre Venezuela e EUA mantiveram um padrão de subordinação velada, em que o primeiro país deveria essencialmente desempenhar seu papel de fornecedor de petróleo ao segundo e importar a remanescente maioria dos bens necessários a sua população. Nessas circunstâncias, a Venezuela mantinha as aparências de nação soberana perante a comunidade internacional.

Enquanto entre as décadas de 1960 a 1980, diversos países da América do Sul estiveram sob regimes militares, a Venezuela manteve suas instituições democráticas em funcionamento através do Pacto de *Punto Fijo*, por meio do qual os três maiores partidos na época concordaram em se revezarem no poder (ROMERO, 2002). Logo após a vitória de Hugo Chávez para a presidência, o pacto finalmente ruiu com o desgaste da “velha política” venezuelana. A partir desse período também entram em declínio as relações de “cordialidade” com os EUA, que passou a encontrar maiores dificuldades em impor seus interesses em relação ao país. Como presidente, Chávez condenou as invasões do Iraque e do Afeganistão pelos EUA e ameaçou cortar as vendas de petróleo para o país (GOLINGER, 2007).

Ainda em seu primeiro mandato, no ano de 2002, Chávez sofre uma tentativa de golpe em que ele é sequestrado em meio a uma onda de protestos em Caracas. Após a tentativa de golpe naufragar e os conflitos reduzirem, aparecem os primeiros indícios de envolvimento de agentes do governo norte-americano nos eventos de abril de 2002. Wayne Madsen, ex-oficial de inteligência da Marinha dos EUA, declarou ao jornal *The Guardian*, em 29 de abril daquele ano, que a administração dos EUA não apenas sabia que o golpe estava prestes a ocorrer, como também o sancionou, presumindo que estivesse destinado ao sucesso. Militares norte-americanos teriam estado em contato com membros do exército venezuelano para examinar a possibilidade de um golpe. Militares estiveram no quartel-general do Fuerte Tiuna (Caracas) com os líderes do golpe durante a noite que precedeu o evento. Nas palavras de Madsen para o *The Guardian* (2002):

Nós o vimos saindo do palácio de Miraflores, todo sorrisos e abraços, com o ditador Pedro Carmona Estanga (que foi instalado pelos militares por um dia)..Sua satisfação era óbvia. A participação de Shapiro (embaixador dos EUA) no golpe de Estado na Venezuela é evidente.⁵⁶

Funcionários da Organização dos Estados Americanos (OEA) também revelaram ao jornal que políticos e militares dos EUA além de já estarem cientes meses antes sobre a tentativa de golpe, também autorizaram a execução de manobras marítimas próximas ao país, caso houvesse necessidade de evacuação de cidadãos dos EUA. Além do mais, os conspiradores, dentre eles Carmona, realizaram diversas viagens a Washington nos meses anteriores, sendo recebidos na Casa Branca pelo principal formulador de políticas para a América Latina de George Bush, Otto Reich, um descendente de cubanos e lobista contra o governo de Fidel Castro (CAMPBELL, 2002).

Essas denúncias ganharam força quando dois anos mais tarde a jornalista Eva Golinger publicou documentos da CIA que comprovaram o conhecimento prévio, por parte do governo norte-americano, da fabricação do golpe. Um dos documentos, de 6 de abril de 2002, diz explicitamente que "facções militares dissidentes estão intensificando os esforços para organizar um golpe contra o presidente Chávez, possivelmente já neste mês".⁵⁷ De acordo com Golinger (2004):

[...] o documento que diz não apenas que eles estavam intensificando os esforços para organizar um golpe contra o presidente Chávez, mas eles falam sobre o nível de detalhes nos planos relatados e o fato de que estes apontaram Chávez para a prisão, juntamente com 10 outros altos funcionários, e que para provocar a ação, ou seja, para provocar o golpe, os conspiradores tentariam explorar o desassossego decorrente de uma passeata de oposição marcada para acontecer alguns dias depois e isso foi em 6 de abril, o golpe aconteceu em 11 de abril. 9 e 10 de abril foi quando a oposição declarou uma greve geral.⁵⁸

⁵⁶"We saw him leaving Miraflores palace, all smiles and embraces, with the dictator Pedro Carmona Estanga [who was installed by the military for a day] ... [His] satisfaction was obvious. Shapiro's participation in the coup d'état in Venezuela is evident."

⁵⁷. Os documentos inicialmente eram categorizados como confidenciais mas a jornalista fez uso da lei de liberdade de informação (Freedom of Information Act) para solicitar a quebra parcial do sigilo dos arquivos.

⁵⁸[...]the document that particular one says not only that they were stepping up efforts to organize a coup against President Chavez, but they talk about level of detail in the reported plans and the fact that the plans targeted Chavez for arrest, along with 10 other senior officials, and that to provoke the action, meaning to provoke the coup, the plotters would try to exploit unrest stemming from an opposition march scheduled to take place a few days later and this was April 6, the coup happened April 11. On April 9 and 10 was when the opposition declared a general strike.

Um documento enviado pela embaixada norte-americana em Caracas após o golpe, quando a oposição tratava de formular o referendo para convocar novas eleições, evidencia que o embaixador dos EUA hospedou líderes da oposição para jantar em várias ocasiões ao lado de diplomatas dos EUA. Esse documento deu força ao relato de Madsen e à hipótese da participação do embaixador Charles Shapiro. Em certa ocasião, o embaixador dos EUA recebeu o vice-secretário adjunto do Departamento de Assuntos do Hemisfério Ocidental, Peter DeShazo, e convidou vários líderes da oposição para jantar, incluindo líderes dos partidos da oposição Primero Justicia (Julio Borges), Acción Democrática (Henry Ramos Allup) e Proyecto Venezuela (Henrique Salas Romer) (CABLEGATE 27/01, 2004, apud. GILL, 2018).

Além dos documentos que abordam o conhecimento prévio por parte das autoridades norte-americanas, Golinger também divulgou dados sobre financiamentos milionários concedidos por organizações de “fomento à democracia” a grupos anti chavistas na Venezuela. Dentre as principais organizações estavam a National Endowment for Democracy (NED) e a United States Agency for International Development (USAID) (GOLINGER, 2004).

Essas agências existem, teoricamente, para promover os princípios democráticos no exterior. No entanto, como mostram algumas experiências nas últimas décadas, inclusive em relação ao caso venezuelano, elas têm sido utilizadas como ferramentas para auxiliar grupos alinhados aos interesses norte-americanos em diversos países. Em resumo, sob o disfarce de promover a democracia, os EUA trabalharam através dessas organizações para promover a troca de regimes em países que desafiam seus interesses geoestratégicos.

Durante o período da tentativa de golpe, em 2002, a USAID inclusive criou um “escritório para iniciativas de transição” (office for transition initiatives – OTI) na embaixada dos EUA em Caracas que operava em conjunto com uma agência privada chamada Development Alternatives Inc. (DAI). Em uma transcrição tornada pública, durante investigações sobre financiamento de ONGs, executadas pelo governo venezuelano a partir de 2010, Eduardo Fernández, um dos diretores da DAI, declara a um de seus colegas: "Todas essas pessoas (organizando os protestos) são nossos beneficiários". A DAI rapidamente destruiu seus arquivos e deixou o país (CABLEGATE 27/08, 2009 apud. GILL, 2018).

Após as investigações, a OTI enfrentou a justiça venezuelana, acusada de graves violações à lei e soberania do país e teve de retirar suas bases do mesmo. Suas operações

foram transferidas para escritórios nos EUA. Contudo, o fluxo de dinheiro para grupos anti governistas não cessou, apesar da promulgação de uma lei no final de 2010, que proíbe o financiamento externo de grupos políticos no país. As agências dos EUA e os grupos venezuelanos que recebem seu dinheiro continuam a violar a lei com impunidade, ainda mais com a criação de triangulações que dificulta que o Estado identifique as origens reais dos financiamentos.

Por volta da mesma época, novamente a jornalista Eva Golinger chamou a atenção do público para a extensão dos financiamentos de organizações norte-americanas para partidos da oposição na Venezuela quando publicou um relatório elaborado pelo think-tank espanhol *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, que revelava que estes montantes teriam sido estimados em até US\$ 50 milhões ao ano, desde 2001.⁵⁹ O documento mencionava os grandes partidos políticos da oposição: Primero Justicia, Un Nuevo Tiempo e Copei. De modo a manter os financiamentos mais discretos, criou-se um esquema de triangulação em que outras entidades, inclusive de terceiros países, como Canadá, Alemanha e Espanha, repassavam recursos aos partidos e a ONGs da oposição, muitas sem bases reais, de acordo com a FRIDE, servindo apenas como canais de repasse de verbas para os anti governistas (GOLINGER, 2010).

De acordo com os relatórios anuais da USAID, em 2015 foram investidos US\$ 3,3 milhões no setor de “Governo e Organizações da Sociedade Civil” na Venezuela. Em 2016 esse valor foi de US\$ 4 milhões e de US\$ 3,9 em 2017. Já a NED investiu cerca de US\$ 2,6 milhões em mais de 20 áreas delimitadas em setores como “Promoção dos Ideais Democráticos”, “Promoção do Acesso Livre à Informação” ou “Formação e Capacitação de Novos Líderes”, o que não especifica do que realmente se tratam esses programas (USAID, 2018; NED, 2018).

Conforme mencionado no capítulo 1, entre 2013 e 2015 o PSUV perde dois dos seus pilares de sustentação política: a imagem de um líder carismático, com a morte de Chávez, e uma parcela significativa dos recursos destinados a políticas sociais, com o acentuado declínio dos preços do petróleo. Em 2015, as eleições legislativas confirmaram a posse da oposição para a maioria dos assentos Congresso Nacional pela primeira vez em 16 anos.

Contudo, diferente das expectativas da oposição, em 2018, Maduro venceu as eleições com ampla margem de votos em relação ao segundo candidato mais votado.⁶⁰ No

⁵⁹O instituto encerrou as atividades em 2015.

⁶⁰O voto para as eleições presidenciais na Venezuela é opcional. De acordo com uma matéria da Reuters durante

mesmo dia a oposição iniciou uma campanha de contestar a veracidade dos resultados, o que foi amplamente divulgado pela mídia internacional.

Diversas declarações dadas por Donald Trump e seu vice-presidente, Mike Pence, anulam quaisquer dúvidas acerca do interesse do governo norte-americano de agir até as últimas consequências para promover uma transição governamental na Venezuela. Em uma delas, Trump confirmou em sua conferência de imprensa de 11 agosto de 2017, que não descartaria o uso da força contra a Venezuela (THE NEW YORK TIMES, 2017). Em maio ano seguinte, Mike Pence promoveu ativamente a suspensão da Venezuela pela OEA e o boicote das eleições presidenciais (LAMARQUE, 2018; U.S WHITE HOUSE, 2018).

Após décadas marcadas por tensões nas relações entre os dois países, acentuadas por ações de ingerência indireta por parte do governo dos EUA, conforme mostram os documentos informados previamente, o ápice das hostilidades ocorre em janeiro de 2019, quando Trump torna-se o primeiro presidente a reconhecer o governo paralelo, instaurado inconstitucionalmente na Venezuela (ROBERTS & RAWLINS, 2019).

Os meses de escalada dos confrontos entre as forças armadas venezuelanas e manifestantes contra o governo de Maduro culminaram no dia 23 de janeiro, na auto proclamação de Juan Guaidó, líder da Assembleia Nacional, como presidente interino da Venezuela. (CBC NEWS, 2019). O mesmo já havia tentado anteriormente se declarar como presidente e suscitar os poderes constitucionais para o reconhecerem, ao invés de Maduro.

Dessa vez, no entanto, o que trouxe maior impacto e praticamente consolidou um governo paralelo na Venezuela foi o pronto reconhecimento da parte de Trump da legitimidade do ato de Guaidó. O presidente dos EUA tweetou, minutos após o evento, uma foto de sua declaração oficial de reconhecimento. Diversos países americanos reconheceram Guaido na sequência, com exceção de alguns como Cuba, Bolívia, Uruguai e México (MERILL & MILLAN, 2019). De outro lado, os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin declararam, no dia seguinte, que eram contra a ingerência dos EUA na política doméstica da Venezuela (GIELOW, 2019).

Dias mais tarde, tornou-se evidente o conhecimento prévio por parte do governo dos EUA da auto proclamação de Guaidó. A administração dos EUA havia entrado em contato anteriormente com políticos da União Europeia para avisar sobre o que ocorreria na Venezuela. O ministro das relações exteriores da Espanha, Josep Borrell, declarou que o

as eleições, apesar da elevada margem de abstenção, muitos apoiadores de Maduro e do PSUV compareceram, o que justificaria a ampla vitória conquistada (COHEN & APONTE, 2018).

governo espanhol sofreu muitas pressões para impedir a criação de um grupo no parlamento europeu de diálogo na Venezuela. O ministro não explicitou de onde vieram as pressões, mas constatou “*não vou lhes dizer quem mas já devem imaginar*” (GONZÁLEZ, 2019).

Maduro decretou o rompimento oficial das relações com os EUA mas, devido a contestação de que ele seria o presidente legítimo do país, os diplomatas norte-americanos, que haviam recebido o aviso prévio para deixar o país em até 72 horas, seguiram trabalhando normalmente (NEW YORK TIMES, 2019). O reconhecimento impulsivo e imprudente por parte de Trump, que estimulou a adoção do mesmo posicionamento por outros países, gerou precedentes para uma guerra civil na Venezuela, na medida em que instaurou-se um governo paralelo. Além disso, no âmbito do Direito Internacional, a ação de reconhecer um indivíduo que se auto proclama chefe de Estado, sem algum respaldo jurídico e constitucional, gera precedentes para que a prática se repita em outras ocasiões e países.

Até o momento, não se sabe se o governo dos EUA irá sancionar o envio de forças militares para a Venezuela. Conforme as diversas evidências que foram apresentadas anteriormente acerca da intromissão dos EUA na política venezuelana, é razoável argumentar que há anos, independente de qual fosse o governo em exercício, o establishment estadunidense vem ensaiando a troca de regime para o país latino-americano.

4.2.4 Equador

Até a eleição que resultou na vitória de Rafael Correa para o cargo de presidente, o Equador passou por uma década de extrema instabilidade política, na qual sete políticos ocuparam a presidência entre 1996 e 2006, em meio a golpes de estado e convocações de novas eleições. De qualquer modo, durante esse período, as relações bilaterais com os EUA desenrolaram-se sem grandes tensionamentos. O país era e continua sendo o maior parceiro comercial do Equador e destino de uma parcela considerável de seu principal produto de exportação, o petróleo (OCE, 2018).

Logo no início do mandato presidencial, Correa desenvolveu seu estilo de governar tendo como uma de suas características a busca pela redução da vulnerabilidade econômica e a defesa da soberania nacional. Um dos elementos dessa agenda consistiu na retirada da base militar de Manta, usada por pelo governo norte-americano durante uma década. A base militar localizada no porto de Manta, Cerca de 250 km a oeste de Quito, começou a operar em 1999

para detectar atividades ilícitas na costa do Pacífico, uma das principais rotas de tráfico de cocaína da América Latina para os Estados Unidos e Europa. A concessão da operação da base aos EUA tinha validade de dez anos, mas diante da recusa de Correa em renovar o acordo, Washington teve de deixar o porto de Manta em 2009 (BENASSI, 2009).⁶¹

Outro marco da condução do governo por Correa concerne à regulação do setor petrolífero. A partir de 2010, as petrolíferas estrangeiras que operavam no país passaram a ter que renegociar contratos com o governo equatoriano, uma vez que a diretiva para o setor era aumentar o controle estatal. Esse tipo de iniciativa conferiu ao presidente uma série de inimigos, desde empresários nacionais a investidores estrangeiros, que viram seus interesses ameaçados pelo endurecimento do controle do Estado sob setores estratégicos para a economia do país.

No entanto, a rejeição ao estilo de governar do novo presidente fica aparente mesmo antes que ele tenha tempo de amadurecer qualquer medida. Logo em 2007, primeiro ano de seu mandato, essa reação fica evidente em um telegrama confidencial emitido pela embaixada norte-americana em Quito, no qual Linda Jewell, a embaixadora no Equador, relata como a oposição e alguns empresários do país solicitaram a ajuda do governo norte-americano para boicotar o governo de Correa. A embaixadora conta no telegrama, revelado no Wikileaks, que diversos empresários solicitaram auxílio perante a embaixada e ao consulado dos EUA em virtude das preocupações em ter um “próximo Hugo Chávez” governando o Equador (WIKILEAKS, 2007).

Entre as personalidades notórias citadas no documento estão Guilherme Lasso, político do CREO que já disputou eleições presidenciais e que na época presidente do Banco de Guayaquil. A embaixadora relata como o político organizou o grupo “*Ecuador Libre*”, juntamente com a comunidade empresarial em reuniões com as Câmaras de Comércio e Indústria em Quito, Guayaquil e Cuenca, para avaliar riscos potenciais da administração de Correa.

Não satisfeitos somente com os encontros, Lasso junto de outros empresários e políticos como Lucio Gutierrez (ex-presidente), Álvaro Noboa (ex-vice-presidente) e Jaime Nebot (ex-prefeito de Guayaquil). lançaram uma série de programas de rádio antigovernistas. Em um exemplo mencionado no documento, havia uma voz venezuelana discutindo a situação na Venezuela e uma voz equatoriana respondendo que ela não gostaria que a mesma

⁶¹Em 2018 o governo de Moreno reabriu negociações sobre uma possível nova instalação de bases militares dos EUA em Manta (PASTOR, 2018).

situação se desenvolvesse no Equador.

A situação de animosidade não parte somente da comunidade empresarial, mas também de ONGs e movimentos indígenas. O maior deles, a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) foi muito crítica ao governo de Correa, principalmente em função da continuidade das atividades extrativistas e da contenção de movimentos sociais. No entanto, do outro lado, Correa acusava essa e outras organizações de promover a instabilidade política no país (BECKER, 2013).

Cabe destacar que mesmo ONGs que tenham como proposta objetivos considerados progressistas, como a defesa do Estado plurinacional ou das reservas indígenas, estão sujeitas a receber financiamentos de agências estrangeiras que tenham por alvo a instabilidade política do país. ONGs como Participación Ciudadana, Pro-justicia, Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos de Ecuador (CODENPE) e Fundação Qellkaj, grupos opositores ao governo de Correa, tiveram fundos USAID e NED à sua disposição (GOLINGER, 2010).⁶²

Em 30 de setembro de 2010, Rafael Correa foi vítima de uma tentativa de golpe de estado na qual foi sequestrado. Embora os principais conspiradores fossem membros da Polícia Nacional, não foi possível verificar-se a dimensão real de todos os atores envolvidos. Nesse cenário, o *Pachakutik*, partido político que propõe-se a congregar demandas de movimentos indígenas e que esteve associado com Lucio Gutierrez, ex-presidente e um dos líderes do golpe de estado de 2000, enviou um comunicado de imprensa apoiando a polícia golpista e exigindo a renúncia do presidente Correa, responsabilizando-o pelo que estava acontecendo.

Um dia depois, a jornalista Eva Golinger acusou o Pachakutik de ter recebido treinamento de agências norte-americanas que têm por objetivo declarado fomentar às democracias. Apesar das refutações, por parte do partido, Golinger apresentou evidências através de um relatório do National Democratic Institute (NDI), um dos institutos financiados pelo NED, em que constava que o Pachakutik havia sido treinado pelo NDI em “práticas e metodologias de planejamento estratégico” como parte da Rede de Políticos do NDI da América Latina e Caribe (GOLINGER, 2010).

Devido às dificuldades em obter esclarecimentos sobre as conexões entre as agências norte-americanas de fomento a democracia e os grupos domésticos financiados por elas, assim como estabelecer o destino final dos recursos, a USAID deixou o Equador em 2014, assim

⁶²No ano de 2010 os recursos da USAID destinados ao Equador ultrapassaram a quantia de US\$ 38 milhões (GOLINGER, 2010).

como todos os países restantes da ALBA, após diversas suspeitas que ligam as organizações com o financiamento de grupos anti governistas. A resolução oficial da ALBA constata que:

Nossos países não precisam de nenhum tipo de financiamento externo para a manutenção de nossas democracias, que se consolidam por vontade do povo latino-americano e caribenho, da mesma forma que não precisamos de organizações a cargo de potências estrangeiras. que, na prática, usurpam e enfraquecem a presença de organismos estatais e os impedem de desenvolver o papel que lhes corresponde na arena econômica e social de nossas populações (VOLTAIRE NETWORK, 2012).

Não obstante, assim como na Venezuela, os recursos continuam sendo destinados do exterior a agentes não identificados. Em 2017, o relatório da USAID aponta que foram destinados US\$ 2,3 milhões para “Governo e Sociedade Civil” no Equador (USAID, 2017). A NED também mantém suas atividades no país. Em 2017, junto com o International Republican Institute (IRI), a agência destinou mais de 1 milhão a projetos de fomento a ONGs e treinamento de lideranças jovens (NED, 2017).

Por fim, cabe mencionar que, semelhante ao que ocorreu no Brasil com o impeachment de Rousseff e a prisão de Lula, está em processo no Equador um jogo de lawfare voltado para a remoção definitiva de Rafael Correa e seus aliados da disputa política. Um dos casos mais emblemáticos e no qual consta a cooperação do governo norte-americano, foi a condenação do ex-vice-presidente Jorge Glas, sob a responsabilização de ter recebido suborno da Odebrecht. O que é peculiar no processo judicial contra o ex-vice-presidente, é a constatação de que as primeiras informações sobre o caso surgiram de uma mensagem do Departamento de Justiça dos EUA, alertando o governo do Equador sobre o pagamento de US\$ 33,6 milhões pela Odebrecht a funcionários entre 2007 e 2016 para assegurarem contratos públicos de infraestrutura (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Considerações Finais

Ainda que separadamente, uma parte dos eventos e documentos mencionados nos parágrafos acima possua relevância limitada, agrupados sistematicamente e, analisados à luz do conceito de Guerra Híbrida, eles passam a compor um conjunto de indícios acerca da ingerência promovida pelos EUA no intuito de desestabilizar governos que não se enquadraram em seus interesses geoestratégicos para a região. Como anteriormente fora explicado, esses indícios que são compostos de diferentes práticas e instrumentos, de acordo

com as particularidades de cada sociedade, dificilmente poderiam ser analisados a partir de uma metodologia específica sem que acarretassem o afastamento da dimensão sistêmica que se pretendia explorar no presente trabalho.

Ainda que não seja possível comprovar a ingerência na política doméstica de países sul americanos promovida pela administração estadunidense, procurou-se elaborar uma argumentação sugestiva, através da apresentação de diversos indícios que apontam para essa hipótese. Na perspectiva sistêmica que o trabalho pretende abordar, é razoável captar que as circunstâncias em que a implementação de elementos desestabilizadores propagam-se com mais nitidez coincide com o crescimento da autonomia dos Estados governados pela Pink Tide e com a diversificação de seus aliados internacionais, através do desenvolvimento das relações com potências extra-continentais.

Conclusão

A inclusão de variáveis relativas ao campo da geopolítica e a contextualização do problema de pesquisa dentro da ótica da disputa pelo poder global no século XXI confere uma nova perspectiva para a compreensão dos eventos que se sucederam durante o declínio da Pink Tide. Através da revisão bibliográfica, realizada na tentativa de compreender a Pink Tide enquanto fenômeno sistêmico, fica evidenciada a lacuna teórica oriunda da maior parte do esforço empreendido voltar-se para a criação de taxonomias de diferenciação entre um protótipo de governo progressista e outro, ou também para a avaliação do desempenho dos novos modelos econômicos em comparação ao receituário neoliberal, predominante até o momento. Essa lacuna dificulta a compreensão dos eventos que se intercalaram durante a derrocada dos governos da Pink Tide.

Autores como Castañeda (2006), Weyland (2009), Panizza (2006) e Flores-Macías (2010), ao enfocarem novas categorias para caracterizar os “tipos de governos” de integram a Pink Tide, dividindo-os, de modo geral, entre pró-mercado e populistas/autoritárias, aprisionaram, em certa medida, o estudo do fenômeno em torno de um conteúdo normativo funcional à legitimação de um modelo liberal como o único racional e aceitável.

Já Gallegos (2006) e Stokes (2009) procuraram aprofundar a análise da Pink Tide a partir de seu reconhecimento como ciclo político comum. Contudo, essas análises ainda orbitam o propósito de evidenciar mudanças no novo paradigma de Estado em comparação ao modelo neoliberal precedente. Assim, buscaram entender as políticas conduzidas pela Pink Tide em termos de rejeição ao receituário neoliberal, cuja decadência teria justificado a eleição dos governos progressistas.

A pesquisa buscou anexar a perspectiva proposta por Gallegos e Stokes, em que o fenômeno da Pink Tide abrangeria um ciclo político comum, à visão sistêmica proposta por Petkoff (2005), adaptando-a ao contexto presente de deterioração política e institucional na região. A leitura proposta por Petkoff no sentido de analisar o surgimento de sucessivos governos progressistas na América Latina foi inovadora ao vincular esse fenômeno a uma perspectiva sistêmica de transformação da polaridade internacional. De acordo com o autor, a ascensão da Pink Tide estaria ligada a uma maior liberdade política conferida pela potência hegemônica, uma vez que não haveria nenhum outro Estado disputando projetar sua influência na região de forma suficientemente nociva à sustentação da sua supremacia .

Na década corrente, observa-se, ao mesmo tempo, a ascensão de uma nova polaridade no sistema interestatal, caracterizada pelo declínio relativo da hegemonia norte-americana em relação a outros Estados, dentre os quais destaca-se a China, e a consequente expansão de sua influência na América do Sul, região tradicionalmente considerada como “quintal” dos EUA. Adaptando a lógica proposta por Petkoff à conjuntura atual, entende-se que já não haveria o mesmo grau de liberdade decisória disponibilizado aos partidos políticos sul-americanos de perseguirem seus modelos econômicos próprios e consolidação de alianças internacionais conforme seus desígnios.

Observou-se que a adoção de modelos caracterizados como novo-desenvolvimentistas ou neoextrativistas pelos governos da Pink Tide, apesar de suas distintas particularidades, estiveram conectados pela retomada da centralidade do Estado na coordenação econômica e na regulação de setores estratégicos para a segurança e a economia das nações. Além disso, no âmbito das relações exteriores, a política externa empreendida por esses governos priorizou a diversificação das relações internacionais e a integração regional. O Brasil, que já possuía anteriormente uma maior projeção externa, dotado de uma grande população e de uma economia mais diversificada, expandiu significativamente sua influência em organizações internacionais, passou a integrar os BRICS e chegou ao ponto de converter-se em um exportador de capitais para outras regiões.

Conforme os governos da Pink Tide colapsam, um atrás do outro, nota-se que são rápidas e sistemáticas as desestruturações empreendidas por seus sucessores, praticamente como se a intenção promovida pelas novas administrações fosse estabelecer uma completa varredura das agendas implementadas ao longo da década precedente. A chegada ao poder dos novos grupos políticos, antagônicos às medidas executadas pela Pink Tide, não pode ser apreendida apenas sob o viés de uma mera transição dentro da normalidade estabelecida pela institucionalidade democrática, uma vez que uma série de Estados experimentam agudas crises políticas que romperam com a relativa estabilidade vigente durante a década anterior.

Buscou-se, ao longo da pesquisa, promover uma ruptura em relação às análises que atribuem essencialmente ao declínio dos preços internacionais das commodities, a partir de meados da década corrente, a retirada sucessiva dos governos progressistas. No entanto, a associação estrita entre a ascensão da Pink Tide e o boom das commodities, assim como seu declínio com o fim do ciclo virtuoso dos preços dos recursos primários, constitui um vício inerente a uma análise economicista. A partir da observação cronológica dos eventos que

decorreram na região, é possível visualizar que os partidos progressistas conquistaram espaço no meio político em seus respectivos países antes do boom das commodities, cujo início atribui-se ao ano de 2002; assim como a crise política e institucional, que reverbera a nível regional, estende-se por anos após à recuperação dos preços dos recursos naturais

Ao intentar centralizar a temática da geopolítica do petróleo, a pesquisa buscou conferir uma nova perspectiva à compreensão dos eventos que levaram ao colapso da Pink Tide nos últimos anos. Dessa forma, optou-se pelo recorte baseado nos três países que possuem as maiores reservas da região: Brasil, Venezuela e Equador.

Conforme argumentou-se no capítulo 2, o petróleo ainda constitui um recurso de grande valor estratégico. Ao contrário do que proclamam os ideólogos do livre mercado, a precificação e as quantias demandadas e ofertadas do recurso não podem ser atribuídas meramente a fatores de ordem econômica. O petróleo segue constituindo um pilar do poder dos Estados, fonte para o abastecimento das redes de transporte, energia para as indústrias e abastecimento para os diversos equipamentos militares. O estrangulamento do recurso infringido a outro Estado pode ser utilizado como uma arma eficaz para seu colapso.

Além disso, pode-se afirmar que vem se construindo uma alternativa para os Estados que visam contornar a necessidade de acumular dólares. A moeda chinesa passou a ser utilizada por países produtores de petróleo que buscavam essa opção; dentre eles, a Venezuela que é alvo de abundantes sanções por parte dos EUA. Esse desvio da aquisição de dólares para transacionar o petróleo, confronta diretamente a sustentação do SMI contemporâneo, sobretudo em relação a função de reserva de valor universal desfrutada pelo dólar. O SMI por sua vez, conforme fora detalhado no capítulo três, constitui um dos pilares da hegemonia norte-americana.

Demonstrou-se como a China e os EUA, Estados que protagonizaram a disputa pelo poder global do século vigente, construíram suas respectivas geoestratégias em estreita sintonia com as necessidades de abastecimento de petróleo. Os EUA, ator antigo na competição hegemônica interestatal, há décadas já articulava suas alianças internacionais e sancionava guerras de modo associado à busca por fontes de abastecimento de petróleo. O governo norte-americano operava em associação com os grandes conglomerados petrolíferos e instrumentalizava sua política externa, em partes, em subordinação a esses objetivos. Portanto, a característica marcante da geoestratégia dos EUA no início do século XXI foi a intensificação das guerras no Oriente Médio, em virtude da iniciativa de obter acesso às

maiores reservas descobertas até aquele momento.

Por outro lado, a China constitui um ator relativamente novo na disputa internacional por acesso às grandes reservas de petróleo. Somente em 1993 a China passou a importar a maior parte de petróleo para suprir suas necessidades e, na sequência, consolidar um aparato institucional adequado à formulação de políticas referentes à soberania energética. Conforme esse processo avança rapidamente, a China passa a executar uma geoestratégia associada à obtenção contínua de recursos energéticos. Inicialmente, consolida a OCX e a aliança com países da Ásia Central através dos quais, o fluxo de hidrocarbonetos pode fluir sem a intervenção de Estados terceiros. Em seguida, o país busca diversificar suas fontes de fornecimento pelas vias marítimas e amenizar a vulnerabilidade intrínseca ao fato que a maior parte de suas importações de hidrocarbonetos atravessam o Estreito de Malaca.

Nesse tabuleiro geoestratégico, a América do Sul constitui uma região de grande conveniência para ambas as potências no quesito fornecimento de petróleo. Em virtude de sua localização geográfica, principalmente em relação à Venezuela, o recurso pode fluir facilmente até os EUA. Além disso, a Venezuela possui a maior reserva de petróleo já descoberta, o Brasil recentemente passou a explorar o Pré-Sal e o Equador possui o terceiro maior depósito na região, no qual consta um montante de petróleo de excelente qualidade.

Verificou-se que realmente existe uma conexão entre a acentuada projeção financeira chinesa na América do Sul e a busca por fontes de fornecimento de petróleo, uma vez que uma parcela significativa dos investimentos e financiamentos concedidos estiveram destinados a países produtores ou foram diretamente direcionados ao setor petrolífero. O ápice dessa iniciativa na região está nos loans-for-oil ou oil agreements, por meio dos quais são estabelecidos contratos que estipulam a concessão de um empréstimo de mediante a garantia de fornecimento de uma quantia de petróleo que seja suficiente para cobrir os créditos recebidos .

Os empréstimos chineses em virtude da ausência de requisitos políticos, constituíram uma alternativa valiosa para os Estados que se encontravam excluídos dos fluxos convencionais de financiamentos, baseados em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Esses países puderam contar com essa fonte de financiamento como meio de reduzir suas vulnerabilidades externas e executar agendas econômicas baseadas em interesses distintos da estrita associação à redução do aparelho estatal e ao livre fluxo de capitais.

A última seção da pesquisa, destinou-se a detalhar como decorreu a reação do

establishment norte-americano em relação a sua perda de influência na região, perante à maior autonomia dos Estados integrantes da Pink Tide e à expansão da cooperação com a China. Em relação aos três países selecionados, buscou-se apresentar indícios e evidências de que os eventos que contribuíram para o declínio da Pink Tide estiveram, em diversas ocasiões, ligados a instituições ou atores norte-americanos. Por meio da apresentação dessas evidências não se intentou, de forma alguma, retirar o papel desempenhado pelas próprias elites nacionais subalternas na desestabilização institucional, mas demonstrar o quanto elas contaram com o aval e o incentivo de fontes externas.

A pesquisa contou com a limitação de não ser possível a apresentação mais estruturada dos indícios, uma vez que os fatores que impulsionaram a derrocada da Pink Tide estão vinculados às particularidades políticas e sociais de cada Estado. Contudo, o conceito proposto de “Guerra Híbrida” conferiu sustentação a uma unidade entre eventos aparentemente desconexos. Espionagem, treinamentos, financiamentos a ONGs e movimentos políticos e apoio a operações de lawfare, integram o que Korybko (2018) identificou como o fomento a agentes desestabilizadores. Estes, que aparentemente são aleatórios, na realidade são componentes de uma estratégia não linear de “armatizar” o caos e administrá-lo com a finalidade de promover a troca de governo.

Buscou-se estabelecer uma compreensão alternativa dos eventos que integraram o declínio sucessivo dos governos progressistas da América do Sul a partir da elucidação do contexto geopolítico mais abrangente que circunscreve o fenômeno sistêmico do colapso do ciclo político da Pink Tide. Essa nova formulação visa escapar do viés economicista que explica a derrocada das administrações progressistas somente a partir da escassez de recursos, auferida ao declínio dos preços das commodities, e explicar como essa crise é também parte de uma transformação mais abrangente no ordenamento interestatal.

Em suma, argumentou-se que o colapso consecutivo dos governos da Pink Tide e a duradoura crise institucional possui conexão, em alguma medida, com as transformações derivadas da disputa internacional pelo poder. É portanto, imprescindível para a superação da crise política que impera na região, o reconhecimento das variáveis sistêmicas que a permeiam. Uma análise meramente economicista não atinge o cerne da questão, relativo ao papel que esses Estados e suas peculiaridades desempenham dentro disputa pelo poder global contemporânea.

Dessa maneira, a única forma de entender o atual estado de crise consiste em exceder

as perspectivas economicistas e priorizar a compreensão de que o que está em jogo consiste, sobretudo, em projetos de poder distintos, originários de uma complexa rede de interesses tanto de elites nacionais subalternas quanto de objetivos geopolíticos externos e do capital transnacional e da sobreposição entre suas ambições. Esses interesses disputam espaço nas instâncias políticas sul-americanas e rechaçam deliberadamente os paradigmas de Estado vigentes durante o auge da Pink Tide.

REFERÊNCIAS

ABBUD, B. O Grupo da Mão Invisível: dois meses de conversas no Whatsapp do MBL. 3 de outubro, 2017. **Piauí**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>>. Acesso em: 21 de jan, 2019.

ABDENUR, A. E. A China na América Latina: investimento em infraestrutura portuária. **Pontes: Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-china-na-am%C3%A9rica-latina-investimento-em-infraestrutura-portu%C3%A1ria>>. Acesso em 06 mar, 2018.

ACOSTA, A. Extractivismo y Neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **Ecoportal**, 2012. Disponível em: <http://www.ecoportal.net/TemasEspeciales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion>. Acesso em: 30 de jan, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Boletim Anual de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural de 2017**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/2533848/Boletim+de+Explora%C3%A7%C3%A3o+e+Produ%C3%A7%C3%A3o+de+Petr%C3%B3leo+e+G%C3%A1s+Natural+ano+2017/e570ced2-86e2-485b-85a0-2c8d0407b945?version=1.0>>. Acesso em: 11 de abr, 2018.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. 2017. Disponível em: <www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 09 de ago, 2018.

AMORIM, F. **Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva e o Financiamento de Longo Prazo no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2018.

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e Política Exterior** : Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BATISTA JR, P. N. A América do Sul em Movimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 2, abr-jun, 2008.

BEAUMONT, P. The truth about Twitter, Facebook and the uprisings in the Arab world, 25 de fevereiro, 2011. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2011/feb/25/twitter-facebook-uprisings-arab-libya>>. Acesso em: 22 de jan, 2019.

BENASSI, R. **EE.UU. deja la base de Manta**, 18 de setembro, 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/america_latina/2009/09/090917_0238_ecuador_manta_rb>. Acesso em: 21 de jan, 2019.

BANDURSKI, D. Yan Xuetong on the Bipolar State of Our World. **China Media Project**, 26 de junho de 2018. Disponível em: <<http://chinamediaproject.org/2018/06/26/yan-xuetong-on-the-bipolar-state-of-our-world/>>. Acesso em: 12 de nov, 2018.

BBC News. **Xi Jinping: US-China Trade War Will Produce No Winners**. 17 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-46245359>>. Acesso em: 27 de nov, 2018.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1988.

BOLIVIA. **Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien**. 2006. Disponível em: <<https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20-%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>>. Acesso em: 01 de fev, 2018.

BECKER, M. The Stormy Relations between Rafael Correa and Social Movements in Ecuador. **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 3, p. 43-62, 2013.

BRASIL. Decreto nº 9.063 de 30 de maio de 2017. Institui o Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de mai, 2017.

BLOOMBERG. **China to Loan US\$ 5 billion to Venezuela as Maduro visits Beijing**. 13 de set, 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-13/china-to-give-venezuela-5-billion-loan-as-maduro-visits-beijing>>. Acesso em: 30 de set, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.276/10**, de 30 de junho de 2010. Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 30 jun. 2010.

_____: **Lei nº 12.351/10** de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de dez, 2010.

_____. **Lei Nº 13.365/16**, de 29 de novembro de 2016 Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 29 de nov, 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda. **Contrato de cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa da lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos**. Brasília (DF), 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: _____ . **Nação, câmbio e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 55-93.

_____. 2009. 'From old to new developmentalism in Latin America'. **Textos para Discussão**, n 193. FGV/EESP.

_____. **Doença Holandesa e estagnação**. Folha de São Paulo. 2006. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0412200604.htm>>. Acesso em: 30 de jun, 2018.

BRITISH PETROLEUM (BP) STATISTICAL. **Review of World Energy**. 2017. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>> Acesso em: 12 de abr, 2018.

BROMLEY, Simon. The United States and the Control of World Oil. **Government and Opposition**. Cambridge, v. 40, n. 2, p. 225-255, 2005. ho de 2010. Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília DF, 30 de junho, 2010.

BUDINI, T. F. A Construção De

BROOKINGS UNIVERSITY – GLOBAL DEVELOPMENT CENTER. **China's Global Energy Finance**. 2018. Disponível em: <<http://www.bu.edu/cgef/#/all/EnergySubSector/Exploration-and-Extraction>>. Acesso em: 19 de set, 2018.

BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. Washington: Basic Books, 1997. Consensos Progressistas Na Política Externa Dos Governos De Argentina, Brasil, Chile E Uruguai. In: QUIROGA, Y; FRANÇA, C (Orgs.). **Consenso progresista. Política exterior de los gobiernos progresistas del Cono Sur: convergencias y desafíos**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto-lei 8939/2017**, 25 de outubro, 2017. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2158425>>. Acesso em: 21 de jan, 2019.

CAMPBELL, D. American navy 'helped Venezuelan coup', 29 de abril, 2002. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2002/apr/29/venezuela.duncancampbell>>. Acesso em: 19 de jan, 2019.

CANÁRIO, P; VASCONCELLOS, M. **Sem competência Sergio Moro divulgou grampos ilegais de autoridades com prerrogativa de foro**. Consultor Jurídico, 16 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-16/moro-divulgou-grampos-ilegais-autoridades-prerrogativa-foro>>. Acesso em 21 de dez, 2018.

CARDOSO, A. A Indústria de Construção Naval e a Petrobras. **Brasil de Fato**, 05 de nov, 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-industria-de-construcao-naval-e-a-petrobras/>>. Acesso em: 22 de nov, 2018.

CASTAÑEDA, J. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, mai-jun, 2006.

CBC NEWS. **Who is Juan Guaidó, Venezuela's Self-declared President?** 23 de janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/news/world/juan-guaido-bio-who-is-he-1.4990248>>. Acesso em: 25 de jan, 2019.

CHIN, G.; WANG, Y. Debating the International Currency System: What's in a Speech?. **China Security**, v. 6,n. 1, p 3–20, 2010.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Ecuador** : international energy data and analysis. Washington: U.S. Energy Information Administration, 2015.

CHOMSKY, N. Chomsky: O Brasil está sofrendo um golpe brando, 18 de maio, 2016. **Boitempo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/18/chomsky-o-brasil-esta-sofrendo-um-golpe-brando/>>. Acesso em: 20 de nov, 2018.

CITINO, Nathan. **From Arab Nationalism to OPEC**. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

COHEN, L; APONTE, A. Venezuela's Maduro Re-elected Amid Outcry Over Vote, 20 de maio, 2018. **Reuters**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-election/venezuelas-maduro-re-elected-amid-outcry-over-vote-idUSKCN1IL05U>>. Acesso em: 20 de jan, 2019.

COLOMBINI, I. **Enigma Brasil Elevado e Anulado para uma Teoria Crítica da Economia Política Brasileira**: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL) **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

_____. **Latin America and the Caribbean and China**: towards a new era in economic cooperation. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

_____. **Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2017.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de set,

2018.

CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, Demanda Energética E Indústria De Petróleo E Gás Na China. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; FILHO; Edinson Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 189-236.

DANREUTHER, Roland. China and Global Oil: vulnerability and opportunity. **International Affairs**, v. 87, n. 6, p. 45–64, 2011.

DATAFOLHA – INSTITUTO DE PESQUISAS. **Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista**, 14 de março, 2016. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>>. Acesso em 12 de jan, 2018.

DIALOGUE DATABASE. **China-Latin America Finance Database**. 2018. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em: 26 de set, 2018.

DE MORAIS, J. M. **Petróleo em Águas Profundas: Uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore**. Brasília: IPEA, 2013.

DE LA TORRE, C. In the Name of the People: Democratization, Popular Organizations, and Populism in Venezuela, Bolivia, and Ecuador. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 95, p. 27-48, out, 2013.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean, 2018**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/43690-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2018>>. Acesso em 20 de dez, 2018.

_____. **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean, 2018**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/43690-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2018>>. Acesso em 20 de dez, 2018.

ECUADOR: MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. **Ecuador suscribe crédito por USD 2.000 millones con CDB de China**. Disponível em: <<https://www.finanzas.gob.ec/ecuador-suscribe-credito-por-usd-2-000-millones-con-cdb-de-china/>>. Acesso em: 28 de set, 2018.

EL COMERCIO. **El Pleno del CNE proclamó a Lenín Moreno presidente electo de Ecuador**. 18 de abril de 2017. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170419160425/http://www.elcomercio.com/actualidad/recuento-votos-creo-alianzapais-resultados.html>>. Acesso em 03 de set, 2018.

EL UNIVERSO. **Los 5 ejes de la Revolución Ciudadana**. 10 de Agosto, 2009. Disponível em: <<https://www.eluniverso.com/2009/08/10/1/1355/ejes-revolucion-ciudadana.html>>. Acesso em 03 de out, 2018.

_____. **Resultados da Consulta Popular no Equador**. 2018. Disponível em: <<https://www.eluniverso.com/resultados-consulta-popular-2018-ecuador>> Acesso em 03 de set, 2018.

ELLIS, Evan. **China in Latin America: the whats and wherefores**. Boulder: Lynne Rienner, 2009.

EL PAÍS BRASIL. **Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições**, 27 de julho, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/25/politica/1532531670_089900.html>. Acesso em 11 de dez, 2018.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Venezuela: international energy data and analysis**. Washington: U.S. EIA, 2015.

_____. **China: international energy data and analysis**. Washington: U.S. EIA, 2015.

_____. **Brasil: international energy data and analysis**. Washington: U.S. EIA, 2017.

_____. **What Countries are the Top Producers and Consumers of oil?, 2018. Disponível em:** <<https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>>. Acesso em: Acesso em: 27 de dez, 2018. **a Vida**. Quito: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, 2017.

ENGDAHL, W. F. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order**. [s.l] Progressive Press, 2009.

FANTASTICO. **Veja os documentos ultrassecretos que comprovam espionagem a Dilma**, 2 de setembro, 2013. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/veja-os-documentos-ultrassecretos-que-comprovam-espionagem-dilma.html>>. Acesso em 11 de dez, 2018.

FERNANDES, V. **Justiça do Equador ordena prisão de Rafael Correa; ex-presidente denuncia perseguição. Brasil de Fato**, 4 de julho, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/04/justica-do-equador-ordena-prisao-de-rafael-correa-ex-presidente-denuncia-perseguiacao/>>. Acesso em 03 de set, 2018.

FIORI, J. L (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **História, Estratégia e Desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FORBES. **The World's Largest Oil And Gas Companies 2017: Exxon Reigns Supreme, While Chevron Slips**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/laurengensler/2017/05/24/the-worlds-largest-oil-and-gas-companies-2017-exxon-mobil-reigns-supreme-chevron-slips/#2a21e6914f87>>. Acesso em: 18 de abr, 2018.

FLORES-MACÍAS, G. A. **Pro-Market: Explaining Leftist Governments' Economic Policies in Latin America. Comparative Politics**, v. 42, n. 4, p. 413-433, jul, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Wikileaks diz que Michel Temer atuou como informante dos EUA**, 13 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771016-wikileaks-diz-que-michel-temer-atuou-como-informante-dos-eua.shtml>>. Acesso em 21 de dez, 2018.

_____. **Banco chinês dará empréstimo de US\$ 10 bi à Petrobras em troca de petróleo**. 26 de fev, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1743929-banco-chines-dara-emprestimo-de-us-10-bi-a-petrobras-em-troca-de-petroleo.shtml>>. Acesso em: 01 de set, 2018.

_____. **Vice do Equador é condenado a seis anos de prisão por caso Odebrecht**, 13 de dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1943134-vice-do-equador-e-condenado-a-seis-anos-de-prisao-por-caso-odebrecht.shtml>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

FRIEDMAN, U. The World's 99 Percent: A visual tour of an Occupy Wall Street slogan gone global. **Internet Archive: Wayback Machine**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111022005829/http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/18/occupy_wall_street_99_percent>. Acesso em 22 de dez, 2018.

FUKUYAMA, F. The End of History. **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989.

GALLAGHER, K; RAY, R. China-Latin America Economic Bulletin 2015 Edition. Working Group on Development and Environment in the Americas, Global Economic Governance Initiative, **Discussion Paper 2015-9**, Boston, 2015.

_____; MYERS, M. Down but not Out: chinese development finance in LAC (2017). **China Latin America Report**, The Dialogue, mar, 2017.

_____; IRWIN, A; KOLESKI, K. The New Banks in Town: chinese finance to Latin America. **China Latin America Report**, The Dialogue, fev, 2012.

GALLEGOS, F. Mucho más que Dos Izquierdas. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 30-44, set-out, 2006.

GIELOW, I. Rússia Adverte Contra Banho de Sangue, Mas Opções São Limitadas, 24 de janeiro. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/russia-alerta-para-banho-de-sangue-na-venezuela-onu-pede-dialogo-para-evitar-desastre.shtml>>. Acesso em 25 de jan, 2019.

GILL, T. From Promoting Political Polyarchy to Defeating Participatory Democracy: U.S. foreign policy towards the far left in Latin America. **Journal of World Systems Research**, v. 24, n. 1, p. 72-95, 2018.

GOLINGER, E. CIA Documents Show Bush Knew of 2002 Coup in Venezuela, 29 de novembro, 2004. **Democracy Now**. Disponível em: <https://www.democracynow.org/2004/11/29/cia_documents_show_bush_knew_of>. Acesso em 12 de dez, 2018.

_____. NED Report: International Agencies Fund Venezuelan Opposition with \$40-50 Million Annually, 21 de junho, 2010. **Venezuela Analysis**. Disponível em: <<https://venezuelanalysis.com/analysis/5441>>. Acesso em 15 de dez, 2018.

_____. **The Chavez Code: Cracking US Intervention in Venezuela**. Bloomington: Pluto Press, 2007.

_____. **Behind the Coup in Ecuador: The Rightwing Attack on ALBA**. Disponível em: <<https://machetera.wordpress.com/2010/10/01/behind-the-coup-in-ecuador/>>. Acesso em 14 de dez, 2018.

GONZÁLEZ, M. Trump sabia de antemão que Guaidó se autoproclamaria presidente da Venezuela e exigiu apoio da UE, 1 de fevereiro, 2019. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/internacional/1548964137_349657.html>. Acesso em 1 de fev, 2019.

GREENWALD, G; FISHMAN, A. Controversial GCHQ Unit Engaged in Domestic Law Enforcement, Online Propaganda, Psychology Research, 22 de junho, 2015. **The Intercept**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2015/06/22/controversial-gchq-unit-domestic-law-enforcement-propaganda/>>. Acesso em 21 de dez, 2018.

GUDYNAS, E. Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Quito: **Mesa Redonda “Alternativas a una economía extractivista”**, CAAP e FLACSO, 2009.

_____. Estado Compensador y Nuevos Extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad**, n. 237, 2011. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/>>. Acesso em 02 de fev, 2018.

HART, L. **The Strategy of Indirect Approach**. Westport: Praeger, 1954.

HARVEY. **Spaces of Capital: towards a critical geography**. Nova York: Routledge, 2001.

HONGBO, S. China-Venezuelan Oil Cooperation Model. **Perspectives on Global Development and Technology**, v. 13, n. 5, p. 648-669, 2014.

HUSSEINI, T. Tracing the history of exploration in the Brazilian pre-salt oil region. 04 de outubro, 2018. **Offshore Technology**. Disponível em: <<https://www.offshore-technology.com/features/pre-salt-oil-region-brazil/>>. Acesso em: 8 de dez, 2018.

HURTADO, B. MEDINA, Y. **Sembra el Petroleo**. Disponível em: <<http://hemerotecavirtualesembrarpetroleo.blogspot.com/>>. Acesso em 31 de out, 2018.

ISMAILOV, E; PAPAVAL, V. **The Heartland Theory and the Present-Day Geopolitical Structure of Central Eurasia** Disponível em: <<https://www.silkroadstudies.org/resources/pdf/Monographs/1006Rethinking-4.pdf>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

INDEXMUNDI. **Crude Oil (petroleum) Monthly Price - US Dollars per Barrel**. 2018. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=crude-oil&months=120>>. Acesso em 03 de out, 2018.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook (2017)**. Disponível em: <<https://webstore.iea.org/world-energy-outlook-2017>>. Acesso em: Acesso em: 18 de abr, 2018.

_____. **Proven Reserves of Oil and Gas (2017)**. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/#/?pa=00000000000000000004&c=rurvfvvtvnnv1urvvvfvvvvvfvvvou20evvvvvvvvnnvvu vo&ct=0&tl_id=3002-A&vs=INTL.3-6-AFG-TCF.A&cy=2017&vo=0&v=H>. Acesso em: 18 de abr, 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Primary Commodity Prices**, 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>>. Acesso em 01 de set, 2018.

KATZ, C. ¿Qué es el neodesarrollismo? Una visión crítica. Argentina y Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 122, p. 224-249, abr-jun, 2015.

_____. Los Atolladeros de la Economía Latinoamericana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 711-728, out-dez, 2012.

KLARE, M. **Rising Powers, Shrinking Planet: the new geopolitics of energy**. Oxford: Oneworld Publications, 2008.

_____. **The Race for What's Left: the global scramble for the world's last resources**. Nova York: Metropolitan Books, 2012.

_____. **A Take-No-Prisoners World of Oil**. 08 de março, 2016. Disponível em: <http://www.tomdispatch.com/blog/176112/tomgram%3A_michael_klare%2C_a_take-no-prisoners_world_of_oil>. Acesso em 01 de out, 2018.

KORYBKO, A. The Reverse Brzezinski: The Ultimate Eurasian Dilemma, 22 de junho, 2014. **Oriental Review**. Disponível em: <<https://orientalreview.org/2014/06/22/the-reverse-brzezinski-the-ultimate-eurasian-dilemma-i/>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

_____. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAMARQUE, K. Pence urges OAS to suspend Venezuela from organization, 7 de maio, 2018. **Reuters**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-oas-pence-venezuela/pence-urges-oas-to-suspend-venezuela-from-organization-idUSKBN1I8268>>. Acesso em 15 de dez, 2018.

LAMBERT, R. Venezuela: as razões do caos. **Le Monde Diplomatique – Brasil**, ed. 113, 18 de janeiro, 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/venezuela-as-razoes-do-caos/>>. Acesso em 01 de set, 2018.

LANDER, E. El Neoextractivismo como Modelo de Desarrollo en América Latina y sus Contradicciones. **(Neo) Extractivismo y el Futuro de la Democracia en América Latina: diagnóstico y retos**. Berlim, mai, 2014.

LE BILLON, P. & KHATIB, F. From Free Oil to 'Freedom Oil': Terrorism, War and US Geopolitics in the Persian Gulf. In: LE BILLON, P. (Ed.). **The Geopolitics of Resource Wars: resource dependence, governance and violence**. Nova York: Frank Cass, 2005.

LI, R; LEUNG, G. The Integration of China into the World Crude Oil Market since 1998. **Energy Policy**, v. 39, p. 159-166, 2011.

LIND, W. S. **Understanding Fourth Generation War**, 15 de janeiro, 2004. Disponível em: <<https://original.antiwar.com/lind/2004/01/15/understanding-fourth-generation-war/>>. Acesso em 05 de dez, 2018.

LINERA, A. G. **Geopolítica de la Amazonia**. Poder hacendal- patrimonial y acumulación capitalista. La Paz, 2013. Disponível em: <<http://www.alames.org/documentos/amazoniaAGL.pdf>>. Acesso em: 18 de mar, 2018.

LI, R; LEUNG, G. The Integration of China into the World Crude Oil Market since 1998. **Energy Policy**, v. 39, p. 159-166, 2011.

LOURENÇO, I. Cid Gomes apresenta pedido de impeachment de Temer. **GGN**, 02 de abr, 2016. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/cid-gomes-apresenta-pedido-de-impeachment-de-temer>>. Acesso em 01 de set, 2018.

LOPES, D.B; FARIA, C. A. P. When Foreign Policy Meets Social Demands in Latin America. **Contexto Internacional**, v. 38, n.1, Rio de Janeiro, p. 11-53, jan-abr, 2016.

LOUREIRO, P. M. Reformism, Class Conciliation and the Pink Tide: Material Gains and Their Limits. In: YSTANES, M.; STRONEN, I. A. **The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America: decades of change**. Bergen: Palgrave Macmillan, 2017, p. 35-56.

MARINGONI, G. Instituto Millenium: toda a democracia que o dinheiro pode comprar! 17 de fevereiro, 2010. **Carta Maior**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Instituto-Millenium-toda-a-democracia-que-o-dinheiro-pode-comprar-/22782>>. Acesso em 11 de dez, 2018.

MARTINS, C. E. R. A “Primavera” Brasileira:

que flores florescerão? **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 140-152, jul-dez, 2013.

_____. Adeus ao centrismo: crise da economia mundial, caos sistêmico e a eleição de Donald Trump, 23 de novembro, 2016. **Boitempo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/23/adeus-ao-centrismo-crise-da-economia-mundial-caos-sistmico-e-a-eleicao-de-donald-trump/>>. Acesso em: 31 de jan, 2019.

MCKINSEY & COMPANY. An Exorbitant Privilege? Implications of reserve currencies for competitiveness. **McKinsey Global Institute**: Discussion Paper, p. 1 – 49, dez, 2009.

MENDES, V. “Junho de 2013 é um mês que não terminou”, diz socióloga. Entrevista com Ângela Alonso, 3 de junho, 2018. **BBC Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

MEARSHEIMER, J. The Gathering Storm: China's Challenge to U.S Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p. 381-396, 2010.

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), 1998.

MERILL, D; MILLAN, C. Map: All the Countries Recognizing Guaido as Venezuela's New President, 24 de janeiro, 2019. **Bloomberg**. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-24/trump-support-sparks-global-backing-of-venezuela-s-guaido-map>>. Acesso em 28 de jan, 2019.

MILITARY ANALYSIS. **Five Rings**, 12 de dezembro, 2014. Disponível em: <<http://militaryanalysis.blogspot.com/2014/12/five-rings.html>>. Acesso em 11 de dez, 2018.

MOLLO, M. L. R; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2 (131), p. 222-239, 2013.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY (NED). **Venezuela 2017**. Disponível em: <<https://www.ned.org/region/latin-america-and-caribbean/venezuela-2017/>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

_____. **Ecuador 2017**. Disponível em: <<https://www.ned.org/region/latin-america-and-caribbean/ecuador-2017/>>. Acesso em 12 de dez, 2018.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistic Yearbook** (2016). Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>>. Acesso em: 12 de abr, 2018.

_____. Can China Rise Peacefully? **The National Interest**, 25 de outubro, 2014. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204?page=0%2C1>>. Acesso em: 22 de nov, 2018.

NERI, M. C; VAZ, F. M; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa Das Transferências Sociais. In: CAMPELLO, M; NERI, M. C (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 193-206.

NOZAKI, W. INEEP. **Os impactos econômicos da Operação Lava Jato e o desmonte da Petrobras**, 26 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/ineep-os-impactos-economicos-da-operacao-lava-jato-e-o-desmonte-da-petrobras>>. Acesso em: 23 de

dez, 2018.

_____. Grupos de pressão e o pré-sal: antecedentes da crise, 20 de outubro, 2017. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/grupos-de-pressao-e-o-pre-sal-antecedentes-da-crise/>>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

NYE, J. The Limits of Chinese Soft Power. **Project Syndicate**, 10 de julho, 2015. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-civil-society-nationalism-soft-power-by-joseph-s---nye-2015-07?barrier=accesspaylog>>. Acesso em: 27 de nov, 2018.

_____. The Future of U.S.-China Relations. **China-US Focus Digest**, n. 6, p. 16–18, 2015.

OCAMPO, J. A. El Desarrollo Liderado por los Productos Básicos en América Latina. **Revue Internationale de Politique de Développement**, n. 9, p. 1-21, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Data**: FDI flow, 2018. Disponível em: <<https://data.oecd.org/fdi/fdi-flows.htm>>. Acesso em: 09 de ago, 2018.

PAINTER, David. Oil and the American Century. **The Journal of American History: Oil in American History**. v. 99, n.1, p. 24-39, 2012,

PANIZZA, F. La Marea Rosa. In: SÁEZ, M. A; DIEZ, F. G. (coord.). **Elecciones y Política en América Latina**. Toluca: Instituto Electoral del Estado de México, 2008, p. 19-40.

PARROUX, François. **A New Concep of Development**. Nova York: Routledge, 1984.

PASTOR, M. Base de Manta 2.0: la renovada presencia militar de EE.UU. en Ecuador, 1 de setembro, 2018. **Telesur**. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/opinion/base-manta-renovada-presencia-militar-estados-unidos-ecuador-20180901-0017.html>>. Acesso em 15 de dez, 2018.

PETKOFF, T. Las dos Izquierdas. **Nueva Sociedad**, n. 197, p. 114-128, mai-jun, 2005.

PETIT, B. Social Midia and Unconventional Warfare. **Special Warfare**. Disponível: <<https://www.soc.mil/swcs/swmag/archive/SW2502/SW2502SocialMediaAndUW.html>>. Acesso em 15 de dez, 2018.

PETROBRAS S.A. **Petrobras realiza pré-pagamento de empréstimo e contrata novo financiamento com o China Development Bank**. 05 de dez, 2017. Disponível em: <http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=979850>. Acesso em: 09 de ago, 2018.

PINTO, E.C.; PINTO, J.P.G; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A Guerra de Todos contra Todos: a Crise Brasileira. **IE-UFRJ Discussion paper**, TD 006, 2017.

PRADO, M; URIBE, G. Das 15 medidas da nova agenda econômica, 11 são requeentadas, 1 de

fevereiro, 2018. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/das-15-medidas-da-nova-agenda-economica-11-sao-requentadas.shtml>>. Acesso em: 23 de dez, 2018.

PRATES, D. The asymmetries of the international monetary and financial. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, mai-ago, 2005.

QUINN, B; BALL, J. US military studied how to influence Twitter users in Darpa-funded research, 8 de julho, 2014. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jul/08/darpa-social-networks-research-twitter-influence-studies>>. Acesso em: 22 de dez, 2018.

RAPOZA, K. Brazil's Neoliberal Anti-Dilma Group Goes On The Defensive, 8 de maio, 2016. **Forbes**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2016/05/08/brazils-neoliberal-anti-dilma-group-goes-on-the-defensive/#64e800b52cdd>>. Acesso em: 11 de jan, 2019.

RAY, R; GALLAGHER, K. China – Latin-America Economic Buletin: 2017 Edition. **China Latin America Report**, The Dialogue, 2017.

RITTNER, D. CNI: 'Mais importante que o resultado do impeachment é o dia seguinte, 29 de março, 2016. **Valor Econômico**. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/4502656/cni-mais-importante-que-o-resultado-do-impeachment-e-o-dia-seguinte>>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

ROBERTS, J; RAWLINS, C. G. Trump recognizes US-backed head of Venezuela's opposition Juan Guaidó as country's interim president, 23 de janeiro, 2019. **RT News**. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/449533-trump-recognizes-venezuela-opposition/>>. Acesso em: 25 de jan, 2019.

ROBBINSON, J. The Rise of the Petrodollar System: "Dollars for Oil". **Financial Sense**, 2012. Disponível em: <<https://www.financialsense.com/contributors/jerry-robinson/the-rise-of-the-petrodollar-system-dollars-for-oil>>. Acesso em: 15 de mar, 2018.

ROMERO, M. T. **Política Exterior Venezuelana: el proyecto democrático 1959 -1999**. Caracas: Libros el Nacional, 2002.

ROTHER, L. With New Chief, Uruguay Veers Left, in a Latin Pattern. **The New York Times**, 11 de mar, 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/03/01/world/americas/with-new-chief-uruguay-veers-left-in-a-latin-pattern.html>>. Acesso em: 12 de out, 2018.

RYNGELBLUM, I. Petrobras fecha empréstimo de US\$ 5 bilhões com banco chinês. **Valor Econômico**, 05 de dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5217895/petrobras-fecha-emprestimo-de-us-5-bilhoes-com-banco-chines>>. Acesso em: 04 de ago, 2018.

SAMPAIO, P. A. Um Desfecho Melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios

da esquerda. **IELA (UFSC)**. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>>. Acesso em: Acesso em 03 de ago, 2018.

SANTOS et al. An Overview of Heavy Oil Properties and its Recovery and Transportation Methods. **Brazilian Journal of Chemical Engineering**, v. 31, n. 3, p. 571 - 590, jul - set, 2014.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), jul-dez, 2002, p. 237-253

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2018**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133943>>. Acesso em: 21 de jan, 2019.

SEGALLA, V; LOPES, P. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment, 27 de maio, 2016. **UOL Notícias**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em: 11 de jan, 2019.

SENRA, R. #SalaSocial: Financiamento, remuneração e imagem: a estrutura dos grupos anti-Dilma, 13 de março, 2015. **G1**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs>. Acesso em: 13 de jan, 2019.

SHIXUE, J. The Panda hugs the Tucano: China's relations with Brazil. **China Brief**, v. 9, n. 10, mai, 2005.

SICSU, J; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R et al. **Novo desenvolvimentismo**: um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Manolo, 2005.

SILVA, F. P. Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? **Oikos**, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, p. 121-140, 2010.

SILVA, A. L. R. **Acomodação estratégica?** As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo Lula (2003-2010). 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2011.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe**. Entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, n. 102, jul. 2015.

SOPPLESA, J. et al. **Lexique de Géopolitique**. Paris: Dalloz, 1988.

SPUTNIK NEWS. **Contratos futuros em yuanes desvalorizarão o dólar?** 10 de novembro, 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/economia/201711109807197-contratos->

futuros-yuanes-dolar-desvalorizacao-petroleo/>. Acesso em: em: 23 de nov, 2018.

STATISTA. **Global Oil Reserves by Region**, 2018. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/263459/share-of-global-oil-reserves-by-region/>>. Acesso em: em: 29 de nov, 2018.

_____. **Most valuable Chinese brands in 2018, by brand value (in million U.S. dollars)**. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/259063/most-valuable-chinese-brands/>>. Acesso em: em: 25 de nov, 2018.

_____. **Population: statistics and facts**, 2018. Disponível em: <<https://www.statista.com/topics/776/population/>>. Acesso em: 15 de mar, 2018.

STRAUSS, J. C; ARMONY, A. C. From Going Out (zou chuqu) to Arriving In (desembarco): constructing a new field of inquiry in China–Latin America Interactions. **The China Quarterly**, n. 209, mar, 2012, p. 1–17.

STEFANONI, P. Posneoliberalismo Cuesta Arriba: Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate. **Nueva Sociedad**, n. 239, p. 51-64, mai-jun, 2012.

STOKES, S. **Globalization and the Left in Latin America**. 2009. Disponível em: <www.yale.edu/macmillanreport/resources/Stokes_GlobalizationLeft.pdf>. Acesso em: 14 de out, 2018.

STUSTER, D. Mapped: The 7 Governments the U.S. Has Overthrown, 20 de agosto, 2013. **Foreign Policy**. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2013/08/20/mapped-the-7-governments-the-u-s-has-overthrown/>>. Acesso em: 13 de jan, 2019.

SUTHERLAND, M. A ruína da Venezuela não se deve ao socialismo, nem à revolução. **Carta Maior**, 13 de maio, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/A-ruina-da-Venezuela-nao-se-deve-ao-socialismo-nem-a-revolucao/6/40204>>. Acesso em 03 de out, 2018.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities y Lenguajes de Valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar-abr, 2013. Disponível em: <<http://nuso.org/revista/244/emancipacion-o-dependencia-los-recursos-naturales-en-america-latina/>>. Acesso em 18 de dez, 2017.

TAN, X. China's Overseas Investment in the Energy/Resources Sector: its scale, drivers, challenges and implications. **Energy Economics**, v. 36, p. 750-758, 2013.

TASK FORCE REPPORT. **Strategic Energy Policy** : challenges for the 21st century. Nova York: Council on Foreign Relations, 2001.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e Dinheiro**: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

THE NEW YORK TIMES. **Trump Alarms Venezuela With Talk of a ‘Military Option’**, 12

de agosto, 2017. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2017/08/12/world/americas/trump-venezuela-military.html>>.
Acesso em: 17 de jan, 2019.

_____. **After U.S. Backs Juan Guaidó as Venezuela's Leader, Maduro Cuts Ties**, 24 de janeiro, 2019. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2019/01/23/world/americas/venezuela-protests-guaido-maduro.html>>. Acesso em: 27 de jan, 2019.

THE OXFORD INSTITUTE FOR ENERGY STUDIES. China's loans for oil: asset or liability? **OIES paper**, n.70, dez, 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Dollars to Results: USAID investments and illustrative results**. Disponível em:
<<https://results.usaid.gov/results/country>>. Acesso em: 17 de jan, 2019.

U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. Unconventional Oil and Gas. **Quadrennial Technology Review**, 2015.

U.N COMTRADE DATABASE. **Data Visualization**. Disponível em:
<<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 18 de nov, 2018.

UNCTAD. **Ecuador**: country profile. 2018. Disponível em:
<<http://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/218/index.html>>. Acesso em 20 de out, 2018.

U.S DEPARTMENT OF DEFENSE. **Joint Vision 2020**. Disponível em:
<<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a377926.pdf>>. Acesso em: 19 de nov, 2018.

VAN NIEKERK, B; PILLAY, K; MAHARAJ, M. Analysing the Role of ICTs in the Tunisian and Egyptian Unrest from an Information Warfare Perspective. **International Journal of Communication**, v. 5, p. 1406–1416, 2011.

VENEZUELA: MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE ECONOMÍA Y FINANZAS. **Notícias**. 2018. Disponível em: <<http://www.mppef.gob.ve/category/noticias/>>. Acesso em: 09 de ago, 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia Política**, v.19, n. 1, p.131-141, 2011.

VOLTAIRE NETWORK. **ALBA resolution calling for expulsion of USAID**, 21 de junho, 2012. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article174834.html>>. Acesso em: 19 de jan, 2019.

VULLIAMY, E. Venezuela coup linked to Bush team, 21 de abril, 2002. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2002/apr/21/usa.venezuela>>. Acesso em: 19 de jan, 2019.

WANG, H; HU, X. China's "Going-Out" Strategy and Corporate Social Responsibility: preliminary evidence of a "Boomerang Effect". **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 108, 2017, 15p.

WARDEN, J. **The Enemy as a System**. Disponível em: <<http://ciar.org/ttk/mbt/strategy.Warden.enemy-as-a-system.html>>. Acesso em: 14 de nov, 2018.

WEYLAND, K. The Rise of Latin America's Two Lefts: Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, v. 41, n. 2, p. 145-164, jan, 2009.

WHITE HOUSE. **Statement from Vice President Mike Pence on Venezuela's Elections**, 21 de maio, 2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-vice-president-mike-pence-venezuelas-elections/>>. Acesso em: 18 de jan, 2019.

WIKILEAKS. **Private Sector Response To Perceived Correa Threat**, 30 de março, 2007. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/07QUITO768_a.html>. Acesso em: 17 de jan, 2019.

_____. **Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal**, 13 de dezembro, 2010. Disponível em: <<https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>>. Acesso em: 18 de jan, 2019.

WILPERT, G. Time for the "International Left" to Take a Stand on Venezuela. **Venezuelan Analysis**, 15 de julho, 2017. Disponível em: <<https://venezuelanalysis.com/analysis/13245>>. Acesso em 20 de out, 2018.

WORLD BANK. **Countries and Economies**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country>>. Acesso em 02 de nov, 2018. .

_____. **Trade Statistics**. 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2017_e/wts17_toc_e.htm>. Acesso em: 02 de abr, 2018.

_____. **Indicators**. 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations==ZJ-CL>>. Acesso em 03 de out, 2018.

YAN, X. The Instability of China-US Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3, p. 263-292, 2010.

_____. Political Leadership and Power Redistribution. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 9, n. 1, p 1-26, 2016.

_____. Chinese Values vs. Liberalism: What Ideology Will Shape the International Normative Order? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 0, n. 0, p. 1-22, 2018.

_____. Trump Can't Start a Cold War with China, Even if He Wants to. **Washington Post**, 6 de fevereiro, 2018. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/worldpost/wp/2018/02/06/china-trump/?noredirect=on&utm_term=.df8302853804>. Acesso em: 12 de nov, 2018.

YANG, J. Managing China-U.S. Relations in the Trump Era. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 3, n. 3, p. 1–19, 2017.

_____. There Will Be No New Cold War. **China – U.S Focus**, 14 de novembro, 2018. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/there-will-be-no-new-cold-war>>. Acesso em: 13 de nov, 2018.

YONG, W.; PAULY, L. Chinese IPE Debates on (American) Hegemony. **Review of International Political Economy**. v. 20, n. 6, p. 1165–1188, 2013.

YUFAN, H. Q. and A.: Yan Xuetong Urges China to Adopt a More Assertive Foreign Policy. **The New York Times**, 06 de fevereiro, 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/02/10/world/asia/china-foreign-policy-yan-xuetong.html>>. Acesso em: 18 de nov, 2018.

ZHANG, J; MINGJIA, X. China's Oil Product Pricing Mechanism: What role does it play in China's macroeconomy? **China Economic Review**, Elsevier, v. 3, p. 209-221, 2016.

_____. An Evaluation Framework for Oil Import Security Based on the Supply Chain with a Case Study Focused on China. **Energy Economics**, v. 38, p. 87-95, 2016.

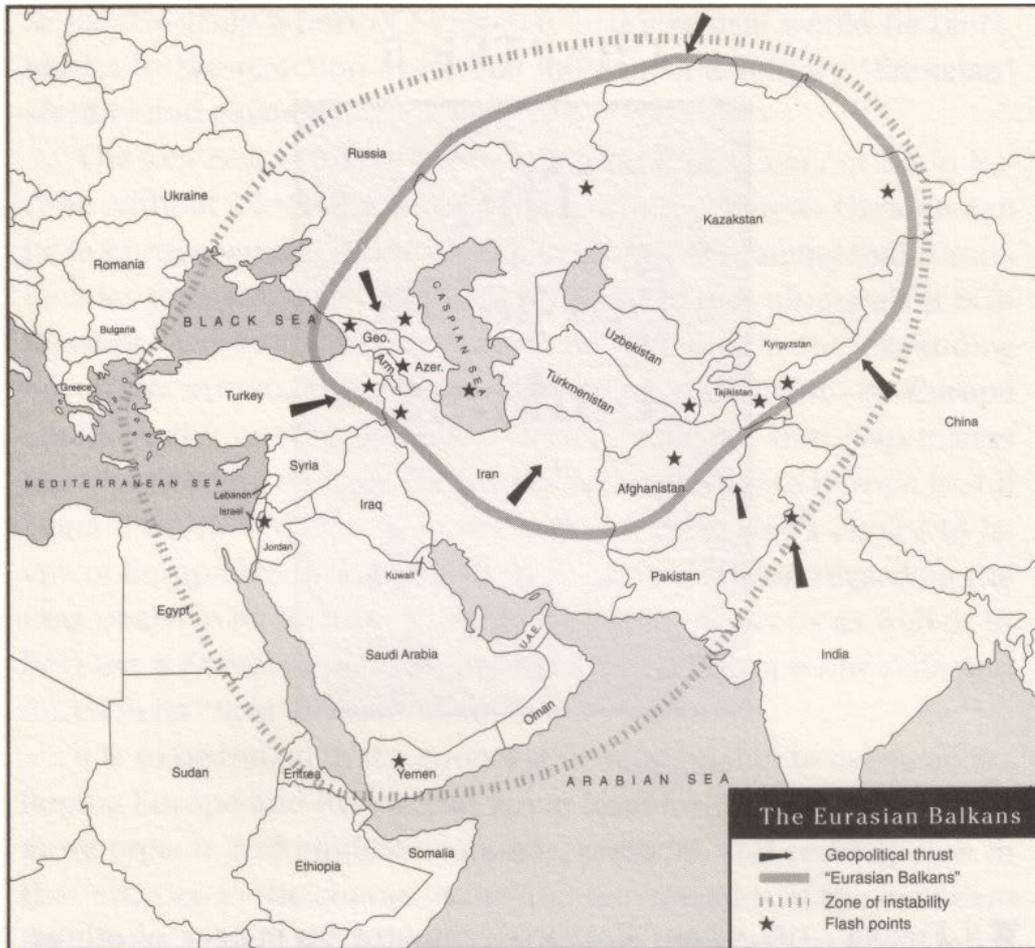
_____; YUE, F, . An Evaluation Framework for Oil Import Security Based on the Supply Chain with a Case Study Focused on China. **Energy Economics**, v. 38, p. 87-95, 2013.

ZHOU, X. **Reform the International Monetary System**. People's Bank of China, 23 de março, 2009. Disponível em: <<https://www.bis.org/review/r090402c.pdf>>. Acesso em: 22 de nov, 2018.

ZHOU, F. The U.S Alliance System in Asia: a chinese perspective. **Asian Politics & Policy**, v 8, n. 1, p. 207–218, 2016.

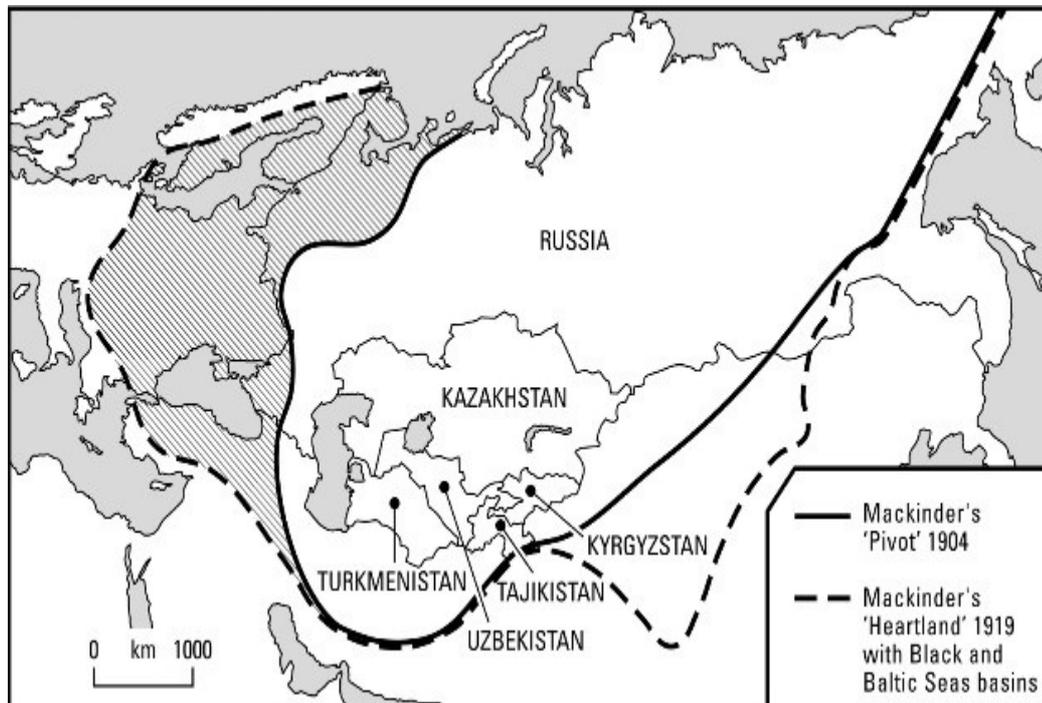
ANEXOS

Anexo A: Mapa dos Balcãs Euroasiáticos



Fonte: Oriental Review (2014)

Anexo B: Pivot e Heartland de acordo com o conceito de Mackinder



Fonte: Ismailov & Papava, 2010.